

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

EUA e RFA no Processo de Transição Democrática em Portugal

Tiago Alexandre Teixeira Duarte

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

EUA e RFA no Processo de Transição Democrática em Portugal

Tiago Alexandre Teixeira Duarte

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Durante a realização deste trabalho, foram várias as pessoas que me auxiliaram, de diversas formas, às quais eu estou extremamente agradecido. Mencionarei apenas algumas que considero fundamentais para a realização da dissertação.

Primeiro, gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o apoio e atenção que me deram, principalmente durante a realização da tese, possibilitando-me fazer um trabalho que, espero eu, os deixe orgulhosos.

Gostaria também de agradecer a todos os professores do Mestrado em História Contemporânea, pelas ferramentas dadas e conhecimentos partilhados, fundamentais para a conclusão deste mestrado.

Quero mencionar também tanto Diogo Bugarim, como Américo Azevedo, não apenas colegas de licenciatura, mas amigos que espero levar para a vida toda, pelas centenas de horas passadas a trabalhar e conviver juntos.

A título mais pessoal, quero também agradecer aos meus primos, Afonso e Miguel, não só por terem estado sempre presentes na realização deste trabalho, mas também pelos dias e noites passados durante todo este processo.

Por fim, quero mencionar um agradecimento extremamente especial à professora Ana Mónica Fonseca, minha orientadora, que sempre se mostrou disponível a auxiliar na realização desta dissertação, partilhando também os seus conhecimentos essenciais para o tema em questão. Obrigado por todo o apoio dado, não apenas a nível académico, mas também a nível pessoal, numa tarefa que, efetivamente, não conseguiria realizar sem os ensinamentos partilhados.

Resumo

O 25 de abril de 1974 é, obviamente, um dos acontecimentos mais relevantes na história portuguesa, estendendo a sua importância e o seu impacto para além de Portugal. A própria revolução e o período de transição que se seguiu marcou bastante não só a nível nacional, como internacional, com vários países e atores políticos a entenderem a magnitude das possíveis mudanças políticas, sociais e económicas que ocorreram no país europeu, como também a influência que as mesmas poderiam ter no resto do mundo. Analisar o que se passou neste período tão conturbado da história portuguesa, tanto antes da revolução, mas especialmente após a mesma é de enorme importância histórica, não só para entender a situação política portuguesa, mas também perceber como a mesma se insere num sistema internacional de equilíbrio de poderes. A tese irá assim analisar os momentos quentes no seguimento do 25 de abril e as reações estrangeiras ao mesmo. É nesta reação estrangeira aos acontecimentos mais relevantes em Portugal, mais concretamente por parte dos Estados Unidos da América e da República Federal Alemã, que o grosso da investigação será feita, focando-se na forma como os mesmos vão entender os diferentes momentos ao longo do processo de transição, que duraria até 1976.

Palavras-Chave: Portugal; Revolução do 25 de abril; Estados Unidos da América; República Federal Alemã;

Abstract

The Carnation Revolution is one of the most relevant events in Portuguese history, extending its importance and impact beyond Portugal. The revolution itself and the period of transition that followed it had a great impact, not only on a national but also international level, with several countries and political actors understanding the extent of possible political, social and economic changes that occurred in the European country, as well as the influence they could have on the rest of the world. Analyzing what happened during such an unsettled period of Portuguese history, both before but especially after it, has an enormous historic value, not only to understand the Portuguese political situation but also to understand how it fits into an international system of balance of powers. This thesis will analyze the heated moments following the Carnation Revolution and the corresponding international reactions to it. It is on these foreign reactions to the most relevant episodes in Portugal, more specifically from the United States of America and the German Federal Republic, that the majority of the investigation will be accomplished, focusing on how they will perceive the different moments throughout the transition process that would last until 1976.

Key Words: Portugal; Carnation Revolution; United States of America; Federal Republic of Germany

Siglas

ASP- Ação Socialista Portuguesa
CDU- União Democrática Cristã (RFA)
CEE- Comunidade Económica Europeia
CIA- Central Intelligence Agency
CSU- União Social Cristã (RFA)
DC- Democracia Cristã (Itália)
DGS- Direção Geral de Segurança
EFTA- Associação Europeia de Comércio Livre
EUA- Estados Unidos da América
FDUC- Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
FDUL- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FMI- Fundo Monetário Internacional
FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola
FLA- Frente para a Libertação dos Açores
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
FUP- Frente de Unidade Popular
ISCEF- Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão
JSA- Junta da Salvação Nacional
MDP/CDE- Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral
MFA- Movimento das Forças Armadas
MNE- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOFA- Movimento das Forças Armadas
NATO- Organização do Tratado Atlântico-Norte
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OUA- Organização da Unidade Africana
ONU- Organização das Nações Unidas
OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCI- Partido Comunista Italiano (Itália)
PCP- Partido Comunista Português
PPD- Partido Popular Democrático
PS- Partido Socialista
PSD- Partido Social Democrata

RCP- Rádio Clube de Portugal
RDA- República Democrática Alemã
RFA- República Federal Alemã
RML- Região Militar de Lisboa
RTP- Rádio e Televisão de Portugal
SPD- Partido Social-Democrata da Alemanha
UE- União Europeia
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviética

Índice

Introdução	1
Contexto Histórico	5
O Mundo no Pós-Segunda Guerra Mundial	5
Portugal no contexto internacional	12
A Guerra Colonial	16
A Europa do Tratado de Roma	21
O Movimento das Forças Armadas	24
A Diplomacia e o Fim do Estado Novo	31
A pesada herança diplomática de Salazar	31
Discurso político relativamente à política externa	39
Diplomacia com África	41
O aproximar de uma crise política	43
Algumas ideias finais	44
Processo de Transição Democrática	47
Início do processo de transição	51
Primeiras Reações Internacionais	52
Visão da RFA	53
Visão dos EUA	54
Kissinger, o homem de ideias fixas	56
I Governo Provisório	58
Crise Palma Carlos	59
Mário Soares: a visão exterior	61
PS E PCP: as divergências crescem	62
Portugal “vermelho”	65
III Governo Provisório e o Conselho dos Vinte	65
Washington à Espreita	66
1975: um ano conturbado	70
11 de março	72
Pós-11 de março	74
Eleições de 25 de abril: Reação Dentro e Fora do País	76
Questão dos Açores e o descontentamento popular	83
V Governo Provisório: O fim da linha do Gonçalvismo	85
O Extremar da Situação Político-Militar e as Dúvidas Quanto ao Futuro	87
Novembro de 1975: a Situação Atinge a Rutura	90
Conclusão	95
Fontes e Bibliografia	99

Introdução

Os acontecimentos do 25 de abril de 1974 e o período de transição que se seguiu, são considerados muito importantes na historiografia portuguesa, com as suas consequências a assumir também um papel importante na definição do mundo durante este período. A temática do 25 de abril é muito complexa, existindo inúmeros trabalhos realizados sobre a mesma, procurando estudar todos os diferentes aspetos que constituem não só os motivos para a revolução portuguesa, mas, a nível nacional, as consequências da mesma para o desenvolvimento do país, com o fim do Estado Novo, para além dos diferentes acontecimentos que foram ocorrendo no período de maior instabilidade política, com a definição do rumo do país em aberto. Já a nível internacional, os acontecimentos do 25 de abril enquadram-se num período das relações internacionais de relativo apaziguamento entre os dois blocos, no contexto da Guerra Fria, marcando também o início de uma fase de democratização de vários países, com consequências não apenas a nível europeu, mas a nível mundial, e na própria balança de equilíbrio de poderes.

A escolha do tema está relacionada com a possibilidade de realizar um estudo de uma problemática inserida dentro das já bastante abordadas e estudadas influências estrangeiras em Portugal durante este período. Existindo vários autores a estudar as diferentes dimensões da temática, focando-se na forma como diferentes países entendiam e reagiam face aos desenvolvimentos em Portugal, pensei ser necessário então abordar a dimensão das relações entre os países relativamente à situação portuguesa, procurando entender as principais questões entre os mesmos. Este foco, como já mencionado anteriormente, é relativo à RFA e aos EUA, atores políticos que assumiram um papel relevante na reação e perceção internacional aos acontecimentos em Portugal.

A minha dissertação engloba-se então na visão internacional da temática, utilizando dois atores principais, os Estados Unidos da América e a Alemanha Federal como objetos de estudo, procurando entender a forma como os mesmos entendiam todo o processo de transição português, durante o período que começou com o 25 de abril, em 1974, e termina, de uma forma generalizada, com o falhanço dos movimentos militares de 25 de novembro, em 1975. Será então neste período histórico que me irei focar.

Para realizar a dissertação neste tema, considerei extremamente importante focar-me nos arquivos norte-americanos, disponíveis online e de fácil acesso, como o *National Archives and Record Administration*, o *Gerald R Ford Presidential Library Museum*, os arquivos da CIA relativamente ao *Freedom of Information Act*. A maioria destas fontes focam-se em conversas

entre diferentes atores políticos americanos, alemães e portugueses, em várias reuniões realizadas durante o período de transição. Para além das conversas, as fontes focam-se em telegramas enviados relativamente a Portugal, seja para a Embaixadas Americanas, seja para Washington, existindo também relatórios como os *briefings* diários ao Presidente Americano, que permitem entender a posição americana e o entendimento da mesma relativo a Portugal e a forma como também outros países, nomeadamente europeus, perspetivavam a situação portuguesa, conseguindo assim evidenciar as diferenças que foram ocorrendo entre aliados. Foi possível também consultar o *Nixon Library Museum*, ainda dentro do período histórico relevante, acabando por não se revelar particularmente relevante para a concretização da dissertação. Outras fontes, como fontes alemãs, não foram possíveis de aceder, não só pelo meu desconhecimento pela língua, mas também pela incapacidade de aceder aos arquivos online, ainda que as fontes utilizadas permitam entender a posição alemã de forma concreta. Fontes portuguesas não foram utilizadas, pelo carácter internacional do tema, o que retira toda a relevância das mesmas face ao objetivo da tese.

De forma a complementar as fontes, a utilização de bibliografia relevante, à qual eu consegui ter acesso, permite então um maior entendimento sobre a questão, tanto a nível nacional como a nível internacional. Tendo em conta a necessidade de contextualizar, de uma forma sucinta bastante clara, não só o contexto português mas também internacional, optei por utilizar alguns grandes livros para a realização da dissertação, como *“International Relations since 1945”* de John Young e John Kent, um excelente livro que analisa toda a história das relações internacionais, tornando-se extremamente relevante para entender o contexto global, tal como o *“The Cambridge History of the Cold War”*, editado por Melvyn Leffler e Odd Westad, que conta com três volumes e aborda toda a questão da Guerra Fria, entre outros livros consultados e utilizados. Para o entendimento dos acontecimentos em Portugal, fundamentais para compreender a posição estrangeira durante todo o período de transição, o livro *“Revolução Portuguesa, 1974 -1975”* de coordenação de Fernando Rosas, tal como o *“História Contemporânea de Portugal do 25 de Abril à actualidade”*, tanto o primeiro como o segundo volume, de António José Telo, passando também por *“25 de Abril - Mitos de uma Revolução”* de Maria Inácia Rezola, obras fundamentais para entender um período histórico envolto em vários acontecimentos polémicos e ainda complicados de perceber totalmente. Pensei ser também relevante abordar o período anterior à revolução, visto que as relações com os EUA e a RFA não se resumem apenas ao pós-25 de abril, utilizando para isso o livro *“A Transição Falhada - o Marcelismo e o fim do Estado Novo”*, coordenado por Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, extremamente elucidativo sobre as diferentes adversidades da governação de Marcello Caetano, em que a questão diplomática é também evidenciada.

Procurando realizar uma pesquisa analítica e transversal, comparando os diferentes autores e associando os textos dos mesmos com as informações das fontes, utilizei também outros autores, de forma a melhorar a compreensão do tema proposto. Dentro destes autores, alguns já mencionados anteriormente, destaco Ana Mónica Fonseca, Pedro Aires Oliveira, Maria Inácia Rezola, Pedro Mendes, Mario Del Pero e António José Telo que, entre outros, me permitiram aprofundar o tema e abordar outras questões relacionadas com o mesmo.

Ao longo desta dissertação procurarei elucidar as diferentes posições tomadas pelos norte-americanos e pelos alemães face aos acontecimentos em Portugal, tentando coordenar os eventos com as reações estrangeiras e dos atores internacionais, com o foco tanto na Alemanha Federal como nos Estados Unidos da América. É importante também não esquecer as complexidades da fase de transição que levavam a diferentes entendimentos e interpretações das informações, algumas vezes contraditórias, e as respostas ao considerado perigo comunista em Portugal. Abordarei também a forma como o Estado Novo, com Marcello Caetano no poder, levou aos eventos do dia 25 de abril, abordando ainda os aspetos diplomáticos do regime e a forma como o mesmo se relacionava com os países já mencionados. Com o 25 de abril, falarei das primeiras reações aos acontecimentos em Portugal, mencionando a visão de Kissinger, extremamente relevante para o entendimento da posição americana sobre Portugal no contexto europeu do pós-guerra, com a divisão do mundo em blocos. Serão também abordados alguns acontecimentos marcantes em Portugal, parte do processo de transição democrática que, com maior ou menor importância, permitem traçar uma visão, ainda que muitas vezes envolta em bastantes dúvidas e contradições. Terminarei então com o 25 de novembro, pela importância que o mesmo teve em resfriar a situação portuguesa e acalmar, de certa forma, os receios internacionais sobre uma possível viragem definitiva à esquerda em Portugal. Esta mudança poderia trazer repercussões no resto da Europa, numa altura em que o continente recomeçava a assumir um papel mais relevante no contexto internacional e assumir diferentes configurações políticas a nível nacional.

Desta forma, irei analisar as diferenças entre a visão da Alemanha Federal, inserida no contexto europeu, e dos Estados Unidos da América, a superpotência do bloco ocidental, face ao período de transição portuguesa.

Contexto Histórico

O Mundo no Pós-Segunda Guerra Mundial

O sistema internacional que surge depois da Segunda Guerra Mundial é dominado, pela primeira vez, por duas potências não europeias, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS). Com a Europa destruída no fim da Segunda Guerra Mundial, as principais alterações nos sistemas mundiais surgem por iniciativa destes dois países, sendo uma delas a criação em 1945 da ONU (Organização das Nações Unidas), que veio a substituir a Liga das Nações, criada em 1919, cujo principal objetivo era a prevenção de uma outra guerra mundial, acontecimento que acabou por se tornar realidade entre 1939 e 1945. Mesmo assim, a cooperação internacional, principal objetivo da ONU, não evitou que surgissem outras guerras pelo mundo e que a Guerra Fria não deixasse de ser uma realidade (Young & Kent, 2013).

Após o fim da guerra, era necessário perceber como seria a Europa e o próprio mundo com o fim deste conflito que dizimou cidades e populações inteiras. Ainda durante a guerra, tanto os EUA como a URSS e o Reino Unido juntaram-se em várias conferências para planear a estratégia de guerra e coordenar esforços entre aliados, como a Conferência de Teerão, de Ialta e, por fim, a de Potsdam. Dessas conferências, a mais relevante para o tema é a Conferência de Ialta, onde foi negociada não só como seria repartida a Alemanha, mas também a Europa e, por conseguinte, o mundo, existindo também outros pontos relacionados com a guerra (Young & Kent, 2013).

Inicialmente, todas estas reuniões tinham um objetivo comum, ainda que existissem alguns desentendimentos. Porém, com o passar do tempo, as diferenças ideológicas entre as duas grandes superpotências começaram a marcar as negociações. Já em 1948 era possível antever a realidade de um mundo dividido entre o ocidente, liderado pelos Estados Unidos com a ideologia capitalista, e o Leste, marcado pela URSS e a ideologia socialista. Porém não existiam somente estas grandes diferenças ideológicas. Ambas as superpotências tinham realidades, passados e ambições diferentes, levando a que existisse, geralmente, uma extrema dificuldade de chegar a um consenso e, cortando assim as negociações entre as mesmas por existirem ambições antagonistas que chocavam e anulavam-se (Young & Kent, 2013).

A origem e a própria natureza da Guerra Fria têm sido tema de debate académico desde a divisão do mundo em blocos até meados dos anos 90, podendo ser definida a queda da URSS como o fim dessa divisão. Como Bange & Niedhart (2008) apontam, numa

perspetiva ocidentalista, para que as primeiras explicações para o início da Guerra Fria se baseiam nas ações da União Soviética, que levaram o Ocidente a reagir perante o expansionismo soviético e, dessa maneira, tornar qualquer cooperação entre ambos impossível. Segundo os autores da linha do revisionismo, que surgiu durante os anos 60, esta funciona de modo oposto, julgando as ações dos Estados Unidos e do capitalismo como a causa para a posição considerada defensiva da União Soviética. Surge também uma outra linha que recusa ambas as escolas de pensamento e baseia-se num equilíbrio entre as duas propostas tentando chegar a um equilíbrio entre as ações e as reações das duas grandes superpotências.

A Guerra Fria não se definiu então como uma guerra clássica caracterizada pelo confronto direto e batalhas com armas, ainda que tenham existido conflitos bélicos influenciados pela mesma (*proxy wars*), mas sim como um período de tensão geopolítica entre as duas grandes esferas de influência. Este tipo de guerra era praticamente novo e desconhecido criando assim um grande receio de que, tal como aconteceu no fim da Segunda Guerra Mundial, se recorresse ao uso de armas nucleares — um novo tipo de bomba muito superior às bombas tradicionais com um poder de destruição grande, que faziam temer o mundo pela própria extinção da espécie humana. Esta arma — que não viria a ser mais utilizada contra um inimigo, mas somente testada e melhorada numa tentativa de aumentar o poder militar de cada uma das superpotências — foi um dos grandes motivos para a Guerra Fria não ter passado a confronto direto (Young & Kent, 2013).

Um dos grandes palcos desta nova forma de conflito localizava-se na Europa, mais precisamente na Alemanha. Dividida no final da guerra em quatro partes correspondendo à gestão de quatro países: Estados Unidos, Reino Unido, França e a União Soviética, que ocupava toda a parte leste da Alemanha. Berlim também foi dividida em quatro, tendo a União Soviética a parte do Leste também. Em 1961 dá-se a construção do muro de Berlim, consequência de vários anos de tensões entre as duas “Alemanhas”. Não só a Alemanha, mas também o resto da Europa se viu dividida entre os países europeus do Leste na área de influência soviética, enquanto que os países do ocidente europeu se viram na área de influência americana, consolidando-se os blocos e erguendo-se a cortina de ferro — expressão usada por Winston Churchill, a 5 de março de 1946 num discurso realizado nos Estados Unidos, para definir a divisão da Europa — que duraria até à queda da União Soviética no início da década de 1990 (Young & Kent, 2013).

A reconstrução e própria evolução da Europa dependeu muito desta divisão: os países europeus ocidentais e a República Federal Alemã a serem auxiliados pelos Estados Unidos e a seguirem um modelo económico capitalista, enquanto que os países do Leste seguiam a lógica socialista de coletivização, bastante próxima da política de Moscovo. Os países

apoiados economicamente pelos Estados Unidos, onde se inclui Portugal, beneficiaram então do Plano Marshall, uma série de apoios económicos e financeiros disponibilizados a países europeus, de forma a reconstruir a Europa e a tornar os países apoiados mais competitivos (Judt, 2006). Simultaneamente, começou-se a dar passos para uma Europa, pelo menos a parte Ocidental, mais integrada e cooperativa entre os diferentes países, podendo ser vista como uma resposta da nova ordem mundial, com as grandes superpotências extraeuropeias.

Esta integração e cooperação esteve na origem do Tratado de Roma em 1957 e outros acordos e alianças estabelecidas na Europa, continuando-se a procurar mais integração e cooperação mesmo depois da dissolução da União Soviética, em 1991. A integração europeia tinha como principal objetivo não somente preservar a paz e evitar guerras devastadoras como as da primeira metade do século XX, mas também, criar prosperidade suficiente para a Europa tentar voltar a ocupar uma posição de supremacia perante o resto do mundo, mais concretamente perante a União Soviética. Os países da Europa Ocidental, integrados, registavam então um crescimento e desenvolvimento económico fundamental, em contraste com os países europeus do bloco soviético. Isto será essencial no fim da Guerra Fria, procurando sempre mais lógicas de integração e aproximação, ainda que a perceção de um mundo bipolar estivesse bem presente (Leffler & Westad, 2010). Retornando um pouco no tempo, uma das mais importantes alianças que surge da Guerra Fria é a Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou NATO, em 1949.

A NATO surge do bloqueio soviético de Berlim face ao ocidente, que, por sua vez, ao ver a sua influência ou ação diminuída pela União Soviética, chegaram à conclusão que seria necessário ter capacidade de resposta a qualquer tentativa ou mesmo agressão soviética. Isto levou ao surgimento da NATO, acabando por ter um efeito protetor sobre a população europeia em caso de qualquer tentativa de instaurar um novo regime socialista na Europa e simultaneamente demover qualquer tentativa de apoio militar ou político da parte da União Soviética a estas ações. Esta aliança era constituída inicialmente por Estados Unidos da América, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido, tendo existido alargamentos posteriores. Em resposta à criação da NATO, a União Soviética criou o Pacto de Varsóvia em 1955, constituído pela Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Alemanha do Leste, Hungria, Polónia, Roménia e União Soviética (Young & Kent, 2013).

Paralelamente, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a época das descolonizações e a libertação dos povos colonizados, relacionado com a fragilidade das potências europeias, desgastadas pelo conflito mundial. Os países europeus, afetados pela guerra, iniciavam um duro processo de reconstrução. Ocorreu portanto um colapso dos Impérios Europeus nas décadas que se seguiram, obrigando a uma profunda reflexão. Isto

coincidiu também com o início da Guerra Fria, ainda que não influenciada pela mesma. Tanto os Estados Unidos, pela sua história ligada ao colonialismo europeu, como a URSS, por ser anti-imperialista por ideologia, viam a abertura e o vácuo no poder como uma oportunidade de agarrar estes novos países para a sua esfera de influência, apoiando os movimentos de libertação dos mesmos. Estes movimentos foram bem mais eficazes que os anteriormente produzidos, devido à própria derrota pesada que as metrópoles sofreram após a guerra (Gaddis, 2006).

Existem vários motivos para a origem destes movimentos, desde logo o fim da guerra na Europa, responsável pela morte de muitos combatentes originários das colónias a lutar pela liberdade das metrópoles, muitos de forma forçada. Esta luta expôs muitos soldados aos ideais de democracia, liberdade, direitos humanos, que foram levados para os seus países de origem e cultivados na sociedade. É durante esta altura que os povos colonizados começam também a seguir lógicas nacionalistas, procurando para si a liberdade, a democracia e a independência da Europa, e não querendo então continuar a ver os seus territórios e população a serem explorados — fator que empobrecia a população das colónias e criava disparidades entre a metrópole e as colónias. Com os levantamentos populares nas colónias, são vários os conflitos que surgirão não apenas das reações das metrópoles face aos movimentos independentistas, mas também das superpotências e a política das mesmas face à abertura de novas esferas de influência.

Em vários momentos, a escalada da Guerra Fria poderia ter originado um conflito mundial, ainda que o mesmo não tenha sucedido. Um dos momentos mais marcantes foi a guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, em que tanto a URSS como os EUA apoiaram lados opostos e ainda hoje existem tensões entre as duas Coreias. A crise dos mísseis de Cuba, em 1962, em que existiu a possibilidade de instalação de mísseis nucleares russos a poucos quilómetros da costa leste dos Estados Unidos foi talvez um dos momentos que mais se destaca devido à possibilidade de uma guerra entre os dois países nunca ter estado tão próxima de acontecer: *“The confrontation engendered by the Cuban missile crisis made both sides acutely aware of the dangers of Cold War competition leading to hot war.”* (Young & Kent, 2013 p. 235) (Bange & Niedhart, 2008).

Já nos anos 60, com mudanças de líderes nos dois países acompanhadas de várias crises e guerras que poderiam ter causado uma outra guerra mundial — ainda mais devastadora e capaz de acabar com a vida no planeta — o equilíbrio de forças era bastante diferente ao observado na década e meia anterior. Esta mudança deve-se à emergência de países que eram antigas colónias, do chamado “Terceiro Mundo”, com uma agenda muito própria e, por vezes, diferente da agenda de qualquer uma das superpotências, o que limitava a influência exercida pelas mesmas nestas regiões. Na mesma altura, observa-se a separação

do bloco soviético, com as relações entre a China e a URSS a deteriorarem-se, fator que, aliado à supremacia do dólar, limitou as ações das duas superpotências, ganhando as instituições internacionais como a ONU mais importância na mediação de conflitos e problemas. No lado Ocidental, o surgimento da guerra do Vietname e os gastos económicos e militares nesta nova guerra, em parte, levaram a que a URSS se aproximasse em termos militares, nomeadamente nucleares, dos Estados Unidos. Esta mudança é bastante significativa com a entrada na presidência de Richard Nixon, mencionando uma nova era, a de negociações, onde existiria uma aproximação e uma certa tentativa de acalmar as tensões, principalmente na Europa (Young & Kent, 2013).

É possível concluir que, na sua maioria, as tensões entre os dois blocos tinham estabilizado, existindo fronteiras bastante definidas no mundo desenvolvido, ainda que no mundo em desenvolvimento fosse mais complicado para as duas superpotências fazerem face às exigências dos governantes locais e dos novos Estados. Não só começou a existir uma certa tolerância entre os dois lados, como a assinatura do Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares, em 1963, demonstra precisamente a vontade dos dois blocos de evitar ao máximo uma escalada de guerra que levasse ao uso de armas nucleares, numa clara demonstração de que o diálogo seria a “arma” utilizada a partir daí (Young & Kent, 2013).

É também nesta altura que outros dois intervenientes surgem, procurando sair da lógica dos dois blocos e tentando afirmar a sua independência, ainda que dentro dos blocos. Estes dois intervenientes são Charles de Gaulle e Nicolae Ceaușescu, Presidente da França e Secretário-Geral do Partido Comunista da Romênia respetivamente. De Gaulle procurou seguir uma política externa que não enquadrasse França apenas no bloco ocidental, procurando assim uma política independente. Exemplo disso foi a sua vontade de desenvolver uma política francesa de armamento nuclear, levando até à saída da França do Comando Militar da NATO, em 1966. Já Ceaușescu procurou seguir uma política independente da URSS e afastar-se da lógica dos blocos, pretendendo estreitar relações com países também do bloco ocidental, enquanto criticava algumas decisões tomadas pela URSS (Young & Kent, 2013).

Neste período de descolonização e criação de novos estados, alguns destes novos Estados criaram o Movimento dos Não Alinhados, também na mesma lógica de afirmação de independência, tentando criar um próprio bloco que não estivesse na esfera de influência das duas superpotências. Esta escolha representou não só uma oportunidade, como um problema para as superpotências, que tinham como base a ideia do jogo de soma-zero, em que a vitória de um bloco seria a derrota do outro, visto que ambas continuavam a tentar somar mais Estados sob sua influência, enquanto tentavam enfraquecer a superpotência adversária. No entanto, o poder deste novo movimento não é suficiente para realmente desequilibrar a balança de poderes vigente.

É com Nixon no poder que se dá o período de *Détente*, uma palavra francesa que significa relaxamento. Este período ficou conhecido por ser a fase que se deu início já na década de 60, mas estabeleceu-se nos anos 70, começando com vários acordos assinados entre as duas superpotências que variavam desde acordos militares e de armamentos, como para a ciência ou comerciais. Em 1971, Nixon e Brezhnev, líder da União Soviética, iniciaram rondas de negociações que tinham vários objetivos relacionados com a cooperação entre as duas superpotências, sendo o mais importante as conversações sobre limites para armas estratégicas (SALT 1 e depois SALT 2). Estas conversações demonstram o reconhecimento mútuo de que era necessário atingir um ponto de equilíbrio entre as duas superpotências e o poderio militar que poderiam ter (Bange & Niedhart, 2008).

Estas negociações resultaram no Tratado sobre Mísseis Antibalísticos, assinado em 1972 entre as duas nações, limitando o sistema de mísseis que poderiam utilizar e número de mísseis que cada sistema poderia utilizar. Em 1972 dá-se também a aproximação dos Estados Unidos à China, aproveitando a quebra nas relações entre a China e a União Soviética e, dessa forma, limitando a ação da União Soviética dentro do bloco do Leste. Mesmo assim, estas tentativas de apaziguamento entre as duas superpotências poderiam ter sido em vão pelas crises existentes, como a Guerra do Vietname, onde os EUA tinham um investimento considerável em termos militares, ou crises que iriam surgir, como a Guerra do Yom Kippur, que começou em 1973, e envolveu o Estado de Israel contra o Egito e a Síria, levou ao aumento do preço do combustível fornecido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para valores que levaram alguns países do ocidente a entrar em crise económica, especialmente países que prestavam auxílio a Israel, como Portugal, Estados Unidos ou Países Baixos que sofreram um embargo por parte da OPEP (Young & Kent, 2013).

Na Europa do bloco ocidental, as dificuldades económicas que se faziam sentir já anteriormente à Guerra do Yom Kippur, com a mesma, tornaram-se ainda piores. Este fator, aliando-se à divisão evidente dentro da Europa, à grande possibilidade de uma guerra nuclear que, quase de certeza, afetaria também a Europa e ainda a guerra do Vietname, levou os líderes da Europa ocidental a olharem de outra forma para o bloco ocidental. Dessa forma, surgiu uma maior abertura, ainda que bastante cautelosa, ao mundo para lá da cortina de ferro e aos países europeus vizinhos que estavam no outro bloco (Bange & Niedhart, 2008). Com a paridade nuclear entre a União Soviética e os Estados Unidos, a Europa começou a sentir-se mais ameaçada, levando mesmo a ponderar que o seu futuro se basearia em ser um “(...) *US-Soviet condominium, which would shape Europe according to superpower interests*”. (Young & Kent, 2013, p.305).

Willy Brandt, vice-chanceler e ministro dos negócios estrangeiros da República Federal Alemã (RFA), eleito em 1966, desenvolveu uma política que ficaria conhecida por

Ostpolitik, cujo objetivo passava por melhorar as relações com o bloco soviético, tendo como foco principal a Alemanha do Leste. Para chegar a este objetivo, Willy Brandt pensava ser necessário dar legitimidade à República Democrática Alemã (RDA), de forma a assegurar relações mais estáveis e, possivelmente, abrir o sistema comunista ao mercado liberal, enquanto a Europa também ganharia mais independência dos Estados Unidos, nomeadamente em termos de segurança.

Seguir-se-iam então, já com Willy Brandt como chanceler da RFA em 1970, a assinatura de vários tratados com a União Soviética e com a Polónia, aceitando as fronteiras da Alemanha a leste. Em 1971, as quatro forças que ocupavam a Alemanha, Estados Unidos, União Soviética, França e Reino Unido, conseguiram melhorar as relações entre os dois blocos, principalmente no que diz respeito a Berlim. Willy Brandt procurava assegurar o respeito e o reconhecimento de uma Alemanha dividida, ainda que essa divisão fosse apenas temporária e, por isso, mantendo sempre a ambição de reunificar as duas Alemanhas. As suas ações de paz e revitalização das relações entre as duas Alemanhas valeram-lhe o Nobel da Paz em 1972.

Em 1973, no seguimento da sua política, assina também um acordo com a Checoslováquia que afirmava o controlo checoslovaco na região dos Sudetas, efetivamente mostrando que a Alemanha não tinha quaisquer pretensões para o controlo daquela região, resolvendo um possível fator de tensão decorrente ainda da Segunda Guerra Mundial.

É neste contexto que Kissinger, um dos grandes ideólogos da política externa americana, anuncia a criação do ano da Europa, que seria em 1973, num discurso que acabaria por gerar suspeitas por parte dos parceiros europeus que se consideravam aliados equivalentes aos Estados Unidos e não subordinados aos mesmos. De facto, esta política revelou-se um grande falhanço devido à guerra mencionada anteriormente e à crise política do *Watergate* que levou à renúncia de Nixon do cargo de Presidente dos Estados Unidos, entre outros fatores. Kissinger, que tinha tido bastante sucesso na definição de outras políticas da diplomacia americana, como: a aproximação dos Estados Unidos à China, a intervenção no Chile e o próprio planeamento da *Détente*, viu a sua tentativa de *linkage* falhar na Europa. *Linkage*, termo utilizado para descrever a *Détente*, baseia-se na ideia de que para se atingir um fim, tem de existir cedências de ambos os lados.

Já na Europa, a entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca nas Comunidades Europeias, em 1973, "(...) created a market of about 250 million people and accounted for about 20 percent of world trade" (Young & Kent, 2013 p.306), mostrando que a união da Europa poderia trazer mais crescimento e desenvolvimento para elevar o continente ao estatuto anteriormente perdido e, assim, tornar-se também uma possível superpotência.

Na busca por um entendimento entre os dois blocos militares, a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, em 1972, marca o início do processo que levaria aos Acordos de Helsínquia, ainda que os mesmos sejam apenas um dos processos que levaram à *Détente*, sendo o Tratado de Mísseis Antibalísticos, mencionado anteriormente, outro exemplo. Combinando trinta e cinco Estados de ambos os lados do bloco, com praticamente todas as nações europeias (menos a Albânia) e incluindo os Estados Unidos e a União Soviética, a assinatura dos Acordos, que se deu em 1975, acabaria por ser um dos símbolos máximos da *Détente*, com todas as nações presentes a chegarem a acordo sobre o compromisso de trazer não só mais estabilidade ao continente europeu, mas também ao mundo (Bange & Niedhart, 2008).

Estes acordos dividiram-se em questões como: segurança, respeito pela soberania e fronteiras, a não ingerência e passando também por questões sociais como o respeito pela vida humana. Para o bloco do Leste, o respeito das fronteiras europeias foi considerado uma vitória, pois passava pelo reconhecimento das fronteiras estabelecidas no pós-Segunda Guerra Mundial, abrindo portas à legitimação diplomática. Também existiram acordos comerciais, científicos, culturais e outras formas de cooperação, unindo ainda mais a Europa e aproximando os dois blocos.

Nesta mesma cimeira, foram também negociados acordos relativos ao movimento livre de ideias e informação, algo considerado impossível anteriormente, dado a cortina de ferro que separava a Europa. O Ocidente procurava assim conseguir mudar a forma como o Leste se apresentava e, dessa forma, tentar inspirar uma mudança de políticas e um eventual crescimento do liberalismo no bloco soviético.

Portugal no contexto internacional

Existiam ainda na Europa alguns regimes, como o de Portugal e de Espanha, que sobreviveram à reorganização política na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente pela sua relativa neutralidade e envolvimento durante a guerra. Estas duas ditaduras, que partilhavam o sentimento anticomunista com os países do bloco ocidental, acabariam também por assinar acordos com os mesmos.

No pós-guerra, seriam estes dois países que renovariam o Pacto Ibérico, assinado depois da guerra civil espanhola. O Pacto Ibérico, pacto de amizade e não agressão, garantia assim que as fronteiras de ambos os estados seriam respeitadas pelo outro e que não existiria nenhuma agressão patrocinada por um estado ao outro. Este pacto permaneceria ativo até ao fim da ditadura de Francisco Franco, com a morte do ditador em novembro de 1975.

No caso português, ainda existindo uma maior proximidade com o Atlântico que com a Europa, a inclusão na NATO serviu para, de certa forma, Salazar garantir apoio militar e defesa territorial, ainda que a NATO tenha garantido apenas defesa territorial a Portugal metropolitano e não às colónias, dado o carácter anticolonial da NATO e dos seus países integrantes, como os EUA e o Reino Unido. Mesmo com esta visão mais Atlântica, Portugal aderiu também à EFTA, mostrando assim que o regime reconhecia que era necessária uma certa abertura de forma a garantir todas as necessidades nacionais e interesses económicos. Com o passar dos anos, a situação nas colónias tornou-se incomportável, gerando levantamentos militares e políticos que levaram a confronto que originaram a guerra colonial. A guerra colonial criou novos desafios nas relações internacionais entre Portugal e o resto do mundo, visto que a mesma surge num período de libertação mundial (várias colónias de outros países conseguiram a independência no pós-Segunda Guerra Mundial). Dessa forma, o regime teve de adaptar a forma como se relacionava, procurando novas fontes de armamento e rendimento para alimentar a máquina militar numa guerra que durou mais do que uma década e esvaziou os cofres portugueses.

Salazar sofre uma queda aparatosa em 1968 e é substituído por Marcello Caetano. Esta substituição, escolhida a dedo pelo Presidente da República Américo Tomás, levava a que muitos pensassem que Caetano traria uma mudança no regime, com expectativas de uma liberalização do Estado Novo a partir de dentro.

Esta expectativa advinha das várias propostas que Caetano apresentou enquanto Ministro da Presidência, cargo que ocupou entre 1955 e 1958, ou pela sua postura no cargo de Reitor da Universidade de Lisboa, que ocupou até 1962, demitindo-se depois da polícia ter entrado na universidade, entre outras ações. De facto, existiram mudanças. Marcello, durante uns primeiros tempos, parece iniciar uma mudança no regime, a chamada “Primavera Marcelista”. A Primavera Marcelista trouxe o aligeirar da censura prévia, a nomeação de uma pessoa civil para Ministro do Interior, o regresso de vários presos e exilados políticos como Mário Soares ou o Bispo do Porto, mudança na lei eleitoral que concedia agora os mesmos direitos políticos a homens e mulheres, acabando com o voto censitário e mudanças próprias na Assembleia Nacional, que traz mais jovens, mais membros nascidos nas colónias e de mais diversas profissões, existindo uma Ala Liberal constituída por dezanove deputados.

Esta Ala Liberal, na qual se destacam Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, entre outros, surge depois de uma declaração da União Nacional relativamente a uma possível transição política para um regime do tipo europeu ocidental, manifestamente contra os desejos de Marcello Caetano, que não vê nesta Ala Liberal o apoio esperado, mas sim oposição dentro do partido e da própria Assembleia.

Dessa forma, a Revisão Constitucional de 1971 vai ser o ponto determinante para a verdadeira percepção da mudança ou inerência que Marcello Caetano pretendia estabelecer. A Revisão Constitucional acabou por não alterar a forma de eleger o Presidente da República — cargo que nomeava e demitia livremente o Presidente do Conselho e podia também dissolver a Assembleia Nacional — continuando a ser escolhido por um Colégio Eleitoral, ao contrário do muito desejado sufrágio universal, pela população portuguesa.

A decisão da manutenção desta eleição indireta revelou-se um grande contratempo para a maioria da população e de alguns deputados que, apesar de existir uma parte que julgava esta decisão como transitória e estabelecadora de paz numa altura de guerra colonial, apregoavam que apenas o sufrágio universal representava o povo português e a vontade do mesmo, ao contrário de um Colégio Universal.

Também nesta Revisão existiu um foco relativamente à situação das colónias, existindo uma tentativa de mais descentralização política e administrativa. Marcello Caetano, aquando do seu discurso de posse como Presidente do Conselho, mencionou que as colónias poderiam ser futuros *Brasis*, pensando num possível futuro federalista para os territórios ultramarinos (Rosas & Oliveira, 2004 p.61).

Numa outra situação, em 1972, numa visita à Universidade de Guanabara, no Brasil, mencionou que as colónias portuguesas, naquela altura, já funcionavam praticamente como Estados Federados, ainda que a Constituição Portuguesa não o referisse diretamente. Existiu também a eliminação do carácter colonizador das terras dos Descobrimentos e uma passagem das mesmas para províncias ultramarinas que são geridas como regiões autónomas, ainda que essa mesma mudança na Constituição não tenha refletido em grandes mudanças na ordem geral, apenas uma mudança mais estética da forma como as colónias estariam organizadas.

Marcello Caetano, pela abertura que inicialmente demonstrou, conseguiu ganhar alguma simpatia por parte dos líderes africanos que, mediante as declarações do líder português, esperavam que existissem conversações e uma possível saída da guerra colonial que durava há vários anos.

Este período trouxe várias iniciativas e planos para alterar a forma como as colónias eram conduzidas por Portugal, ou mesmo para alterá-las, como o Manifesto de Lusaca, em 1969, iniciativa de vários governantes da África central e oriental, que tinha como objetivo a realização de referendos de autodeterminação, indo ao ponto de “(...) *admitir que as populações africanas pudessem optar por um vínculo constitucional com Portugal, em detrimento da independência total.*” (Rosas & Oliveira, 2004 p.318).

Todos estes esforços, como mencionados anteriormente, fracassaram, mantendo Marcello a política instituída por Salazar de coordenar a diplomacia com os países africanos

tendo em conta apenas os interesses portugueses e a manutenção das colónias. Portugal então, continuou a tentar aproveitar-se dos conflitos entre diferentes países africanos aliando-se a países estratégicos geograficamente — como a África do Sul e a Rodésia — enquanto continuou a permitir incursões armadas dentro de países que oferecessem asilo aos movimentos de libertação das colónias.

Estas incursões afetavam as relações entre os dois países, como no caso da Zâmbia, levando a vários protestos na ONU e na Commonwealth contra as ações de Portugal. Portugal contava com trunfos como o Caminho de Ferro de Benguela que era importante para as exportações de cobre zambiano e a força militar Leais, tropas constituintes por dissidentes zambianos ao serviço de Portugal. Esta prática de exercer pressões a outros países de forma a garantir, no mínimo, a neutralidade dos mesmos perante questões internacionais relacionadas com Portugal, foi o principal *modus operandi* que se estendeu desde a governação de Salazar até Marcello, combinando também com várias personalidades que, pelos anos em África e pelos longos negócios realizados com outros líderes africanos, dispunham de uma relação mais próxima e amigável com os mesmos, garantindo assim um jogo de favores que não apenas favorecessem Portugal, mas também os líderes desses países — como o caso de Hastings Banda, líder do Malawi.

Banda tinha uma relação próxima com Jorge Jardim levando que “(...) *a troca de alguns favores mais ao menos venais, Banda fechava os olhos às incursões punitivas dos Portugueses sobre os «santuários» da FRELIMO no seu território e esforçava-se por exercer uma influência moderadora junto de alguns Estados africanos mais «militantes»*” (Rosas & Oliveira, 2004 p.319).

No que diz respeito aos países com líderes mais moderados, Marcello optou por criar uma linha de diálogo, tentando criar uma coexistência pacífica. É nesta altura que se dá o golpe final relativamente à ligação das Forças Armadas e o poder político, com a abertura do General António de Spínola a ele próprio mediar a descolonização da Guiné Portuguesa, juntamente com Senghor, presidente do Senegal que, ao ver as constantes indecisões de Marcello quanto à melhor forma de resolver a questão da guerra colonial, vira-se para Spínola de forma a tentar chegar a algum acordo. Mas, Marcello, “(...) *ou por temer o agigantamento político de Spínola, ou por se encontrar genuinamente convicto de que uma retirada da Guiné derrubaria as restantes peças do «dominó imperial português»*” (Rosas & Oliveira, 2004 p.320), acabou por eliminar qualquer hipótese de tais conversações poderem existir, quebrando assim qualquer elo de ligação que permanecia entre as Forças Armadas e quem liderava o regime.

Relativamente aos países considerados repúblicas brancas — África do Sul e Rodésia — começou a existir uma maior prudência no que toca às relações com estes mesmos, visto

que para Marcello ia contra a sua narrativa de uma nação multirracial devido às práticas de *Apartheid* seguidas pela África do Sul, sendo uma fonte de embaraço quando ambos os países votavam lado a lado, mostrando tolerância pelo regime do outro. No entanto, a cooperação com estes países garantia a Portugal acesso a informação privilegiada e ao próprio desenvolvimento económico da região, como a construção da barragem Cahora Bassa, que surge a partir da cooperação com a África do Sul e com a Rodésia, o que obrigava a que as relações fossem minimamente amigáveis.

É certo que a política de Marcello quanto a África falhou, visto que a abertura prometida em 1972 não foi suficiente ou, em certos aspetos, nunca se tenha concretizado. Para quem considerava que a melhor política era abrir espaço para uma certa autonomia nas colónias, as medidas de Marcello falharam redondamente e ficaram muito aquém das expectativas. Para quem considerava que as colónias deveriam continuar na esfera da Metrópole, o discurso de abertura a possíveis novos “estados” da parte de Marcello criavam desconforto.

Com esta falta de posição por parte do Presidente do Conselho, estava aberto o caminho para os movimentos de libertação legitimarem as suas pretensões independentistas. A principal falha de Marcello, no que toca a este tema, foi a capacidade de interpretar que o pós-Segunda Guerra Mundial tinha uma realidade internacional diferente da existente anteriormente, passando a existir um grande foco na autodeterminação e descolonização.

A Guerra Colonial

A guerra colonial, que passava pela defesa do território considerado província ultramarina portuguesa às diferentes ações de movimentos nacionalistas, era o tema mais quente na política internacional portuguesa. Portugal, contrariamente às antigas potências coloniais que já tinham dado independência às suas colónias, tentava a todo o custo manter, por via da força militar as suas possessões, não cedendo a pressões estrangeiras. Esta posição portuguesa não é de todo excecional, visto que a mesma foi tomada nos territórios portugueses na Índia, ainda que sem o efeito desejado, levando à cedência dessas regiões, como Goa e Diu em 1961. Formalmente, Portugal só reconheceria a passagem desses territórios para a Índia depois do 25 de abril de 1974.

Portugal, com a situação da guerra, via-se cada vez mais isolado, até pelos aliados mais tradicionais (Brasil e Espanha), sendo comuns os ataques dirigidos a Portugal na ONU, apenas mitigados pelo esforço dos países ocidentais do Conselho de Segurança, Estados Unidos da América, França e Reino Unido, não por simpatia perante as políticas colonizadoras de Portugal, mas por razões geoestratégicas em plena Guerra Fria. Mesmo dentro da NATO já existiam várias extensões e problemas para Portugal, começando pelo facto de Portugal

ser o único país que não era uma democracia parlamentar e possuir colónias — fator que aumentava a desconfiança dos aliados de Portugal, que receavam que Lisboa desviasse para as colónias o equipamento militar da NATO. A própria relação com a Europa do Tratado de Roma era bastante limitada.

Marcello Caetano, respetivamente à política externa, tenta atenuar os efeitos que a Guerra Colonial causou, procurando mais apoios internacionais. Com Salazar, a política internacional era um tema já bastante complicado, devido ao isolacionismo e à guerra nas colónias.

Marcello, quando sobe ao poder, também traz uma espécie de esperança para uma maior abertura e maior facilidade nos processos internacionais, seja a nível de relações bilaterais, seja a nível de organizações internacionais. Um dos maiores exemplos das divergências entre Portugal e os seus aliados são as negociações para a revalidação do Acordo dos Açores, em 1962, que Salazar suspende devido às tensões entre Portugal e os Estados Unidos da América. A questão do Acordo dos Açores era considerada de extrema importância para a Administração Americana, que se encontrava numa posição complicada, com impossibilidade de assumir uma postura negativa face à Guerra Colonial, ao mesmo tempo que considerava fundamental a manutenção da base nos Açores. Mesmo assim, Kennedy preferiu arriscar, tomando uma posição mais crítica com a guerra travada nas Colónias, acreditando que Salazar não deixaria a posição americana afetar os Acordos dos Açores, o que acabou por não se verificar (Antunes, 2013).

Com a subida ao poder de Caetano, coincidindo com a eleição de Nixon nos Estados Unidos — um conservador considerado “realista” — vários indicadores mostravam que as relações entre os dois países poderiam voltar a uma situação mais normal e leve. A própria Administração Americana, com a mudança de Presidente, viu mudar a sua posição perante a gestão portuguesa das colónias, baseando-se na visão de Henry Kissinger, conselheiro nacional de Segurança de Nixon que, de uma forma geral, se baseava na lógica de equilíbrio do poder e estabilização do sistema internacional — visão contrária à desenvolvida por John F. Kennedy e continuada por Lyndon B. Johnson que se baseava numa espécie de ativismo e intervenção muito menos contido.

Henry Kissinger, figura determinante na presidência de Nixon, considerava ser importante estabilizar a ordem mundial que vinha a assistir à emergência de novas potências, ainda que intermédias, ao mesmo tempo que procurava garantir a supremacia dos Estados Unidos perante a União Soviética. Para tal, a Administração Americana optou por medir a sua posição mediante a situação, tomando posturas mais progressistas como a abertura à República Popular da China, ou tomando posturas mais conservadoras e prudentes, como o caso de Portugal no pós-25 de abril.

Para a Administração Americana, a posição geoestratégica de Portugal e das suas colónias merecia atenções especiais. Pedro Oliveira (2004) identifica o National Security Memorandum 39, como “(...) o documento-chave da Administração Nixon para as questões da África meridional, elaborado em 1969, e que reconhecia a importância vital dos Açores para o planeamento militar dos EUA e da NATO e sublinhava o interesse dos territórios africanos de Portugal no contexto emergente da Guerra Israelo-Árabe de 1967(...)” (Rosas & Oliveira, 2004 p. 309). O interesse americano em África não era espontâneo. Um continente com várias matérias-primas importantes como o petróleo e o urânio, já alvos de investimento americano, sendo que, por isso, qualquer mudança na forma como o continente e os diferentes países se autogeriam, de extremo cuidado e relutância por parte da Administração Americana.

Por este motivo, a postura anteriormente adotada é alterada e, por exemplo, nas Nações Unidas, “(...) os delegados suavizaram as críticas em relação ao apartheid, abstiveram-se de votar resoluções hostis a Portugal e opuseram-se ao uso de força contra o regime de Ian Smith.” (Rosas & Oliveira, 2004 p.310). Esta mudança de política serviu também os interesses portugueses, visto que a mudança de posição americana levou ao corte de financiamento a alguns movimentos de libertação envolvidos na Guerra Colonial, como o FNLA em Angola e a Frelimo em Moçambique (Rosas & Oliveira, 2004).

Foi neste contexto que as negociações para os Acordos dos Açores viriam a ser retomadas, Portugal também mostrando a sua boa vontade a partir da ONU, com o voto a favor da admissão da República Popular da China, em outubro de 1971. Desta forma, a 9 de dezembro de 1971, foi celebrado o novo Acordo dos Açores, ainda que as contrapartidas não tivessem sido as esperadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo por isso um acordo de apenas dois anos ao invés de cinco habituais, com a esperança de que a possível reeleição de Nixon pudesse garantir um acordo mais vantajoso para Portugal, concretizando as promessas anteriores.

Com esse efeito, em troca da concessão da base nas Lajes, “Portugal obtinha créditos para o abastecimento de cereais e projetos de desenvolvimento, um navio hidrográfico, uma dívida de projetos educativos e a promessa de oferta de equipamento excedentário das Forças Armadas norte-americanas (de caráter não militar).” (Rosas & Oliveira, 2004 p.311). Apesar de ser um acordo entre Portugal e os Estados Unidos, Rosas menciona a importância que este acordo representou para a política e sociedade americana, visto que o mesmo levou a que existisse uma emenda legislativa que garantisse ao Senado uma maior fiscalização neste tipo de acordos, existindo também várias organizações ativistas que se manifestaram contra a nova posição da Administração Americana, considerando-a um retrocesso (Rosas & Oliveira, 2004).

De facto, este acordo surge numa altura de grande desgaste a nível da política externa de Washington, com grandes críticas sobre a gestão da Guerra do Vietname que já durava há vários anos. Com isso, a reeleição de Nixon não garantiu os apoios anteriormente prometidos, chegando mesmo a 22 de novembro de 1972, pelas mãos do representante americano na ONU, a votar a favor da luta contra o colonialismo português e a reconhecer os movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné. A relação entre os EUA e Portugal estava cada vez mais debilitada. O apoio tão crucial de uma das grandes superpotências era agora escasso. Todavia, as mudanças políticas que estariam para chegar no país europeu complicariam ainda mais estas contas.

Não eram apenas as relações com os EUA que, gradualmente, desgastaram-se. No caso das relações com a Grã-Bretanha, a aliança mais velha do mundo sofria não somente com as diferenças entre a política inglesa e a política portuguesa, mas também com a forma como as mesmas iam tornando cada vez mais frágil uma aliança de séculos. De facto, desde a Segunda Guerra Mundial e a consequente perda do poderio britânico no mundo e das suas colónias, que as relações com Portugal estavam bastante enfraquecidas, chegando a existir mesmo posições opostas entre os dois países, devido à questão colonial e à resistência portuguesa à descolonização, originando situações controversas como, por exemplo, o bloqueio naval britânico à Rodésia — uma colónia britânica que declarou independência unilateralmente a 11 de novembro de 1965 — que levou a quase uma escalada de guerra entre Portugal e o Reino Unido pela proximidade entre a Rodésia e Moçambique e a questão das águas territoriais.

Para Portugal, a entrada do Reino Unido no Tratado de Roma (1973) obrigava a um repensar de relações com o Mercado Comum, visto que o Reino Unido era o maior parceiro comercial de Portugal até à data. Mesmo assim, a aliança mais velha do mundo continuava a sofrer. Com um governo trabalhista e a comunicação social britânica a expor os acontecimentos da guerra colonial, não existia somente uma pressão social para que o Reino Unido se distanciasse de Portugal, eram várias as dificuldades em reatar diplomaticamente os dois países.

Existiu uma certa esperança com a subida ao poder do Partido Conservador do Reino Unido do lado dos portugueses em 1970, e com a morte de Salazar, abrindo a possibilidade de reformas a fundo, do lado dos britânicos. Tais esperanças de ambos acabariam por não passarem disso mesmo; com a incapacidade de Portugal de respeitar o princípio de autodeterminação das colónias e, dessa forma, mantendo uma guerra que durava há quase uma década.

Mesmo assim, o Reino Unido, com a chegada dos conservadores ao poder, passou a adotar uma postura neutra no que diz respeito a resoluções mais “violentas” contra Portugal

na ONU, sem que isso simbolizasse uma mudança de postura da população inglesa, que recebeu Marcello em 1973 na celebração dos 600 anos da aliança entre os dois países. Esta visita de estado gerou enormes controvérsias, com os massacres de Portugal a serem denunciados e várias manifestações populares, culminando na posição de Harold Wilson, ex-primeiro-ministro britânico trabalhista e agora na oposição, a referir que se alguma vez ocupasse esse cargo de novo, trataria de expulsar Portugal da NATO. Com o choque entre Reino Unido e Estados Unidos da América com Portugal, o governo português viu-se obrigado a desenvolver alianças com outros países. Com o início da guerra colonial, tanto a França como a Alemanha Ocidental se mostraram duas aliadas fulcrais para o desenvolvimento militar português.

Charles de Gaulle, presidente da França, ambicionava contrariar a influência global tanto norte-americana, como inglesa, e procurava também dotar a França de armamento nuclear, necessitando assim de urânio, material que Portugal explorava. Dessa forma, em troca de apoio diplomático e militar, Portugal passou a fornecer urânio para o programa nuclear francês e ofereceu também uma base para rastrear mísseis balísticos nos Açores, localizada na Ilha das Flores. Relativamente à questão colonial, De Gaulle considerava ser mais importante a manutenção das colónias dentro de uma esfera mais amigável do que uma independência que visse as mesmas cair nas esferas dos Estados Unidos da América ou do Reino Unido, criando assim um aliado perfeito para Salazar que veria assim a sua máquina de guerra ser fornecida por França. Com eleição de Georges Pompidou, a posição e apoio de França começou a desvanecer-se, tornando-se evidente na renovação do Acordo das Flores, em 1971, quando Pompidou informa Marcello Caetano que a única forma de garantir apoio militar seria por vias indiretas, como a concessão de licenças de fabrico ou a partir de vendas por países terceiros, complicando assim a posição de Portugal (Fonseca & Marcos, 2008).

A relação entre Portugal e a República Federal Alemã também surge de interesses mútuos, visto que a política militar e externa da RFA estava limitada pela NATO e pela proximidade com os países do Pacto de Varsóvia, criando assim uma oportunidade estratégica para Portugal, desde 1960, disponibilizar as suas bases, como no caso da Base de Beja, para treino dos pilotos alemães, entre outras infraestruturas com centro de telecomunicações e outros apoios militares. As contrapartidas auxiliaram a modernização e manutenção dos militares na guerra colonial utilizando armamento, carros e aviões que foram utilizados como moeda de troca. Tal como as relações entre Portugal e França, as relações entre Portugal e a RFA, quando Marcello Caetano sobe ao poder, já tinham diminuído de intensidade. Neste caso, com a entrada do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) no governo em 1966, em coligação com os Partidos da União (União Democrática-Cristã (CDU) e a União Social Cristã (CSU), levou a uma mudança de postura por parte do governo da RFA,

abrindo espaço para uma relação mais próxima com os países do terceiro mundo e os países do lado oposto da cortina de ferro, fator que levou ao esfriar das relações com Portugal. Derivado desse maior desinteresse face a Portugal e também das bases e infraestruturas que tinha disponibilizado, a compra de material de guerra começou a cair. *“Em 1974, já nem através de expedientes imaginativos, como a aquisição de material a partir de terceiros países, era possível aos responsáveis portugueses garantirem encomendas junto da RFA.”* (Rosas & Oliveira, 2004 p.317). É também nestes países, mais concretamente na Alemanha Federal, que, em 1973, Mário Soares e outros exilados portugueses criam o Partido Socialista português, tendo o apoio do SPD e da Fundação Friedrich Ebert, apoios que continuariam mesmo depois do 25 de abril.

Como se percebe, este período trouxe enormes mudanças na relação portuguesa com os seus aliados. Os habituais parceiros do regime português estavam cada vez mais afastados. Foi então necessário procurar novos associados, como foi o caso da RFA e da França, com o qual se desenvolveu relações económicas mais fortes. Ainda assim, este apoio não durou muito tempo, devido às críticas e pressões internas resultantes do apoio ao regime português. Só com os desenvolvimentos políticos que se começavam a sentir em Portugal é que estas relações, especialmente com outros países europeus, se começaram a reencaminhar.

A Europa do Tratado de Roma

A questão colonial trazia outro grave problema à governação de Portugal no que toca ao estreitamento de laços com os possíveis parceiros económicos mais próximos geograficamente. Se a ala mais liberal da população e os diferentes setores empresariais ambicionavam uma ligação mais próxima com a Europa, procurando um maior crescimento económico e a própria liberalização do regime, a intransigência de Marcello e do Governo perante a questão colonial pareciam impossibilitar qualquer aproximação à Europa.

Como mencionado anteriormente, Marcello, durante a sua governação, continuava a abrir as portas para mudanças graduais, mas profundas, no regime, tentando de certa forma manter a possibilidade de Portugal poder participar no Mercado Comum. A possibilidade de isso não acontecer significava um grande risco para Portugal e para a situação económica do país. Como Oliveira (2004) menciona, não só as trocas com a Europa do Mercado Comum eram bastante mais proveitosas para Portugal do que as trocas com as colónias, como já representavam a maior parte do comércio externo português. Para além disso, o Mercado Comum significava também mais turismo, mais investimento e uma melhoria substancial referente às relações entre a Metrópole e as colónias — relação essa cada vez mais

deteriorada e incapaz de competir realisticamente com o Mercado Comum (Rosas & Oliveira, 2004).

As possibilidades de Portugal entrar no Tratado de Roma, no entanto, eram bastante reduzidas, derivado do caráter não democrático que Portugal ainda mantinha. Dessa maneira, a única forma possível de existir qualquer tipo de ponderação sobre a entrada de Portugal exigia uma liberalização económica e política, levando à democratização do regime e, logicamente, o fim do colonialismo português. Marcello acreditava que qualquer tentativa de retirar as colónias a Portugal garantiria o fim da influência portuguesa em África. Para além disso, havia ainda o receio de que “(...) a inserção num bloco económico com as características da CEE reduzi-lo-ia à condição de mero apêndice económico da vizinha Espanha (...)” (Rosas & Oliveira, 2004 p.324). A posição então de Marcello baseava-se na ambiguidade entre considerar Portugal uma potência europeia ou uma potência africana, de forma a não se comprometer diretamente nem com a Europa, nem com a África, sendo o compromisso com África a manutenção das colónias a todo o custo. Essa visão é facilmente observada no Acordo de Comércio Livre com a CEE, celebrado a 22 de julho de 1972, que contemplava cláusulas evolutivas, demonstrando assim uma possível maior abertura de Portugal perante a CEE e, conseqüentemente, uma evolução mais liberal ou democrática de Portugal.

Já em 1973, no fim da legislatura, era perceptível que o regime, apesar das promessas de Marcello, continuava na mesma situação. A questão colonial e a própria guerra continuavam a não só afetar a economia e sociedade de Portugal, como também limitavam as soluções que pudessem mudar a situação em que o país se encontrava. Era evidente que a “primavera marcelista” não tinha produzido efeitos concretos e não só os que esperavam reais mudanças, mas também a própria ONU estaria certa de que Marcello não seria quem iria abrir Portugal ao mundo nem resolver a questão colonial. Variadas foram as resoluções aprovadas pela ONU contra Portugal, culminando no reconhecimento dos movimentos de libertação como representantes legítimos dos povos das colónias e o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, declarada independente unilateralmente pelo PAIGC.

Mesmo a Igreja, em 1970, a convite do Papa, levou os líderes dos três movimentos (PAIGC, Frelimo e MPLA) a uma audiência com o mesmo, algo que custou bastante ao Governo e a Marcello pela importância que esta audiência tinha para o reconhecimento da autodeterminação dos povos das colónias. A comunicação social internacional também não tinha problemas em expor e condenar as ações de Portugal, mostrando as várias atrocidades cometidas pelas Forças Armadas portuguesas, o que complicava ainda mais a situação de Portugal, recebido com protestos e grande indignação. Tal como o autor coloca: “*Em suma, numa época marcada pela radicalização política das juventudes europeias e pela*

sensibilidade crescente das opiniões públicas ocidentais em relação às questões de paz, do colonialismo e dos direitos do homem, o regime português tinha cada vez menos argumentos para se defender na cena internacional.” (Rosas & Oliveira, 2004 p.327).

A guerra do Yom Kippur demonstrou o quão frágil diplomaticamente Portugal estava. Quando todos os aliados europeus da NATO recusaram participar na ponte aérea que os EUA estavam a tentar montar em auxílio de Israel — com receio de existirem repercussões por parte dos países árabes produtores de petróleo — os Estados Unidos lançaram um ultimato a Portugal, relativamente à utilização da Base das Lajes.

Este ultimato por um lado colocava em cima da mesa a possibilidade de Portugal perder o fornecimento de petróleo, afetando a economia que, nesta altura, já demonstrava vários problemas como a inflação; por outro lado, abria a possibilidade de Portugal receber armamento americano, numa altura em que o mesmo fazia falta, com o prolongar da guerra colonial e o embargo à venda de armamento a Portugal. Curiosamente, o armamento enviado — mísseis *Red-Eye* — por uma empresa Israelita, apenas ficaria disponível a Portugal em março de 1974, pouco tempo antes do golpe militar.

Mesmo assim, os efeitos da escolha feita por Marcello fizeram-se sentir. Com a falta de petróleo a empurrar a situação económica para uma ainda maior precariedade — fator de enorme destabilização — visto que um dos grandes trunfos de Marcello tinha sido a evolução positiva da economia que, entretanto, tinha acabado. Com esta situação cada vez mais pesada, Marcello começa a perceber a sua posição fragilizada e com uma guerra cada vez mais longe de ser vencida, começa então a mudar a sua postura, abrindo a possibilidade de compromisso com os movimentos de libertação e aceitando negociações com os mesmos, principalmente no caso da Guiné, onde Marcello assumia a possibilidade da mesma se tornar independente desde que fosse garantido que Sékou Touré não a anexasse.

A situação de Moçambique também era particularmente complicada, com a forte possibilidade de os militares portugueses perderem de forma desastrosa. Dessa forma, Marcello aprovou que Jorge Jardim negociasse um acordo que permitisse as Forças Armadas saírem de forma honrosa e que garantisse também que Moçambique continuasse a ser uma nação multirracial, assegurando os interesses dos colonos brancos.

Todos estes esforços de pouco ou nada iam servir, *“Caetano não pôde, ou não quis, operar as mudanças necessárias à inversão deste estado de coisas.”* (Rosas & Oliveira, 2004 p.332). Sentia-se cada vez mais que uma mudança política em Portugal era inevitável.

O Movimento das Forças Armadas

O Movimento das Forças Armadas foi criado oficialmente a 5 de março de 1974, ainda que esta data apenas seja uma data oficial, existindo todo um processo anterior determinante. A mudança do paradigma social militar, em que antes os cargos mais superiores do corpo militar correspondiam a pessoas de antigas famílias e elites, na sua maioria, urbanas, era uma realidade que tinha se vindo a alterar, especialmente com a democratização do acesso à carreira militar. As elites, cada vez mais desinteressadas em seguirem carreiras militares, começaram a frequentar os cursos universitários para obter prestígio e uma carreira diferente, levando a que a Academia Militar perdesse esses membros, principalmente nos anos 60, com a questão da guerra colonial e a certeza de que seriam destacados para a guerra. Foi assim que, durante esta altura, o número de alunos de zonas rurais e menos elitistas ingressassem na Academia Militar, o que levou a uma mudança social dentro dos corpos militares portugueses. Esta alteração significava uma abertura da carreira militar a estratos sociais mais baixos, possibilitando a entrada da chamada “(...) pequena burguesia rural” (Carvalho, 2009 p.64).

Esta mudança “(...) gerou uma fractura sociológica entre os oficiais superiores de origem urbana, parte dos quais filhos de militares, e a classe de subalternos, de origem predominantemente rural e oriunda de meios mais humildes, que tiveram de se sujeitar à rigidez da Academia Militar na procura de uma vida melhor (...)” (Carvalho, 2009 p.64). Também é altamente relevante mencionar que os capitães na situação de guerra que a guerra colonial gerou, a chamada guerra de guerrilha, implicava que em muitas situações os mesmos eram o posto mais graduado a comandar as tropas no local e, dessa mesma forma, presenciaram e viveram a guerra mais intensivamente que os seus superiores, contactando com a população e conhecendo as realidades para além da censura e da propaganda. Existem também provas e relatos de que estes soldados, de certa forma, tinham ligações à oposição de esquerda, fator que influenciou também o próprio Movimento dos Capitães e a forma como o mesmo atuou.

A criação do Movimento das Forças Armadas surge então em resposta a um outro fator não mencionado em cima: os decretos-lei 373/73 e 409/73 — que vinha corrigir o anterior depois da contestação — que visavam colmatar a insuficiência de efetivos militares com a integração de oficiais milicianos no quadro permanente das forças armadas. Desde que o primeiro decreto-lei foi publicado, forte contestação gerou-se no Exército, com especial ênfase nos capitães e subalternos. Essa contestação levou a múltiplos documentos enviados ao Governo e aos altos cargos do exército, sem que os mesmos tenham provocado o efeito desejado, existindo apenas o acerto que gerou segundo decreto-lei.

Com o primeiro decreto também começam a surgir reuniões entre os contestatários para debaterem a situação, começando a 18 de agosto de 1973, na Guiné-Bissau, no Clube Militar de Bissau, contando com duas dezenas de capitães e dando início ao próprio movimento. Foi também nesta reunião formada a Comissão do Movimento dos Capitães que tinha como objetivo a preparação de uma carta onde se manifestaria o descontentamento dos assinantes, carta que seria enviada para as mais altas individualidades do Estado. Reuniões semelhantes foram acontecendo, destacando-se a reunião de 9 de setembro, na Herdade do Sobral, em Alcáçovas, com cento e trinta e seis oficiais, onde surgiu o maior impulso para o Movimento dos Capitães e a discussão de diferentes formas de expressão do descontentamento, podendo mesmo culminar em manifestações, se assim o fosse necessário. Também desta reunião sairia um abaixo-assinado, que seria enviado ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho. Outras reuniões aconteceriam sempre com mais intervenientes e com maior descontentamento, sendo que a primeira reunião onde foi mencionada a possibilidade de um golpe militar aconteceria a 24 de novembro de 1973, em São Pedro do Estoril. Seria nesta reunião que o Movimento, antes agindo por vias legais, colocaria a possibilidade de uma ação ilegal, criando assim maiores riscos para todos os envolvidos. A 1 de dezembro, em Óbidos, seriam votadas três propostas, apresentando três diferentes possibilidades: golpe militar; continuação da luta contra os decretos anteriormente mencionados, existindo perspectivas de passar à primeira proposta; e a continuação da luta por via legal contra os decretos. Foi também nesta reunião que o Movimento dos Capitães se passou a designar por Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA), de forma a abranger o Movimento a todos os ramos das Forças Armadas. Das três propostas, a mais votada foi a terceira, ainda que a possibilidade de um golpe militar se revelava cada vez mais aliciante.

Assim, e pela necessidade de eleger um chefe com algum prestígio e alguma capacidade política, os nomes de António de Spínola, Kaúlza de Arriaga e Francisco da Costa Gomes foram apresentados como candidatos, sendo Costa Gomes o mais votado nesta eleição. Mesmo assim, Spínola já tinha alguma popularidade entre a população, decorrente da publicação do seu livro "Portugal e o Futuro", onde afirmava ser necessária uma resolução política e não militar, algo que o tornou uma figura destacada da oposição ao regime e à forma como o mesmo tinha gerido toda a guerra colonial. Dessa forma, foi escolhido para a liderança do projeto político. Já em 1972, Spínola teria estado disposto a candidatar-se à Presidência da República, procurando afastar Américo Tomás com o apoio da ala liberal, a convite de Francisco de Sá Carneiro, ainda que sem frutos, pelo impedimento do Ministro Silva Cunha, sendo também Marcello Caetano crítico da mesma, pelo facto de ter sido Américo Tomás que o tinha nomeado Presidente do Conselho, fator que praticamente obrigaria Marcello Caetano

a apoiar Américo Tomás. Com esta questão toda, Spínola recusa o novo mandato como Governador e Comandante-Chefe, fazendo-se assim regressar à Metrópole em agosto de 1973 sendo condecorado a 14 de janeiro de 1974, com a Ordem da Torre e Espada, e nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, numa clara tentativa do Governo de manter Spínola do seu lado e apoiante do regime que, dessa forma, tentava cortar as suas aspirações políticas.

Mesmo assim, Spínola mostrava-se uma voz de descontentamento: *“No seu discurso de posse, empregou uma expressão que revelava o seu posicionamento no presente e no futuro: “As Forças Armadas não são a guarda pretoriana do poder.” (Rodrigues, et al., 2001 cit. por Carvalho, 2009 p.74).* O livro Portugal e o Futuro, anteriormente mencionado, saiu nas livrarias a 23 de fevereiro, tendo sido bastante procurado. O livro, que choca com as aspirações políticas e militares do regime, mesmo assim foi publicado. A sua publicação deve-se ao facto que, apesar de Spínola ter enviado o livro a Marcello Caetano, que não o leu e o enviou ao Ministro da Defesa, Silva Cunha, que também não o leu, mas confiou no parecer favorável do General Francisco da Costa Gomes, Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, superior hierárquico imediato de Spínola e um dos candidatos a chefe do movimento, que de facto o tinha lido. Dessa forma, um livro crítico da ação do governo passou pelos mais altos quadros da censura e acabou publicado, pelo facto dos mesmos não o terem lido e confiado apenas na palavra de Costa Gomes. O livro teve algum impacto na sociedade portuguesa, ultrapassando as próprias ideias federalistas de Spínola, que defendia uma solução de autodeterminação das colónias, mas sempre integrando a República Portuguesa num contexto de Comunidade Lusíada. Spínola também, neste livro, questiona a liberdade cívica da população, referindo que a mesma é inalienável e, por isso, os cidadãos têm todo o direito de questionarem a forma como a Pátria é conduzida e os meios utilizados para o impulsionamento da mesma.

Sobre a questão da guerra e a resolução da mesma, Spínola menciona ser inviável o fim do conflito pela extinção da guerrilha, propondo então às forças armadas que apenas assegurassem as condições necessárias para as negociações que levassem a uma solução política e social nas colónias, acabando assim com a guerra. Esta resolução do conflito contemplava um esforço que as forças armadas não conseguiriam dar, depois de duros anos em guerra. Referindo-se ao livro escrito por Spínola, Mário Soares menciona que o mesmo serviu apenas para criar desgaste e problemas dentro do governo, não servindo como possível modelo de ação, na preparação e no pós-25 de abril. Apesar disso, a importância do livro, que colocou uma das figuras mais mediáticas relacionadas com a guerra cético quanto à possibilidade de vitória, abriu assim a porta para o maior descontentamento geral relativo

ao Governo e a Marcello Caetano, pela forma como era contraditória à Política Ultramarina do Governo.

Com a publicação do livro, Caetano apresentou a sua demissão em audiência com o Presidente da República, Américo Tomás, que sem hesitação a recusou, mencionando que o país mostrava confiança quanto à sua governação. Esta reunião ocorreria a 28 de fevereiro, sendo que a 11 de março, Caetano também apresentaria a sua demissão, de novo recusada.

A 14 de março, no Palácio de São Bento, deu-se uma cerimónia onde oficiais de alta patente de todos os ramos das Forças Armadas declararam o seu apoio ao Presidente do Conselho, em defesa da política de continuação da guerra e do Ultramar Português. Esta cerimónia, com transmissão em direto pela televisão, foi a resposta do Governo encontrada para garantir que as Forças Armadas continuavam a apoiar o Governo e o Regime, ainda que sem produzir os efeitos esperados, visto que tanto o General Costa Gomes e o General António de Spínola, Chefe e Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, respetivamente, não compareceram nesta cerimónia, acabando por ser exonerados no dia seguinte. Outras personalidades como o Secretário da Defesa Nacional, o contra-almirante Tierno Bagulho e os Generais Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques não compareceram, mostrando existir uma divisão nos militares relativamente ao Governo.

Toda esta situação ficou eternizada com o nome de Brigada do Reumático, alcunha dada aos oficiais que participaram na cerimónia que acabou por revelar a rutura que existia nas cadeias de comando das Forças Armadas, entre os oficiais superiores e as classes de oficiais subalternos. O levantamento das Caldas aconteceria apenas dois dias depois.

Voltando um pouco atrás, foi na reunião de 5 de dezembro de 1973, na Costa da Caparica, que seria eleito o órgão executivo do MOFA, constituído pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho e pelo Major Vítor Alves e pelo capitão Vasco Lourenço. Nesta reunião também foi criado um grupo de trabalho para a criação do Programa do MOFA, com a coordenação do Major Melo Antunes. A 5 de março de 1974, em Cascais, deu-se uma nova reunião importante, onde foi aprovado o documento “O Movimento das Forças Armadas e a Nação”, apresentado pelo Major Melo Antunes onde se começou a notar alterações, nomeadamente nas reivindicações, sendo que o foco e o objetivo deixaram apenas de ser as alterações a nível militar, mas sim político e social a nível global, dentro de Portugal, revelando que o movimento tinha deixado apenas de ter o foco militar.

O levantamento ou “intentona” das Caldas, a 16 de março de 1974, foi uma espécie de ensaio para o que viria a ser o 25 de abril, por não ter corrido como desejado. O mau planeamento do levantamento das Caldas poderá estar relacionado com os acontecimentos que antecederam o dia, como a possível exoneração de Costa Gomes e de Spínola por não terem comparecido na cerimónia de apoio ao regime ou a transferência de vários capitães

para diferentes quartéis, criando um afastamento territorial que impediria uma melhor coordenação dentro do Movimento. Com esta tentativa de quebrar o que seria todo o trabalho executado e a organização do próprio Movimento dos Capitães, aliada à tentativa de estabelecer controlo do Movimento por parte de Spínola, as circunstâncias apelavam a uma ação por parte do Movimento o mais rápido possível. Assim, no dia 16, o Regimento de Infantaria 5 (RI5) sai das Caldas da Rainha em direção a Lisboa, ainda que de forma descoordenada. Nessa madrugada, os capitães tomaram as instalações do RI5, prepararam uma coluna militar e dirigiram-se para Lisboa, sem que mais nenhuma outra unidade que, teoricamente se poderia juntar, tivesse feito o mesmo. Otelo de Saraiva Carvalho, sabendo que existia apenas esse Regimento a marchar para Lisboa, ainda o tenta interceptar e assim, ordenar que os mesmos regressassem ao quartel, acabando isso por não acontecer, visto que Otelo não os conseguiu interceptar a tempo. Dessa forma, a coluna acabaria por saber pela mão de dois majores spinolistas, a poucos quilómetros de Lisboa, que encontrariam um dispositivo que tinha ordem de travar a tentativa do Regimento das Caldas, podendo utilizar os recursos que fossem necessários para o fazer. Ao conhecerem a situação e perceberem que mais nenhum Regimento ou grupo militar tinha saído dos quartéis, o RI5 retorna ao quartel das Caldas, existindo a rendição de mais de trinta oficiais, constituída por todos os capitães, tenentes e alferes envolvidos, que foram presos e transportados para o RAL1. Vários destes oficiais foram levados para o Presídio da Trafaria, onde permaneceriam até serem libertados no dia 25 de abril, pelo MOFA (Carvalho, 2009).

Para Fernando Rosas (2022), existem três fatores que explicam a escalada de posição política do movimento, que passou de reivindicar alterações dentro das Forças Armadas para reivindicar o fim do regime e a democratização de Portugal. O primeiro fator resume-se à capacidade de persistência dos membros do movimento em resistir contra qualquer ameaça ou ação por parte do Governo, sejam elas medidas que satisfizessem parte das reivindicações do Movimento ou medidas que limitassem a ação do mesmo. O segundo fator refere os fatores exteriores ao Movimento e ao Governo, nomeadamente a contestação social, visto que, desde 1973, as condições económicas e sociais agravaram-se, originando destabilização social por vias de greve, aumento da contestação estudantil e a intensificação de manifestações ou agitações contra a Guerra Colonial e contra o Governo. A isto tudo, terceiramente, também se junta a incapacidade de o mesmo responder a todos os problemas que se iam agravando, relativamente à conspiração que vinha sendo planeada *“Porque ela é protegida por chefes militares prestigiosos que Caetano não quer hostilizar; porque o chefe do Governo e os comandos militares, cegos pela sua jactância hierárquica, claramente a subestimam”* (Rosas, 2022).

A solução que foi encontrada para cerca de trinta aspirantes, sargentos, furriéis e cabos milicianos que, depois de uma detenção que durou quinze dias, foram dispersos por outras unidades militares do país, demonstra que não existiu uma verdadeira resposta eficaz por parte do Governo relativamente aos eventos de 16 março. Esta gestão por parte do Governo acabou por ter o efeito oposto e para o MOFA, que viria mudar de nome para MFA por iniciativa de Spínola para a tornar mais abrangente e incluir todos os militares. A Comissão Coordenadora do MFA reúne-se no dia 24 de março e opta por modificar o plano de operações, tendo em conta a ação do governo no levantamento das Caldas, encarregando-se o Major Otelo de Saraiva Carvalho do mesmo. A ação é marcada para a semana de 20 a 27 de abril, numa operação de grande sofisticação e logística, envolvendo um largo número de pessoas (Carvalho, 2009).

A preparação do plano de operações levou a que existissem duas teses diferentes em termos de atuação, para garantir um golpe rápido e eficaz. A primeira tese, apoiada por Vítor Alves e Vasco Gonçalves, baseava-se na concentração de força militar no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, tentando a partir daí derrubar o Governo, a demissão do Presidente da República e a dissolução da Assembleia Nacional. A segunda tese, apoiada por Otelo Saraiva de Carvalho, baseava-se na ideia de ocupar pontos estratégicos, lançar aparelhos militares na rua, cumprindo as ideias base dos manuais de estratégia que se baseava na concentração de forças e no fator surpresa. Acabou por entrar em ação a segunda tese, visto que a primeira ainda abria a possibilidade de intervenção estrangeira por parte da NATO ou de Espanha, visto que permitia ao Governo, com a concentração da força militar revoltosa num espaço, montar uma operação que acabasse com a mesma, podendo pedir ajuda internacional (Carvalho, 2009).

Assim, a tese defendida por Otelo contemplava a ocupação de várias infraestruturas em Lisboa, com o apoio de outras espalhadas pelo país. Essas infraestruturas como as estações de rádio e de televisão, o aeroporto da Portela e os próprios Ministérios do Governo, seriam objetivos que teriam de ser ocupados o mais rápido possível para enfraquecer qualquer reação por parte do Governo, garantiriam também a legitimação do golpe. Não só a surpresa, como a experiência militar foram cruciais nestes desenvolvimentos (Carvalho, 2009). *“Este facto ajuda a compreender a grande eficácia com que o Movimento foi preparado enquanto operação militar (...) em especial a superioridade das transmissões, que permitiam ao MFA manter as suas seguras e intercetar a maior parte das do inimigo” (Telo, 2007, p.29).*

Dessa forma, os alvos mais importantes foram a Emissora Nacional, o RC, a RTP, a Rádio Marconi, o Posto de Televisão de Tróia, o Banco de Portugal, o comando da Legião Portuguesa, o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, o Quartel-General da Região do Porto, o Ministério do Exército, o Aeroporto da Portela, o Aeródromo Base nº1, a Manutenção

Militar e a Penitenciária do Forte de Peniche, existindo nomes códigos para vários pontos-chaves. É importante notar que a Direção Geral de Segurança (DGS) não era considerada um alvo importante, pelo facto de não ter nem armamento, que era considerado ligeiro, nem pessoas, agentes ou outros quadros, em número suficiente para constituir uma real ameaça. Sendo uma revolução nos tempos considerados modernos, era dada uma grande importância aos meios de comunicação em massa, como a rádio ou televisão, reconhecendo assim a importância que o controlo destes meios representaria para, não só a legitimação da revolução, mas também como forma dissuasora de mais violência ou caos que se pudesse estabelecer durante a ação. Para garantir a maior eficácia, o MFA conseguiu dispor de forças oriundas de diversas unidades espalhadas por Portugal, tendo também várias unidades com um elevado valor operacional e armamento bélico (Carvalho, 2009).

Todas estas forças militares partiram de várias zonas da região de Lisboa, sendo também algumas de mais longe, tendo feito a marcha para Lisboa. Todas as forças militares foram coordenadas pelo posto de comando da Pontinha, com o nome de código “OSCAR”, para onde seriam transmitidos todos os eventos relevantes durante as movimentações das unidades, incluindo a conquista dos alvos anteriormente mencionados. A revolução correu, mesmo com alguns percalços, de forma rápida e fluida, tendo sido possível derrubar o governo em menos de vinte e quatro horas, sem que para isso tenha sido preciso existir sangue nas ruas, ainda que tenham morrido cinco pessoas, decorrente de tiros disparados pelas janelas da sede da DGS, antes da rendição das pessoas que permaneciam dentro do mesmo edifício (Carvalho, 2009).

A revolução do 25 de abril tornou-se assim um marco determinante na história de Portugal. Uma revolução conduzida pelo movimento dos oficiais subalternos e que se tornou numa revolução popular que, de acordo com Fernando Rosas, quebrou a hierarquia das Forças Armadas e acaba com o aparelho repressor do Estado. Também, com a transformação das Forças Armadas num movimento revolucionário, o Estado como era considerado deixa de existir e é transformado em várias instituições que dividem o poder entre si, criando um maior enfraquecimento das mesmas e uma capacidade de ação mais reduzida. Estas instituições, de nome Junta de Salvação Nacional, Governo Provisório, Conselho de Estado e Comissão Coordenadora do MFA, foram importantes no pós-25 de abril para a definição do que seria o caminho a tomar e, com avanços e recuos, construíram o que foi o imediato pós-25 de abril (Rosas, 2022).

A Diplomacia e o Fim do Estado Novo

A pesada herança diplomática de Salazar

Com o início da guerra nos territórios ultramarinos, a diplomacia portuguesa, já bastante desafiadora, viu-se numa situação ainda mais complicada. A política externa portuguesa, no tempo do Estado Novo, segundo Nuno Severiano Teixeira (2001), seguiu um modelo com vários séculos, existindo apenas algumas pequenas alterações. Dessa forma, o mesmo afirma que *“a integração no sistema de segurança atlântico e a entrada de Portugal na NATO; a reticência e o pragmatismo face ao processo de construção europeia, com a participação nos projetos de cooperação económica e a recusa de qualquer forma de integração política; e, finalmente, a recusa da descolonização e a defesa intransigente do Império”* (Teixeira, 2010, p.2) são os principais traços da diplomacia portuguesa, sendo os dois últimos pontos, a descolonização e a defesa intransigente do Império, os mais marcantes da governação de Marcello Caetano.

Mesmo seguindo uma linha sucessora, respetivamente a António de Oliveira Salazar, Marcello *“(…) tentou introduzir alguns elementos de flexibilidade na política ultramarina prosseguida pelo seu antecessor (...)”* (Rosas & Oliveira, 2004 p.303) sem que os mesmos tenham tido alguma utilidade marcante, algo facilmente perceptível na visita de Marcello Caetano a Londres, em julho de 1973, analisada por Norrie MacQueen e Pedro Aires Oliveira (2010) no seu artigo *“Cold War State Visits ‘Grocer meets Butcher’: Marcello Caetano’s London visit of 1973 and the last days of Portugal’s Estado Novo”*. Os autores mencionam a forma como esta visita de Estado serviria como uma tentativa de aproximação por parte de Portugal ao Reino Unido, na data da celebração dos 600 anos da Aliança Luso-Britânica que, fruto de posições bastante opostas e até situações tensas, *“(…) had declined sharply in the 1960s when the Rhodesian issue combined with a deep distaste in the British labour movement for what was still routinely described as ‘fascism’ in Spain and Portugal.”* Retornarei à mesma posteriormente.

A tensão e afastamento nas relações entre Portugal e Reino Unido não era único, visto que *“das antigas potências imperiais europeias, Portugal era a única que, em finais dos anos sessenta, continuava a resistir teimosamente à aplicação do princípio da autodeterminação nos seus domínios ultramarinos.”* (Mendes, 2020, p.4). É por isso que Portugal foi bastante criticado na ONU e em fóruns mundiais. É também um fator importante a visão pessimista e defensiva que António de Oliveira Salazar tinha relativamente ao novo sistema internacional.

É desta forma que Portugal, no início da década de 60, viu a sua política externa complicar-se ainda mais, com o estalar da guerra nas colónias e o conseqüente afastamento dos países parceiros, como o Brasil. Este quasi-isolacionismo trouxe alguns problemas a Portugal, como certas resoluções que foram votadas na ONU e que, apenas devido à importância de Portugal em questões geoestratégicas relativamente à Guerra Fria, veria a sua posição ser defendida pelos três membros do Conselho de Segurança que pertenciam ao Ocidente, EUA, Reino Unido e França. A esse afastamento alia-se a incapacidade de adquirir armamento, extremamente necessário para manter o esforço de guerra, fator que, com o arrastar dos anos, agravou-se e obrigou Portugal a procurar fontes de armamento diferentes das habituais, sendo França e Alemanha dois países importantes para esta questão. Marcello Caetano tinha então noção de que, para concretizar qualquer projeto político a nível de política externa, teria de resolver a questão da guerra colonial que começava a se estender por um longo período (Rosas & Oliveira, 2004).

Oliveira (2001) considera que a ambigüidade no discurso e nas políticas portuguesas no que diz respeito às províncias ultramarinas terá sido um dos grandes fatores para o fim do Estado Novo, visto que, *“uma vez destruídos os «fundamentos metafísicos» da nação, dificilmente se poderia esperar que os portugueses aceitassem continuar a suportar os sacrifícios económicos e humanos da guerra em prol de populações e territórios que, mais tarde ou mais cedo, deixariam de ser portugueses”* (Oliveira, 2001, p.3). Esta postura mais frágil de Caetano era observável, por exemplo, nas negociações do Acordo dos Açores com os EUA que, contrariamente à forma como Salazar conduzia as negociações, deixou de exigir garantias políticas relativamente ao ultramar e passou a exigir apenas garantias económicas e financeiras, deixando o *“elemento de incerteza que, desde 1962, obrigava os americanos a pensarem duas vezes antes de assumirem atitudes mais ríspidas em relação ao seu aliado.”* (Oliveira, 2001, p.3), atitudes que, derivada da mudança política norte-americana relativamente a África, limitavam a ação de Portugal. Antunes (1986) caracteriza Marcello como uma personalidade bastante diferente de Salazar: *“Caetano não tinha características idiossincráticas nem para ocupar o vácuo de autoridade deixado por Salazar nem para reproduzir o seu estilo pessoal.”* (Antunes, 1986, p.38). É também visto como uma personalidade pertencente à elite portuguesa, procura integrar elementos de pluralidade num sistema contrário à mesma, acabando por chocar contra os grandes apoiantes de um regime que tinha tido apenas um líder e que, com a saída do poder do mesmo, revelava-se um vazio deixado pela personalidade mais paternalista de Salazar (Antunes, 1986).

A esta inaptidão, alia-se a incapacidade de Marcello, como mencionado anteriormente, de aglomerar os diferentes setores do regime em torno de uma política ultramarina. Já António José Telo, autor mencionado por Oliveira (2001), percebe os problemas da governação de

Marcello como erros cometidos por Salazar, como o “ (...) erro de pensar que Portugal conseguiria conservar o império africano em contradição com os princípios da ética e do direito internacional (...) e sem o apoio activo das grandes potências.” (Oliveira, 2001, p.6), mencionando também que a manutenção do projeto ultramarino deve-se à capacidade dos dirigentes portugueses em encontrar novos apoios, como a França e a República Federal Alemã (RFA), oferecendo “(...) contrapartidas estratégicas e logísticas que Lisboa lhes oferecia (...)” (Oliveira, 2001, p.6). Mesmo estas novas ligações, com o passar dos anos, começaram a esfriar, com o crescimento da sensibilidade da população destes países com as guerras coloniais portuguesas e os movimentos de libertação africanos mostrando assim que, apesar de ter auxiliado Portugal na sua máquina de guerra, depender do apoio destes países não poderia ser uma solução efetiva, mas apenas temporária (Oliveira, 2001).

As relações entre Portugal e tanto a França como a RFA desenvolveram-se numa lógica de distanciamento dos EUA e da NATO, pela falta de apoio político e militar, “(...) virando costas à sua tradição atlântica e abraçando uma vertente europeísta.” (Marcos, 2006, p.3). Este afastamento é, também, devido ao falhanço de incluir as províncias ultramarinas na área defensiva da NATO, o que garantiria apoio militar por parte dos parceiros, “*However, for the US the Portuguese importance in the Western World was not in its Empire but in the Azores.*” (Fonseca & Marcos, 2008, p.3).

Segundo Daniel Marcos (2006), as relações entre Portugal e França, no período de 1958 a 1968, tinham como base uma solidariedade ideológica, principalmente pela posição de ambos relativamente à descolonização e à política africana, o que levava a que ambos fossem alvos de críticas na ONU. Mesmo depois da independência da Argélia, as relações acabaram por melhorar, principalmente devido à adoção de uma política externa fora dos dois blocos, fomentada por De Gaulle, que, tal como Salazar, seguia uma linha de conservadorismo ideológico e realismo, baseando-se na ideia de “*Grandeur*”, tentando assim afastar-se dos dois blocos. Segundo Marcos, De Gaulle assumia esta posição paradoxal visto que a questão portuguesa poderia reforçar a posição da França em África.

Um exemplo desta aproximação luso-francesa foi a ida de Marcello Mathias, Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses, a Paris, onde se encontrou com o presidente francês, em outubro de 1960. Nestes encontros, o MNE português assinalou que Portugal não admitia perda de nenhum dos seus territórios africanos, um sentimento também partilhado pelo presidente francês, afirmando “(...) que a França não faria «*jamais alguma coisa que pudesse prejudicar*» Portugal ou a «*concepção*» que este país decidisse para a evolução dos seus territórios coloniais. De facto, nos anos seguintes, nomeadamente até à demissão do general De Gaulle em 1969, a França manteve-se como uma das mais valiosas aliadas do Governo português, conciliando os seus interesses com os do Estado Novo, principalmente

em relação às questões africanas.” (Marcos, 2006 p.31). Para além disso, a França comprometia-se a apoiar Portugal na ONU, procurando proteger o seu aliado de repercussões maiores e assim não veria mais ex-colónias a cair na esfera de influência dos dois blocos. Este apoio não se manifestava apenas em questões políticas, assumindo também um carácter militar, com a venda de material de guerra por parte da França, tendo Portugal adquirido material necessário para se adaptar às realidades da guerra nas províncias ultramarinas. A venda deste material passava desde autometralhadoras *Panhard*, a helicópteros *Alouette III* ou até mesmo navios de guerra, navios que exigiam um enorme esforço financeiro que Portugal procurava aliviar (Marcos, 2006). Esta venda de material de guerra, criticada tanto internamente como pelos parceiros de França, para além da venda de urânio português, resultou, inversamente, no pedido, em 1964, da construção de infraestruturas francesas nos Açores, necessárias para o desenvolvimento do programa nuclear francês, num acordo que ficou conhecido como o Acordo das Flores. Estas instalações, que serviriam como rastreio de mísseis balísticos, foram utilizadas como jogo político por parte de Portugal, de forma a assegurar métodos de financiamento mais proveitosos para o pagamento do armamento e, também, Portugal garantiu a visita do ministro da Defesa francês Pierre Mesmer, em 1965, *“numa viagem aproveitada pelo regime português para divulgar as boas relações com a França”* (Marcos, 2006, p.12). Nos anos seguintes, as relações entre os dois países estagnaram, sendo o grande feito a adjudicação da construção da barragem Cahora Bassa, em 1968, já com Marcello Caetano o poder, a um consórcio franco-alemão-sul-africano, os três países que mais apoiaram Portugal durante este período e a aquisição de helicópteros PUMA, em 1969. Assim, as relações entre os dois países baseiam-se na manutenção de posições, nomeadamente a posição francesa relativamente à guerra nas colónias, algo que Portugal procurou manter com a eleição de Georges Pompidou. A própria eleição de Marcello Caetano significou um momento de esperança por parte do governo francês, com a possibilidade de existirem alterações na política externa portuguesa, acabando-se por se esfumar essa ideia com o passar dos anos.

As relações com a Alemanha Federal também beneficiaram Portugal, durante este período. Aprofundando as relações que já existiam antes da década de 60, com a compra alemã de munições e granadas produzidas em Portugal, com o início da nova década, *“(…) the strategic position of the Iberian Peninsula and the fact that Portugal was a member of NATO were determinant for choosing Portugal as the location for a German logistic base.”* (Fonseca & Marcos, 2008, p.8). Dessa forma, os dois países celebraram acordos de cooperação militar, que se basearia no uso recíproco de bases, aquisição de material de guerra, entre outros, num acordo às margens da NATO, por isso, fora do escrutínio da mesma. A escolha da base em Portugal que servisse melhor as necessidades alemãs recaiu na Base

Aérea de Beja, escolha que levaria a RFA a pagar a modernização da base aérea sem que a mesma deixasse de ser portuguesa, sendo também a base no sul de Portugal, o que traria vantagens geográficas à Força Aérea Portuguesa. Estes acordos foram assinados antes do estalar da guerra colonial, fator inesperado, mas que levou a que, *“Between 1961 and 1965, the Portuguese-German relations were very advantageous in regard to the Portuguese interests.”* (Fonseca & Marcos, 2008, p.9). Este apoio não era inocente, a hostilidade por parte dos outros aliados e a possibilidade de Portugal e, principalmente, os Açores, fora da esfera ocidental, era um fator bastante relevante para os alemães, que receavam a possibilidade de influência soviética em Portugal e, por consequência, na Península Ibérica. Assim, desde 1961 foi enviado um número substancial de máquinas de guerra, como aviões ou munições, que *“Although the German Authorities knew that these airplanes were to sent to Africa (...)”* (Fonseca & Marcos, 2008, p.10), indo contra o acordado entre ambos os países, sobre a utilização destes equipamentos única e exclusivamente em missões de defesa e da NATO, revelando uma ambiguidade nestes termos. Visto que, para Salazar, *“the defense of Europe should begin in Africa”*, tanto Portugal como a RFA estavam satisfeitos com a situação, pois a RFA poderia argumentar que Portugal tinha assegurado que este equipamento apenas seria utilizado dentro do espaço da NATO (Fonseca & Marcos, 2008).

Em 1965 as relações entre os dois países começaram a esfriar sem que a venda de aviões tenha acabado, muito em parte por uma venda de aviões *F-86 Sabre* que foram comprados pela RFA ao Canadá, que, ao saber da venda para Portugal, bloqueou a transação, resultando num situação complexa e complicada, que envolveu também negociações com a França e levou a que a partir de 1975, todas as armas e aviões disponibilizados ou vendidos pela RFA a Portugal, fossem usados apenas em operações da NATO (Fonseca & Marcos, 2008). As próprias mudanças políticas na RFA afetaram o relacionamento entre os dois países, principalmente pela pressão dos países africanos e à mudança de governos alemães e a *Ostpolitik*, seguida pelos governos de Willy Brandt, que levaram a uma mudança de postura, a nível político, da guerra colonial e, com a aproximação deste mesmo governo ao mundo socialista, existiria então uma maior sensibilidade às questões do Terceiro Mundo. Num panorama mais geral, *“a natureza ditatorial e colonial do regime constituía um obstáculo inultrapassável a uma aproximação política às Comunidades Europeias”* (Oliveira, 2001, p.7).

Relativamente às dimensões internacionais da queda do Estado Novo, é possível perceber que em 1973, com a guerra do Yom Kippur, Marcello Caetano, ao ceder às pressões norte-americanas relativamente ao uso da Base das Lajes para a construção de uma ponte aérea que possibilitasse a ajuda dos EUA a Israel, fez valer a Portugal repercussões económicas graves, com um boicote petrolífero por parte dos países árabes, seguindo-se

“(…) uma crise energética que fez disparar a inflação, penalizou consumidores, ameaçou a viabilidade de projectos como o pólo de Sines e a Siderurgia Nacional, e instaurou um clima de incerteza geral na economia.” (Oliveira, 2001, p.8). A incapacidade de conseguir responder a uma crise que penalizou bastante a população de Portugal, pode ser considerada como um dos fatores que levou à queda do regime no ano seguinte. A eleição de Nixon para o governo norte americano levou a uma mudança de postura relativamente à forma como Portugal resolvia a questão ultramarina, assumindo uma postura mais relaxada e menos vincada que os seus antecessores, fator que criava algum conflito entre os mesmos e Salazar em anteriores presidências. Tendo Marcello uma postura de maior abertura, Portugal poderia ter acedido aos pedidos dos aliados norte-americanos, não fosse a eleição anteriormente mencionada que levaria a um relaxamento da visão norte americana, visto que *“(…) em Washington tomava posse uma administração claramente menos interessa nos problemas africanos, e razoavelmente convencida da capacidade de resistência dos regimes brancos da África Austral.”* (Oliveira, 2001, p.8). A escolha de Marcello Caetano acabaria por revelar-se um fracasso, pela incapacidade de o mesmo mostrar-se independente não apenas da direita mais conservadora e do próprio método de governação de Salazar, não sendo capaz de impor uma posição mais própria, nem de tomar a decisão, por exemplo, de *“enveredar pela solução federal que ele próprio chegara a advogar em 1962”*. (Oliveira, 2001, p.9). Norrie MacQueen (1998), chega mesmo a afirmar que *“Pode dizer-se que, em 1972, ao recusar separar o caso especial da Guiné do mais vasto problema africano, Caetano precipitou a crise na metrópole, o que fez com que, dois anos mais tarde, o colapso imperial fosse tão rápido e total. As pedras do dominó estavam realmente colocadas para cair uma atrás da outra, mas haviam sido posicionadas pelo próprio Caetano.”* (MacQueen, 1998 cit. por Oliveira, 2001 p.9). O mesmo autor menciona também que *“Poderá defender-se que a presidência de Nixon foi basicamente nociva para o marcelismo enquanto doutrina, pois veio confrontar os ultras do regime e, de certo modo, tornou mais difícil uma abordagem radical dos problemas africanos, que por si só poderia ter salvo o regime.”* (MacQueen, 2004, 290).

A posição de Portugal na ONU, como mencionado anteriormente, era bastante fragilizada pela questão da guerra colonial, que durava há vários anos. Com Caetano, *“o panorama não sofreu alterações significativas”* (Oliveira, 2001, p.10), ainda que os parceiros da NATO mitigassem propostas ou resoluções mais drásticas, sempre com a visão do mundo em dois blocos presente. É possível, no entanto, mencionar que a participação de Portugal em organizações internacionais como a EFTA, a OCDE, a própria NATO e outras, nunca terá sido posta em causa, ainda que a posição frágil de Portugal continuava a ser forte o suficiente para que as sanções mais pesadas, como as sanções económicas, fossem aprovadas e aplicadas. Contudo, a entrada de Marcello Caetano no poder levou a que existisse uma visão

de uma “Primavera Marcelista”, sem que a mesma se tenha concretizado neste campo, abrindo espaço para o mesmo isolamento dentro da ONU, anteriormente verificável. A esta frágil posição aliaram-se alguns acontecimentos que danificaram ainda mais não só a política externa de Portugal, mas também a sua posição dentro da ONU, como a proclamação de independência da Guiné-Bissau, por parte do PAIGC, prontamente reconhecida por inúmeros Estados Membros da ONU, e a União Soviética e República Popular da China, dois membros do tão importante Conselho de Segurança. Outro dos fatores que tornou a posição de Portugal mais precária internacionalmente e, internamente, criou vários problemas entre a Igreja e o Governo, foi a audiência concedida pelo Papa Paulo VI aos dirigentes dos movimentos de libertação PAIGC, MPLA e Frelimo, *“que marcou um ponto de viragem na política da Santa Sé em relação ao regime colonial português”* (Oliveira, 2001, p.11). Este encontro, que poderia ser interpretado como uma possível validação da Igreja aos movimentos de libertação, colocou o Governo de Portugal numa posição desconfortável, tal como esteve em 1964, com a visita do Papa à Índia. Este encontro acabaria por gerar uma consciencialização maior relativamente à guerra ultramarina e das ações de Portugal, abrindo ainda mais espaço para desacordo entre um Governo extremamente religioso e devoto.

Marcello, confrontado com esta realidade, percebeu que a sua política externa só poderia passar por *“«aguentar» até que a guerra se resolvesse militarmente e as reformas ultramarinas desses os seus frutos”* (Oliveira, 2001, p.12), sendo assim necessário procurar resolver a guerra de forma que a manutenção do Império ficasse garantida, enquanto se tentava convencer a comunidade internacional de que essa manutenção era o melhor caminho a seguir. Para esse objetivo, Pedro Oliveira (2001) menciona os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Presidência do Conselho, onde encontrou *“vários e imaginosos esquemas onde os diplomatas portugueses tentavam esclarecer os seus congéneres ocidentais acerca da calamidade que um colapso do império africano poderia representar para a segurança do «mundo livre»”* (Oliveira, 2001, p.12).

Para esse fim, as crises internacionais, como a Guerra dos Seis Dias em 1967, levaram a que os responsáveis portugueses sugerissem a expansão da área de intervenção da NATO para lá do Trópico de Câncer ou mesmo um esquema de defesa com países do Hemisfério Sul, como o Brasil ou Austrália. Nenhuma destas propostas chegou a acontecer, devido à falta de solidariedade que muitos dos países ocidentais tinham com o regime de Portugal e a lógica colonialista, expressamente condenada pelos países ocidentais e pela opinião pública dos mesmos. Pela incapacidade de angariar novos aliados e estabelecer novas ligações, era determinante para Caetano assegurar que os antigos aliados, mesmo tendo em conta os embargos ao fornecimento de material de guerra a Portugal de utilização fora da atuação da NATO. Dessa forma, a renovação do Acordo dos Açores para a utilização

da Base das Lajes, poderia servir como uma vantagem para que as relações entre Portugal e os EUA voltassem a uma proximidade que se tinha perdido com o estalar da guerra colonial. Tal como mencionado anteriormente, Marcello Caetano, ao contrário de Salazar, deixou de pedir garantias políticas, pedindo apenas *“contrapartidas económicas e financeiras”* (Oliveira, 2001, p.14), acreditando que os governantes americanos fossem engenhosos na forma como poderiam pagar as mesmas sem ir contra a hostilidade da opinião pública e de alguns membros do Congresso, tendo sempre em atenção a questão do embargo de armamento militar. Para assegurar que não seriam apenas promessas vazias, o prazo do acordo passou a ser apenas de dois anos, anos que trouxeram mudanças profundas no Governo norte-americano, com o escândalo do Watergate que levou à renúncia da Presidência por parte de Richard Nixon e a vigilância da política externa por parte do Congresso americano, criando assim mais barreiras a acordos com Portugal. A utilização da Base das Lajes durante o Yom Kippur, como mencionado anteriormente, abriu a possibilidade de Marcello pedir mais armamento, mais concretamente mísseis *Red-Eye*, tendo Henry Kissinger sugerido a utilização de via secundárias para a obtenção do mesmo, *“(...)o que realmente aconteceu, embora já demasiado tarde para serem utilizados pelo regime.”* (Oliveira, 2001, p.15).

Discurso político do regime relativamente à política externa

Marcello Caetano percebia que a política colonial do país era alvo de críticas a nível externo, mas também dentro do próprio país. Novos tempos traziam consigo novas visões sobre o colonialismo e a emancipação dos países, como já foi explicado anteriormente. Sabendo disto, Marcello tentou alterar a própria retórica utilizada, reforçando os ideais de *“convívio multiétnico e o progressismo social do «mundo lusíada»”* que já tinham começado a ser implementadas ainda durante o período de Salazar no poder (Oliveira, 2001, p.18). Isto não foi feito apenas “para inglês ver”, visto que também para dentro de Portugal se tentou doutrinar esta nova visão. Existia por parte do regime uma *“tentativa de dessacralização de alguns dos dogmas que sustentavam a mística colonial do regime.”* (Oliveira, 2001, p.18). A estadia de Portugal no continente africano era justificada pela proteção que o próprio país conferia aos *“«milhões de portugueses, pretos e brancos, que confiam em Portugal, que querem continuar a viver sob a nossa bandeira e gozar a nossa paz»”*. (Oliveira, 2001, p.18). A ideia era tentar mostrar até para as próprias colónias que esta seria a melhor solução, quando comparada com as dificuldades que os países recentemente formados estariam a passar como: crises internas, políticas, guerras civis, massacres étnicos, regimes cleptocráticos, ditaduras militares, estagnação económica e até fome (Oliveira, 2001).

Marcello Caetano tentava assim mostrar que a independência, a ser alcançada, teria de ser planeada, estruturada e ter como base várias premissas económicas, técnicas, administrativas e humanas, algo que o Presidente do Conselho não descortinava na atualidade em África. Ou seja, Marcello exteriorizava a ideia de que a autodeterminação, em teoria, não era irrealizável, mas se fosse feita “à pressa” iria inevitavelmente acabar mal para os próprios cidadãos das colónias.

Dentro de Portugal, vários membros de uma “direita integracionista” discordavam e criticavam esta maior abertura proposta por Marcello Caetano, comparando-o com o antigo presidente francês, Charles de Gaulle, que tinha decidido deixar cair a guerra sobre o domínio da Argélia (Oliveira, 2001). Marcello tinha então uma tarefa difícil de jogar dos dois lados, necessitando de fazer as reformas para se apresentar internacionalmente como um aliado, mas sem criar demasiadas fraturas com os portugueses críticos de uma abordagem federalista que no final resultaria num abandono das colónias. Numa primeira fase, esta estratégia talvez tivesse colhido melhores frutos: *“Em 1962, quando a luta armada ainda nem sequer eclodira na Guiné e em Moçambique, o “federalismo” poderia ser uma forma de «desarmar» os movimentos emancipalistas, esvaziando de sentido muitas das suas reivindicações ou reduzindo-as a um simples problema de «direitos humanos».*” (Oliveira, 2001 p.21). Mas com o passar do tempo, o extremar de posições e, obviamente, a guerra colonial, esta solução passou a ser inexecutável. A verdade é que nenhuma solução encontrada pelas antigas colónias (Portugal, Reino Unido, França) para manter uma réstia de controlo e poder duraram bastante tempo ou foram bem-sucedidas, quando confrontados com a esperança de uma liberdade nacional.

Olhando um pouco mais para trás, até ao final da década de 60, Marcello não tinha apoio absoluto. O próprio presidente de Portugal, Américo Tomás, avisou-o que a sua ratificação no poder por parte das forças armadas implicava a manutenção da política ultramarina praticada por Salazar e a continuidade de Franco Nogueira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que elucidava Marcello Caetano nesta política (Oliveira, 2001). Mais uma vez, Cahora Bassa é relevante, pois mesmo não sendo uma obra a qual Caetano tivesse ganho muito afeto, era na mesma relevante em termos psicológicos e moralizadores (Oliveira, 2001). A matéria das colónias continuou a ser relevante no país, tendo até sido um dos temas na campanha eleitoral e ocorrendo a vitória da União Nacional nas eleições legislativas de 1969, Marcello considerou-se legitimado para concluir a sua estratégia para as colónias e manter a defesa militar que ocorria (Oliveira, 2001). A demonstração da força militar portuguesa serviria de aviso para reforçar que só com a participação portuguesa é que ocorreriam mudanças nas colónias. Várias táticas foram copiadas da participação americana no Vietname, como *“criação de «aldeamentos estratégicos», «africanização» das unidades*

de combate, incursões em países que davam santuário às guerrilhas dos movimentos de libertação (Senegal, Guiné-Conackry, Congo-Brazaville, Zaire, Zâmbia, Tanzânia), recurso à guerra química e acções de «busca e destruição»” (Antunes, 1990 cit. por Oliveira, 2001 p.23). Em 1971 e 1972 quando a revisão constitucional e a nova lei orgânica do Ultramar respetivamente foram implementadas já muito “sangue” tinha sido derramado. Mais uma vez, o balanceamento de expectativas por parte de Caetano era trabalhoso e dificilmente iria agradar a todos. Enquanto a “direita integracionista” pressionava Caetano a não abdicar do poder que Portugal tinha, as “elites brancas das províncias africanas” lamentavam que as disposições autonomistas que recebiam não eram suficientes para as grandes questões de governação (Oliveira, 2001). Mesmo que Marcello Caetano quisesse ter feito alterações mais profundas, crente que conseguiria aproveitar uma menor pressão externa, uma perspetiva económica mais favorável, uma administração mais descentralizada e o surgimento dos tais “novos Brasis”, sem a necessidade de alterar a constituição e utilizar a expressão federal, todo o contexto internacional e português muito dificilmente o permitiria “*«Tempo, dêem-me tempo, era o que eu pedia aos impacientes, era o que eu solicitava aos estadistas estrangeiros a quem expunha os meus planos, geralmente acolhidos com compreensão e simpatia»*” (Caetano, 1974 cit. por Oliveira, 2001 p.24).

Diplomacia com África

Após a saída de Franco Nogueira do Palácio das Necessidades em 1969, Marcello Caetano tentou desenvolver uma melhor relação com os estados africanos que davam sinais de serem mais “moderados e pró-ocidentais” (Oliveira, 2001). Para isso, Portugal esforçava-se para dividir a África numa parte civilizada e noutra primitiva. A ideia não era garantir a tão desejada descolonização pedida pelos vários países e instituições internacionais (ONU e OUA), mas sim um restabelecimento de relações diplomáticas que revelassem que o objetivo continuava a ser a manutenção de Portugal dentro do continente africano (Oliveira, 2001). O Presidente do Conselho, tentou (mesmo que nem sempre bem sucedido) manter “(...) *esta linha dialogante, tentando inclusivamente moderar as iniciativas locais que pudessem comprometê-la, nomeadamente a cooperação militar com Salisbúria e Pretória e as incursões, invasões e golpes de mão sobre estados independentes (...)*” (Oliveira, 2001 p.25).

Um exemplo importante deste período foi a “reação ambivalente” que Portugal teve com o Manifesto de Lusaka, em 1969, que seria posteriormente adotado pela ONU e pela OUA. Portugal e as suas políticas eram vistas pelos signatários deste documento como livres de racismo e era celebrado tanto a possibilidade de realização de referendos quanto à autodeterminação como pela manutenção da ligação a Portugal (Oliveira, 2001). O

comunicado representava “(...) a percepção dominante entre muitos dirigentes africanos de que os regimes brancos da África Austral tinham passado a sua prova de fogo (sanções, embargos, ostracismo diplomático, insurreições armadas), e que a melhor forma de alcançar o objectivo final do «governo de maioria» seria não através do confronto, mas do diálogo e das reformas políticas.” (Oliveira, 2001 p.25).

Portugal usava assim estas opiniões positivas para tentar melhorar a sua posição com diversos estados no continente africano fortalecendo laços de cooperação, restaurando alianças políticas e estabelecendo pactos de não-agressão nas zonas de fronteira (Oliveira, 2001). Um dos exemplos que Pedro Oliveira (2001) mencionou foi a relação de Portugal com o Malawi, fortemente influenciada pela associação de Hastings Banda (ex-primeiro-ministro do Malawi) com Jorge Jardim (empresário ligado ao Estado Português). Esta relação simbiótica era explicada pela formação militar à milícia do regime “*Young Pioneers*” ou o auxílio monetário na construção dos palácios presidenciais do lado português e, em contrapartida, Hastings Banda desempenha um papel mais “moderador” com os seus parceiros na OUA e deixava os militares portugueses punir os membros da Frelimo no país. A criação e manutenção de relações com estadistas africanos, de preferência moderados, era crucial para Portugal. Leopold Senghor e Houphouët-Boigny, ex-presidente do Senegal e ex-presidente da Costa-de-Marfim, respetivamente, são duas amostras desta tentativa portuguesa. Ambos eram a favor de um diálogo entre a OUA e África do Sul e Portugal, algo que enfureceu os principais revolucionários das colónias portuguesas (Oliveira, 2001). O ex-presidente do Senegal até “*formulou diversos apelos ao diálogo e ao fim das hostilidades, sugerindo que uma solução para o conflito colonial português poderia passar pela integração das províncias africanas numa associação de tipo confederal, juntamente com Portugal e o Brasil: uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira (esquema que em anos anteriores a diplomacia brasileira tentara, sem êxito, vender a Portugal).*” (Oliveira, 2001 p.27). Ainda que tenha ocorrido contactos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses, esta hipótese nunca passou de meros contactos, devido a dois fatores: o que Rui Patrício considerou ser um excesso de ambição de Spínola de ter todo o controlo sobre a discussão da Guiné e ainda a oposição do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) que tinha apreensão que os seus objetivos não fossem respondidos (Oliveira, 2001). O movimento sofria assim grandes retaliações por parte das tropas portuguesas sempre que entrava em território senegalês.

Quando as tréguas foram propostas mais uma vez com a intermediação de Senghor, entre o PAIGC e os portugueses, desta vez com Spínola a comandar as negociações, Marcello Caetano bloqueou a continuação das conversas, afirmando que a submissão do PAIGC a “(...) «*ideologias e forças internacionais*» não oferecia as garantias indispensáveis a

um cessar-fogo efectivo, e que, uma vez aceite para a Guiné a «fórmula onusiana da autodeterminação», criar-se-ia um «precedente terrível» para que a mesma fosse reclamada pelos movimentos em luta nos outros territórios e pelos seus aliados internacionais.» (Oliveira, 2001 p.28). Ou Caetano acreditava numa espécie de “teoria dos dominós”, ou então tinha receio do poderio que Spínola poderia ganhar, quando faltava pouco para as próximas eleições presidenciais portuguesas (Oliveira, 2001). Em mais que uma vez, Caetano barrou as hipóteses de Spínola de encontrar uma solução com Amílcar Cabral, afirmando até que *“(…) «sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.»* (Caetano, 1974 cit. por Oliveira, 2001 p.29). Impossibilitando uma negociação sobre a Guiné, é natural que as forças militares começassem a perceber que mais uma vez, tal como já tinha acontecido em Goa no início da década de 60, estariam a ser “carne para canhão” com o objetivo de assegurar a continuidade do poderio português (Oliveira, 2001).

O aproximar de uma crise política

Com uma crise profunda no regime, Marcello procura a todo o custo criar as condições necessárias para a sua manutenção no poder. O “Movimento dos Capitães” começou a ganhar algum relevo através da organização de protestos tanto em Portugal, como no continente africano (MacQueen & Oliveira, 2010). O crescimento do movimento foi proporcional ao descontentamento dos militares: *“Professional grievances among junior and middle ranking officers had become entangled with a general hopelessness about the prospects for the colonial wars and the capacity of the regime to extricate the country from them.”* (MacQueen & Oliveira, 2010 p.44). Quanto mais frustração e descontentamento se acumulava, mais o movimento se transformava *“(…) de uma contestação estritamente corporativa para uma de contornos abertamente políticos”* (Oliveira, 2001 p.29), sendo que também crescia dentro daqueles que apoiavam o regime, como Kaúlza de Arriaga, que era *“um dos nomes falados para um eventual golpe oriundo deste sector”* (Oliveira, 2001 p.29). Já nesta altura, existiu uma tentativa de afastar um possível conflito na metrópole, fator que falhou completamente com a crise do petróleo causada pela ajuda de Portugal aos EUA e Israel na guerra do Yom Kippur, levantando assim a problemática do custo da manutenção de uma guerra que ocupava uma boa fatia do Orçamento de Estado. As limitações ao consumo de petróleo e a própria contenção económica geraram o clima perfeito para existir maior agitação social que, auxiliado à cada vez mais impossível tarefa de ganhar a guerra colonial e a própria independência da Guiné-Bissau, reconhecida internacionalmente, abria uma enorme problemática a Marcello e relevava o falhanço da política externa do mesmo.

Para agravar a situação, tal como mencionado anteriormente, *“como não possuía a autoridade carismática de Salazar, Caetano (...) dificilmente poderia emular a tática do seu antecessor na Índia portuguesa: a troca de uma derrota militar honrosa, salva-se a coerência doutrinal da política de defesa do Ultramar”* (Oliveira, 2001 p.31). Desta forma, Caetano era praticamente obrigado a garantir uma vitória militar, ou pelo menos a garantir uma solução que não significasse uma humilhação militar, a última apenas possível com o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos das províncias ultramarinas. Assim, Caetano tentou resolver os casos mais preocupantes, como o caso da Guiné ou Moçambique (a situação de Angola parecia mais fácil de resolver), mostrando também o empenho na defesa do Ultramar. Nesse campo, Pedro Oliveira (2001) enfatiza as declarações de Marcello a 5 de março de 1974, em que o mesmo menciona a necessidade de uma resposta transversal, pois a aceitação de qualquer exigência poderia pôr em causa todo o conjunto, neste caso, das províncias ultramarinas. Apesar desta posição, Marcello reconhecia que a negociação talvez fosse uma opção a considerar, comunicando, por exemplo, com Jorge Jardim, em busca de uma possível solução, *“pois um colapso militar em Moçambique era uma eventualidade que não se podia ignorar”* (Oliveira, 2001 p.32).

Algumas ideias finais

Marcello Caetano definitivamente que não tinha as mesmas características que Salazar, no que toca à habilidade de gerir as emoções relacionadas com a guerra colonial. Tal como MacQueen (2004) menciona, *“a África seria a pedra-de-toque para o sucesso ou o insucesso do marcelismo”* (MacQueen, 2004, p.266). Apesar da *“rigidez, intransigência e imobilismo”* (Oliveira, 2001 p.34) serem características de Salazar e Marcello parecer assumir uma postura mais flexível, o mesmo, como alguns autores apresentam, parecia ter receio das fações mais conservadoras e imutáveis da sociedade portuguesa, e por isso não foi capaz de, realmente, produzir e seguir uma linha construtiva no que toca à gestão das províncias ultramarinas e não possuía autoridade suficiente para tomar decisões mais arriscadas. Dessa forma, com a sua atitude mais permissiva de oposição interna, acabou por ficar de *“mãos atadas”* e sem capacidade governativa, tal como MacQueen (2004) afirmou, referindo que *“Apesar de não poderem subsistir dúvidas sobre a gestão inepta e mal-avisada da diplomacia por parte de Caetano, era um facto incontornável que na altura da sua tomada de posse nem a manobra diplomática mais sofisticada poderia ter salvo a posição portuguesa”* (MacQueen, 2004, p.286). Um exemplo desta divisão foi o anúncio por parte da ala liberal da Ação Nacional Popular (anteriormente União Nacional), vista como os grandes aliados de Marcello Caetano, de que não se iriam apresentar nas próximas eleições legislativas de 1973 (MacQueen &

Oliveira, 2010). Vários foram os deputados desta ala, incluindo o já mencionado Sá Carneiro, que desmoralizados com a falta de mudanças decidiram abandonar a Assembleia Nacional. Como MacQueen e Oliveira (2010 p.44) afirmam *“Caetano’s vacillation and repeated concessions to the Salazarist ultras had finally disaffected this more progressive faction of the Estado Novo elite from the official political process.”*. Pedro Oliveira (2001) menciona também que, *“No seu momento de maior força, Caetano procurou rodear-se de colaboradores imbuídos de intenções reformistas e claramente sintonizados com as democracias europeias.”* (Oliveira, 2001 p.35), mencionando que, em partes, Marcello assumiu uma postura realmente reformista, ainda que a mesma provavelmente ficasse aquém do necessário e esperado para o contexto internacional que Portugal fazia parte, como o Acordo Comercial celebrado com as Comunidades Europeias a julho de 1972, que continha uma cláusula evolutiva que pode ser invocada em 1976, pelo Primeiro Governo Constitucional, de forma a estreitar as ligações com a Europa.

Esta aproximação da Europa é mais evidente com a lei aprovada a novembro de 1971 *“sobre o sistema de pagamentos interterritoriais, que acabava de vez com a miragem da «moeda única imperial»*” (Oliveira, 2001 p.35), denotando assim, um afastamento às províncias ultramarinas, pelo menos a nível económico, mesmo que o seu discurso continuasse pela teoria dos dominós, ou seja, *“a ideia de que o Ultramar português constituía uma realidade «una e indivisível» e que o abandono consentido ou deliberado de uma das partes provocaria o colapso do todo”* (Oliveira, 2001 p.36). Desta forma, Marcello e a sua incapacidade de tomar mais decisões arriscadas, hipotecou a possibilidade de chegar a acordos com as províncias ultramarinas, ou criar soluções que pudessem simbolizar algo que não fosse uma rutura total com as mesmas. Também, Pedro Oliveira (2001) questiona se Franco Nogueira, autor mencionado anteriormente, teria razão quando argumentava que a política externa teria acelerado o colapso do regime. Para o autor, *“a diplomacia também não podia ter suprimido o cansaço crescente que a sociedade portuguesa experimentava em relação à guerra colonial, e o seu desejo de integrar a «normalidade» democrática e burguesa da Europa”* (Oliveira, 2001 p.36), logo, é possível perceber que apesar da política externa não ser apenas o único fator, foi, talvez, dos mais importantes, para a queda do regime em 1974 e a rutura com as políticas anteriores.

É importante notar que a política externa e a diplomacia, com o 25 de abril de 1974, significou uma mudança de posicionamento de Portugal de tal maneira que *“só tem um paralelo no passado mais recente se a compararmos com a que se dá em 1807/1825, com a perda do Brasil.”* (Telo, 1999, p.2). Dessa forma, é também relevante analisar quem compunha o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a forma como os mesmos desempenhavam o seu papel durante o Estado Novo, tendo especial atenção os anos de governação de

Marcello Caetano. Analisando a composição do corpo diplomático português, Oliveira (2006) conclui que a grande predominância de indivíduos oriundos de Lisboa, do sexo masculino (visto ser uma carreira exclusiva ao mesmo), praticamente todos com frequência em cursos universitários em Portugal, existindo uma grande predominância por estudos realizados na Faculdade de Direito de Lisboa, na Faculdade de Direito de Coimbra e do ISCEF (agora ISEG). Para além disso, os diplomatas provinham de estratos sociais mais elevados, incluindo alguns com títulos de nobreza, sendo que com o golpe militar de 28 de maio de 1926 não tenha existido uma limpeza, mostrando que *“a maioria dos funcionários do MNE parece ter acolhido com uma expectativa benévola o golpe militar”* (Oliveira, 2006, p.15).

Já com a guerra colonial e a forma como a mesma se estava a desenrolar, *“a política ultramarina e a construção europeia foram as questões em torno das quais se cristalizaram, sem em surdina, as principais clivagens políticas”* (Oliveira, 2006, p.17), sendo relatado que Diplomatas que fugissem à narrativa considerada padrão, seja por via de sugestões ou mesmo apenas por suspeitas de opiniões divergentes, foram afastados dos cargos com maior responsabilidade, sem que isso tenha lado a demissões. Apesar disso, existiria uma minoria que *“terá visto na aproximação de Portugal aos movimentos de integração europeia (EFTA, CEE) uma possível alavanca para a abertura e liberalização do regime.”* (Oliveira, 2006, p.17), sendo que a falta de capacidade de tomar decisões por parte de Marcello Caetano, não permitiu a esta corrente crescer durante a governação do mesmo. Já numa corrente oposta, *“estavam os «africanistas (...), aqueles para quem a perda do império era geralmente equacionada em termos trágicos”* (Oliveira, 2006, p.18), onde se encontravam grande parte do número de diplomatas, sendo que os mesmos também ocupavam os cargos de maior relevo para o MNE, como as embaixadas de Washington, Londres, Paris e até Pretória.

Oliveira (2006) menciona também que, após o 25 de abril muitos diplomatas argumentaram apenas estar a cumprir ordens, referindo também que, apesar do Estado Novo não ter imposto a inscrição no partido como obrigatória, o número, no período entre 1930 e 1974 (132), não fugia muito ao número de outros funcionários públicos inscritos no partido e ia de encontro à tendência em outras ditaduras europeias, visto que *“Numa área tão sensível como os negócios estrangeiros seria muito difícil que um governo autoritário pudesse conviver com um corpo de funcionários suspeito de albergar instintos heterodoxos ou opiniões dissidentes.”* (Oliveira, 2006, p.19).

Em fevereiro de 1974, a publicação do livro *Portugal e o Futuro* pelo General António de Spínola que tinha como objetivo reavaliar a política colonial portuguesa, a favor de uma solução política em vez da continuação da guerra (MacQueen & Oliveira, 2010). Marcello Caetano, como forma de demonstrar o seu poder, decidiu demitir tanto Spínola como o General Costa Gomes. As tais vozes de revolta continuaram a expandir-se e a intensificar-se,

resultando até numa primeira tentativa de golpe, em março, mas que não teve frutos, sendo facilmente reprimida. Contudo, como se sabe, a 25 de abril de 1974, deu-se o fim do regime num dos mais importantes momentos na história portuguesa *“Finally, though, on 25 April, the Armed Forces Movement (Movimento das Forças Armadas), which had emerged from the Captain’s Movement, overthrew the regime in a virtually bloodless coup. Within hours Marcello Caetano was on his way into exile.”* (MacQueen & Oliveira, 2010 p.44).

Processo de Transição Democrática

Com o 25 de abril e o fim do Estado Novo, os acontecimentos que se seguiriam em Portugal ganhariam uma dimensão internacional, com a atuação de atores tanto nacionais como estrangeiros. Portugal entraria então nas bocas do mundo e o desfecho da transição democrática portuguesa seria seguido atentamente. Samuel Huntington (1991) refere mesmo que o caso português iniciou uma nova vaga de transições democráticas que afetou o resto do mundo. Ainda assim, *“Todos os que, do exterior, observaram a evolução política portuguesa nesses anos de 1974-1975 são unânimes em destacar a sua excecionalidade”*. (Rezola, 2017 p.5).

O caso português surge na distinção entre transições negociadas e transições originadas por rutura, no último caso, visto que existiu um golpe que efetivamente rompeu com o anterior regime. Thomas Bruneau (1995) menciona os elementos que considera serem determinantes para o sucesso da transição democrática, começando por mencionar a rápida emergência dos partidos políticos, uns que anteriormente estavam na clandestinidade, como o PCP (Partido Comunista Português) e o PS (Partido Socialista), e logo após a revolução a formação de outros partidos com diferentes ideologias. O segundo ponto menciona a promessa inicial de eleições, que eventualmente iriam acontecer, por sufrágio universal e secreto, para definir primeiramente quem iria redigir a nova Constituição. O terceiro ponto é respetivo à reconstituição das forças armadas *“(…) their professionalization, and gradual removal from power”*. (Bruneau, 1995 p.152). Sendo um golpe realizado por capitães e, por isso, oficiais de baixa graduação, o golpe de estado quebrou com as cadeias de liderança, abrindo também espaço à indisciplina e luta política entre diferentes grupos de militares e mesmo com partidos políticos, sendo então necessário existir uma saída gradual das forças armadas dos poderes de decisão política – que, não obstante, apenas se concretizou em 1982, com a primeira revisão constitucional. O quarto ponto é relativo à formulação de uma nova Constituição que refletisse as mudanças da situação política em Portugal, que aspirava

tornar-se uma democracia, mesmo existindo vários momentos onde a Assembleia Constituinte foi influenciada pelo contexto social e político do momento. Por fim e não menos importante, o último ponto é relativo à grande envolvência de atores estrangeiros, pelo contexto em que Portugal, um país que tinha um regime considerado sólido e enraizado foi tão rapidamente derrubado, gerando um período de instabilidade política que teve repercussões na Europa e em todo o mundo (Bruneau, 1995).

Tal como Pedro Mendes (2004) menciona, “(...) o sucesso de uma transição democrática não pode menosprezar a influência da dimensão internacional (...)” (Mendes, 2004 p.1), sendo portanto importante analisar a forma como o 25 de abril de 1974, que iniciou “o movimento de transição de regimes não democráticos para a democracia à escala mundial” (Sá, 2012 p.2), contou com a influência de agentes internacionais e se enquadrou no contexto internacional de Guerra Fria e de “Détente” que marcava as relações internacionais. Assim, a revolução surge num contexto em que era perceptível que existia a possibilidade de uma alteração política em Portugal, sem que existissem reais evidências de que estaria para acontecer, como evidenciado por Fonseca (2012), quando menciona que “(...) todas as fontes de serviços secretos, não só alemães mas dos restantes aliados da NATO, garantiam “que a ditadura portuguesa está de pedra e cal para durar.” (Fonseca, 2012 p.5). Apesar disso, a relação entre a oposição socialista portuguesa ao regime, por via de Mário Soares, e o SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), demonstrava já uma certa tentativa de “(...) desenvolver uma política orientada para a democratização de Portugal (...)” (Fonseca, 2012 p.5) por parte de agentes internacionais, destacando-se a Alemanha Federal e os EUA (Fonseca, 2012).

Relativamente a esse contexto internacional, a transição democrática em Portugal enquadra-se numa altura oportuna, onde existiu uma ascendência de partidos europeus sociais-democratas, que viam na construção e desenvolvimento de relações entre países europeus o caminho a seguir para uma maior independência europeia face às duas grandes potências, culminando com o alargamento da CEE em 1973. Estes partidos, como o SPD, foram bastante relevantes no processo democrático em Portugal e na sua aproximação à Europa, visto que “Muitas destas formações partidárias estabeleceram rapidamente ligações com as novas organizações que despontaram em Portugal.” (Oliveira, 2009 p.3). Sá (2012) afirma que a transição também surge numa altura em que se deu a passagem para a segunda fase da *Détente* bipolar, “(...) caracterizada pela ofensiva soviética.” (Sá, 2012 p.7).

A esta questão juntam-se também as várias crises no mediterrâneo, como a crise de Chipre que trouxe um conflito entre a Grécia e a Turquia, dois membros da NATO, que, tal como Sá (2012), descreve, levou à queda do governo grego e a uma mudança do regime, para além de ter deteriorado as relações entre os EUA e a Turquia. Para além disso, a inclusão

de partidos eurocomunistas no governo francês e italiano, mesmo que em acordos com outros partidos, vistos como mais moderados e com uma visão bastante diferente do comunismo soviético, acenderam algumas luzes de alarme na capital americana. Este não era o caso português, visto que o PCP, às portas da revolução, ainda se encontrava na clandestinidade e nunca se demarcou da ideologia do bloco do Leste, fator que preocupou ainda mais os americanos, pela possibilidade de ingerência soviética dentro de um país da Europa Ocidental (Oliveira, 2009). É, por isso, possível dizer que *“Portugal era um laboratório de análise e experimentação política e social, onde decorreria a última revolução de esquerda da Europa”* (Rezola, 2017 p.5).

É possível identificar três fases no processo revolucionário, ainda que haja acontecimentos que transpõem estas barreiras, relacionadas com os acontecimentos internos. A primeira fase é relativa ao período compreendido entre maio e setembro de 1974. A segunda fase, pelos desenvolvimentos que serão mencionados, compreende-se entre os meses de outubro de 1974 e 11 de março de 1975, dando-se início à terceira fase, que acaba a 25 de novembro de 1975 (Rezola, 2017).

As notícias da revolução portuguesa tiveram reações diferentes por todo o mundo. No caso alemão, já durante a década de 60 e, principalmente, com a subida ao poder do SPD, em 1969, existia uma tentativa de manutenção das relações entre os dois governos e uma ligação entre os dirigentes de ambos os países, seguindo a lógica de *Ostpolitik*, mencionada anteriormente, numa ótica de que a liberalização dos regimes, seguiria pela *“(...) sua aproximação à Europa, a um centro económico e político mais desenvolvido, e não pelo seu isolamento ou sequer destituição dos regimes autoritários”* (Fonseca, 2012 p.2).

Esta perspetiva é facilmente observável com a já abordada divisão que Marcello Caetano enfrentou entre a manutenção das colónias em África ou uma aproximação à Europa, que inevitavelmente levaria a uma liberalização do regime. Esta aproximação à Europa, visível no Acordo de Comércio Livre, assinado em 1972 e que contemplava uma cláusula evolutiva, e com a lei sobre o sistema de pagamentos interterritoriais, mencionados anteriormente, não produziu os efeitos desejados tanto pelos parceiros europeus, como pela oposição democrática e anticomunista, dentro e fora de Portugal (Fonseca, 2012).

Para os líderes alemães, esta desilusão acabaria por levar à aproximação a elementos da oposição democrática que eram mais próximos ideologicamente, como Mário Soares, líder da ASP (Ação Socialista Portuguesa) que, juntamente com o PCP, formavam as duas principais forças opositoras do regime (Fonseca, 2012). A ASP surge em novembro de 1964 pelas mãos de Mário Soares, com a necessidade de abrir mais espaço na oposição do regime, antes dominada pelo PCP, e pela necessidade de fundar um partido pelo contexto nacional, visto que o regime estava cada vez mais fragilizado e o seu fim próximo (Castaño, 2012).

Mário Soares foi, assim, determinante para a angariação de apoios e reconhecimento internacional da ASP, durante o seu exílio em Paris, que começou em 1970. Diretamente de Paris, o mesmo consegue angariar apoios junto dos principais partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental, como o caso do SPD e a Fundação Friedrich Ebert, que apoiarão a ASP com fundos para as cooperativas e para o jornal *República*, mecanismos importantes para a divulgação do próprio grupo socialista e suas atividades em Portugal, numa forma de garantir mais apoio internamente (Fonseca, 2012). Outro passo determinante para a afirmação da ASP internacionalmente foi a sua admissão na Internacional Socialista, em 1972, como membro pleno da organização. Isto levou à transformação deste coletivo em partido, fundando-se assim o PS durante um congresso da ASP em *Bad Münstereifel*, na Academia da Fundação Ebert, sendo Mário Soares o escolhido para secretário-geral do partido. Esta aproximação alemã era, ainda assim, algo limitada, pois “(...) o facto de depositarem em Marcelo Caetano algumas esperanças no sentido da liberalização do regime português fazia com que os líderes do SPD, cuja maioria desempenhava funções governativas, não se pudessem expor ao ter relações mais próximas e claras com a oposição socialista portuguesa.” (Fonseca, 2012 p.4), levando a que a fundação Friedrich Ebert tivesse sido, então, a principal fonte de contactos e de apoios a Mário Soares e aos socialistas portugueses, demonstrando que, apesar da distância, existia um acompanhamento atento da situação portuguesa (Fonseca, 2012).

Este acompanhamento intensificou-se com o agravamento da situação interna relatada por Mário Soares, mencionando o descontentamento dos militares e o crescimento da repressão que se vivia depois das eleições de 1973, mostrando também que a situação política era cada vez mais incerta, com a forte possibilidade de uma mudança no governo pela via da força. Em 1974, e com a publicação do livro “Portugal e o Futuro” pelo general António de Spínola, os sociais-democratas alemães intensificaram as relações com os socialistas portugueses, ainda que a demissão do General Spínola e do General Francisco Costa Gomes e o falhanço do golpe de 16 de março tenham levado os sociais-democratas a acreditar menos na ideia de Mário Soares de um iminente golpe de estado que alterasse a situação política. Mesmo assim, “A postura equilibrada e a proximidade de Soares com o grupo dos militares «em torno de Spínola» modificaram a importância que o SPD dava aos contactos com o Partido Socialista português” (Fonseca, 2012 p.5), levando a que a tão desejada recepção oficial de uma delegação do PS em Bona tenha sido marcada para os dias 23 a 25 de abril de 1974. A delegação portuguesa foi recebida pelos dirigentes do SPD e da Fundação Friedrich Ebert e, informalmente, por representantes dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Esta visita acabaria por terminar mais cedo do que o previsto, com os

desenvolvimentos políticos em Portugal e o golpe de estado em curso, no dia 25 de abril, que levou Mário Soares a regressar a Portugal (Fonseca, 2012).

Em Portugal, no rescaldo da revolução, os dois “partidos políticos” que se tinham estabelecido na clandestinidade tornaram-se nos principais atores políticos. Tanto o PCP, como o PS, assim como outras configurações políticas, ainda não se poderiam considerar partidos políticos legalizados, visto que o programa apresentado pelo MFA permitia apenas a formação de associações políticas que poderiam servir como «embriões» de futuros partidos políticos. Nesta medida, quando Mário Soares regressa do exílio, um dos seus primeiros objetivos passava por assegurar o reconhecimento dos partidos políticos, objetivo esse transmitido no próprio dia do regresso a António de Spínola, no primeiro encontro entre os dois. (Castaño, 2012). Na manifestação do dia 1 de maio de 1974 seriam Mário Soares e Álvaro Cunhal a aparecer lado a lado, juntando PCP e PS, num evento que Mário Soares atribui como chave para a destruição do “governo fascista”, pela mobilização e adesão da população à manifestação promovida pelos sindicatos e pelos partidos políticos (Castaño, 2012).

O PCP, partido histórico em Portugal, que contava com várias décadas de atividade clandestina, disponha de um alcance e relevância nos grandes centros industriais do país e em zonas de grandes latifúndios. Já o PS não dispunha da mesma capacidade, tendo a sua grande força nos núcleos exteriores a Portugal e na sua visibilidade e apoios internacionais (Castaño, 2012). Tanto Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, como Mário Soares, secretário-geral do PS, seriam então consideradas as principais figuras políticas partidárias no rescaldo da revolução, tal como demonstrado na manifestação do 1º de maio.

A abertura da sociedade portuguesa deu origem a uma grande erupção de variadas lutas sociais que se refletiu numa quase constante mobilização popular na rua. Com o golpe militar, assistiu-se a um desenvolvimento acelerado dos mais variados tipos de organização e manifestações populares que abriram espaço às mais variadas reivindicações. Rezola (2017) aponta que a mobilização popular que se verificou em 1974 e 1975 não era apenas resultante das alterações políticas que terminaram com a repressão do anterior regime, mas eram também resultantes do desmantelamento das estruturas de poder e de repressão, e das sucessivas crises que a transição democrática iria criar, existindo então “(...) *as condições propícias para a emergência, o desenvolvimento e a consolidação dos movimentos populares*” (Rezola, 2017 p.8). Estas estruturas sociais irão acabar por ser extremamente relevantes para a forma como os sucessivos governos provisórios e a própria Assembleia Constituinte formularão a democracia e, por conseguinte, o futuro de Portugal.

Início do processo de transição

Com a entrega do poder a Spínola por parte de Marcello Caetano, vários desafios rapidamente surgiram. A primeira grande disputa que resulta do 25 de abril está relacionada com os objetivos e o rumo que Portugal seguiria desse dia para a frente. Ao longo do tempo é possível verificar que a cada grupo existirá uma visão diferente do que realmente significa o 25 de abril, tentando sempre fazer cumprir certas reivindicações e objetivos que vão de acordo com a linha de pensamento de cada grupo, seja político, militar, social e criando disputas que, ao longo do tempo, vão acontecendo e marcando a política nacional.

O MFA, ainda antes do golpe de Estado, elaborou um programa político com o objetivo de que todos os propósitos traçados pelos militares fossem cumpridos. Este programa tinha como grandes objetivos derrubar a ditadura, instaurar uma democracia e acabar com a guerra colonial. No entanto, o programa aprofundava-se mais relativamente à transição do anterior regime para uma democracia, passando pelo desmantelamento das instituições do regime destituído, pela libertação dos presos políticos, pelo restabelecimento das liberdades fundamentais, pela formação de um Governo Provisório civil e a promessa de eleições por sufrágio universal, direto e secreto, no prazo de 12 meses, para uma futura Assembleia Constituinte. Para além destas ideias, *“O programa também estabeleceu os órgãos de soberania até à aprovação da nova Constituição, Junta de Salvação Nacional (JSN), presidente da República, Governo Provisório, Assembleia Constituinte, Conselho de Estado e tribunais.”* (Rezola, 2022 p.56).

A lógica do poder, legalizada a 14 de maio pela lei 3/74, dividia a responsabilidade entre militares, na JSN, e civis, no Governo Provisório, existindo um outro órgão misto, o Conselho de Estado, composto tanto por militares como civis. A JSN teria o papel de eleger, de entre os seus membros, o Presidente da República, que governaria até se formar o Governo Provisório, tendo também o papel de assegurar a transição para um regime democrático. O Governo Provisório teria o papel legislativo e executivo, até à realização de eleições legislativas, assegurando o funcionamento do Estado. Estas definições de poder seriam realmente estabelecidas nos pós-25 de abril, existindo uma alteração significativa no planeamento do MFA: Spínola ocupa a Presidência da República, ao contrário de Costa Gomes que ocupa o cargo de CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas). Esta questão e as divergências entre o MFA e Spínola levaram o MFA a não abandonar no imediato o jogo político, criando, ainda nos finais de abril, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA (Rezola, 2022).

Primeiras Reações Internacionais

Com a confirmação do golpe militar e o sucesso do mesmo, caberia agora perceber os próximos passos a dar relativamente à diplomacia a seguir. As reações ao golpe de estado também diferiram, mesmo entre os vários aliados tradicionais de Portugal.

É principalmente notável as diferenças entre os Estados Unidos e a Europa, especialmente com a Alemanha Federal, ao longo do processo de transição. Esta questão torna-se particularmente relevante, tendo em conta os respetivos receios do que seria o futuro de Portugal, aliado na NATO, e com relações próximas com ambos os países. Torna-se então imperativo perceber como é que ambos os países entenderam os acontecimentos do 25 de abril em Portugal, tentado também perceber o porquê de existirem tais diferenças e a forma como os governos destes países se foram movimentando em relação ao período de transição em Portugal.

Visão da RFA

Relativamente à RFA que, como já foi explicado, foi um ator ativo neste período conturbado, a revolução trouxe uma diferente nuance à questão do apoio alemão à transição democrática em Portugal. O apoio da RFA surge quase imediatamente, como o telegrama enviado a 30 de abril de 1974 da Embaixada Americana em Bona para Washington, referente à conversa entre o Embaixador Português na Alemanha, Vasco Futscher Pereira e Van Well, Diretor Político Alemão, a 26 de abril, assim o demonstra. No mesmo, é descrito que o Embaixador declarou a lealdade da Embaixada Portuguesa ao novo governo Português, ao que Van Well referiu que a Alemanha Federal estaria a seguir os acontecimentos em Portugal com especial atenção e simpatia pelo povo português, esperando pelo compromisso português na NATO e por uma solução política em Portugal que beneficie a população portuguesa.¹ A atuação do Governo Federal e da Chancelaria Federal, com Helmut Schmidt a tornar-se Chanceler em maio de 1974, foi então bastante significativa. Fonseca (2012) menciona que *“As iniciativas levadas a cabo pelo chanceler Schmidt, apelando, a um apoio internacional e ao mais alto nível para as forças moderadas portuguesas e, em particular, a Mário Soares, tornaram-se um complemento determinante para toda a estratégia de auxílio à democratização portuguesa”* (Fonseca, 2012 p.5). Estas iniciativas, no entanto, não desvalorizam a atuação do SPD e da Fundação Ebert, considerados elementos centrais no

¹ Telegrama da Amembassy Bonn para Washington, Abril de 1974, National Archives USA (online) Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=82481&dt=2474&dl=1345>

apoio à democratização portuguesa. Assim, o governo da RFA permite tanto ao SPD como à Fundação atuarem, não interferindo diretamente no processo de democratização e desaconselhando a passagem dos contactos já existentes para um nível oficial (Fonseca, 2012).

A Fundação Ebert tem como grande foco a atuação no terreno, existindo representantes da mesma em Portugal nos dias logo a seguir à revolução. Assim, a Fundação encarregou-se de preparar, a nível estrutural, os futuros quadros políticos do PS, ao passo que também auxiliou na aquisição de bens, como material de escritório. Já o SPD tinha como grande foco o apoio político, solidarizando-se com o PS e auxiliando o mesmo a fortalecer a sua imagem, seja internamente, seja externamente. Este auxílio do SPD foi, também, importante na definição ideológica do PS, do distanciamento do PCP e das suas ideias, contribuindo para a elevação do PS na Europa. Sendo o PCP um partido comunista, seria então importante, no contexto da Guerra Fria, que não tomasse o poder em Portugal, tornando-se assim o PS um partido relevante para a luta contra esta possível situação. Para além da preocupação com o rumo de Portugal, os alemães pensavam, também, que uma possível vitória comunista poderia inspirar outros países, nomeadamente a Espanha, desequilibrando a situação política de Détente (Fonseca, 2012).

Ainda assim, é impossível não reconhecer a visão otimista que os líderes europeus tinham para o futuro português, mesmo reconhecendo que a inclusão do PCP no novo governo era inevitável. A possível democratização de Portugal levou a que, “(...) *in the name of democracy and rapid decolonization that many Western European countries and the EEC embraced the Portuguese revolution.*” (Del Pero, 2009 p.8). Contudo, como já foi explicado, nem todos os aliados tinham uma visão tão positiva sobre a situação portuguesa.

Visão dos EUA

Antes da revolução, a importância de Portugal e da Europa do Sul em geral junta-se com a instabilidade interna nos Estados Unidos, no médio oriente e ações soviéticas no mar mediterrâneo, levando a um maior foco americano nesta região. Desta forma, os contactos americanos com os movimentos opositoristas ao regime foram praticamente nulos, existindo apenas algumas noções de quem poderia fazer parte dos mesmos, mais concretamente Spínola e Costa Gomes, vistos como as únicas figuras portuguesas capazes de alterar a situação política em Portugal (Sá, 2007). A administração americana sempre procurou os efeitos internacionais dos acontecimentos em Portugal, tendo especial atenção Henry Kissinger, Secretário de Estado americano, “(...) *whose position was dictated both by the inability to fully understand the intricacies and peculiarities of Portuguese politics, and by his*

tendency to evaluate what was happening in Portugal in light of its potential repercussions elsewhere (...)” (Del Pero, 2011 p.1). O regime português gozava de uma certa amizade por parte do governo americano, levando mesmo Kissinger a descrever “(...) *Salazar’s and Caetano’s Portugal as an ‘inefficient, but benign’ regime*” (Del Pero, 2011 p.4).

Mesmo tendo conhecimento dos movimentos de oposição, Kissinger aconselha as autoridades americanas em Portugal e o embaixador americano, Stuart Nash Scott, a não estabelecer contacto com a oposição ao governo português, desaconselhando “*qualquer gesto de apoio a Spínola e às suas ideias*” (Sá, 2007 p.4). Esta “não-reação” surgiu devido ao risco de afetar as relações diplomáticas entre os dois governos, principalmente tendo em conta o possível aproveitamento soviético das guerras em África. Tiago Moreira de Sá (2007), menciona ainda a incapacidade americana de prever o golpe de estado em Portugal, tendo apenas conhecimento de que a situação política portuguesa estava a atingir um ponto de rutura, existindo a possibilidade de que “*algo estava para acontecer para breve*” (Sá, 2007 p.2), sendo o grande impulsionador desta opinião a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, já anteriormente mencionado (Sá, 2007).

Nos Estados Unidos, existiu então uma confusão generalizada pela falta de informação no próprio dia do golpe. Sá (2007) refere mesmo que “*Existe um consenso entre os investigadores relativamente ao facto de os EUA terem sido apanhados de surpresa pelo golpe de Estado militar de 25 de Abril.*” (Sá, 2007 p.7). Isto é verificável pelos telegramas enviados da Embaixada em Portugal para a administração americana, assinados por Richard Post, número dois na Embaixada, cujo conteúdo oferecia poucas explicações para o que se estava a passar e sobre quem seriam os responsáveis pelos eventos relatados na rádio e nos jornais portugueses. É também possível observar o desconhecimento da situação portuguesa no *briefing* diário ao Presidente Americano, a 26 de abril de 1974, em que faz apenas uma breve menção sobre a situação em Portugal e as declarações de Spínola, efetuadas durante a madrugada do dia 26.² É natural que num período tão conturbado e com tão poucas fontes de informação, as explicações tenham demorado, ainda para mais no caso americano que não tinham contactos com as redes clandestinas de oposição. Esta incapacidade de recolher informações levou a que as primeiras conclusões, como a biografia dos constituintes da Junta de Salvação Nacional (JSN) fosse limitada, tal como o entendimento sobre as políticas que a mesma seguiria a nível nacional e colonial (Sá, 2007).

Mesmo assim, Richard Post recomenda o reconhecimento do novo regime político em Portugal, mencionando a aceitação maioritária da população de Lisboa e o carácter mais

² The President’s *Daily Briefing* 26 de Abril de 1974 (online). Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0006007733.pdf

favorável aos Estados Unidos em comparação com o anterior regime. É apenas no dia 27 de abril que Richard Post faz uma análise mais profunda sobre os acontecimentos anteriores, ainda que na mesma “(...) podemos encontrar uma boa síntese dos equívocos que ainda subsistem entre os diplomatas americanos em Portugal.” (Sá, 2007 p.7). Esta análise contempla uma ideia de que a Junta seria capaz de enfraquecer as oposições tanto à direita e à esquerda, colocando-a no centro, ocupando mesmo o discurso e ideais da esquerda, consolidando o seu poder interno enquanto dismantelava as estruturas que suportavam o anterior regime, como a DGS. O mesmo relatório refere também que existiam possíveis oposições à mudança de regime, nomeadamente por famílias abastadas ou empresários, sem que os mesmos pudessem configurar uma possível contrarrevolução. Sá (2007) refere que o relatório, de forma ingénua, afirma que a esquerda portuguesa parecia se contentar com as liberdades garantidas pela Junta, pelo menos aos olhos da Embaixada Americana. O relatório também menciona as manifestações públicas, afirmando que as mesmas se dirigiam aos símbolos do anterior regime, mas coloca o primeiro de maio como uma possível data onde poderiam acontecer manifestações que pudessem gerar alguma desordem e confronto entre a Junta e a mobilização da esquerda, com o apelo à greve geral da mesma. Tendo em conta todos os acontecimentos e recomendação de Richard Post, o reconhecimento oficial do regime surge então no dia 29 de abril, com um telegrama enviado pelo Departamento de Estado à Embaixada Americana em Lisboa. (Sá, 2007). A 30 de abril é enviado um telegrama a partir da Embaixada Americana em Bonn, onde é mencionado que Soares, em conversações com Dingels, líder do departamento de Relações Internacionais do SPD, sobre a posição americana face aos acontecimentos em Portugal: “*He hoped US authorities would draw correct conclusions from Portuguese coup, which had nothing to do with anti-NATO feelings.*”³. Ainda assim, Del Pero (2009) refere que “(...) Kissinger in particular, distrusted the new government, which comprised all the anti-Salazarist parties including the Communists (...)” (Del Pero, 2009 p.7).

O desconhecimento americano sobre a situação em Portugal continuava elevado, visto que “*Scott não tem conhecimento das profundas divergências entre Spínola e uma parte dos membros da JSN, por um lado, e o MFA, por outro*” (Sá, 2007). Mais uma vez, ficou demonstrado o profundo desconhecimento americano sobre a política de bastidores que se iniciava em Portugal, “(...) *falando-se da JSN e do MFA como se fossem uma e a mesma coisa.*” (Sá, 2007). Sá (2007) menciona que apenas a 10 de maio encontrou na correspondência entre a Embaixada e Washington a questão das divergências entre a JSN e

³ Telegrama da Amembassy Bonn para Washington, Abril de 1974, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=67719&dt=2474&dl=1345>

o MFA, existindo uma crença de que Spínola seria capaz de controlar a situação pacificamente (Sá, 2007).

Kissinger, o homem de ideias fixas

Kissinger, considerado por Del Pero (2019) como um 'realista', tem uma visão bastante forte da Europa, ao que Del Pero chama de “*Três Europas*”: a primeira focada na “(...) *alleged historical lesson in realpolitik and geopolitics Europe offered (...)*” (Del Pero, 2019 p.2), relacionada com a história da Europa em si e o estudo das relações internacionais da Europa, com o Congresso de Viena originado pelo fim das guerras napoleónicas, que mudou drasticamente a Europa e que seria necessário conhecer, principalmente pelos líderes americanos, pois a mesma servia como “*analogical model and historical antecedent: warning and precursor.*” (Del Pero, 2019 p.2). Kissinger estudou a Europa neste período, pois considerava o mesmo bastante importante para a forma como as relações internacionais americanas teriam de se basear. A aceitação da ideia de que o mundo não dependia apenas dos interesses americanos, havendo limites na atuação americana, era crucial.

A “segunda” Europa estará relacionada com a Europa aliada aos Estados Unidos durante a Guerra Fria, a Europa que Kissinger, eventualmente, acabaria por estar associado, enquanto membro da Administração Americana. O Secretário de Estado acredita mesmo numa visão “(...) *that a unitary West existed, cemented as it was by history, institutions, political culture and, after 1945, basis strategist imperatives.*” (Del Pero, 2019 p.6). Esta visão algo “ocidentalista”, afirma Del Pero (2019), ainda que inicialmente atraindo Kissinger, o mesmo acabou por ser uma das suas maiores vozes críticas, considerando os métodos utilizados pelos líderes americanos ineficazes, existindo um carácter paternalista que impossibilitava os mesmos de perceber que os problemas com os parceiros europeus não se baseavam apenas em soluções políticas ou “espirituais”: “(...) *they could be addressed through a simple technical or organizational reshuffle of the methods and institutions managing Transatlantic interdependence.*” (Del Pero, 2019 p.7), mesmo existindo a noção de que a aliança transatlântica era imperativa para a segurança e independência dos países europeus face ao perigo da URSS, algo que apenas os EUA conseguiam garantir: “*The Alliance was natural, but equally natural was the hierarchy of power on which it was based and ultimately depended.*” (Del Pero, 2019 p.7). Kissinger também considerava que qualquer integração europeia que fugisse dessa visão, poderia ser considerada perigosa, especialmente se a mesma fosse feita num contexto de fim da aliança transatlântica e que originasse uma abertura de relações entre os países europeus e a União Soviética ou o fim da hegemonia americana dentro das relações internacionais europeias, mostrando também uma visão que

Del Pero (2019) considera ser *bipolarismo obsessivo*: “Once in government Kissinger would frequently reaffirm these fundamental convictions, underplaying both Europe’s contribution to the common Atlantic cause and the possibility for the Western European allies of Washington to somehow emancipate themselves from their structural dependence on the USA and its power.” (Del Pero, 2019 p.8).

Por último, uma Europa no meio de um conflito entre as duas maiores superpotências deste período, sendo também um campo de batalha entre as mesmas e “(...) *the terrain on which they would eventually develop a commonality of geopolitical interests that will catalyze the process of détente of the late 1960s/early 1970s.*” (Del Pero, 2019 p.3). Esta visão parte das duas anteriores e aplica-a à realidade que Kissinger vivia, uma realidade eurocêntrica em que “(...) *the Cold War was about Europe (...)*” (Del Pero, 2019 p.9) mesmo que Kissinger, de acordo com Del Pero (2019), visse os aliados europeus com alguma desconfiança, principalmente quanto à sua capacidade de resistir à influência soviética. Esta visão tem o seu grande “expoente” com a ideia propagada por Kissinger de que seria necessário fazer tudo para que não existissem alterações no *status quo*, ou seja, “(...) *the objective was instead to buttress a bipolar status quo that was clearly advantageous to the USA, while stabilizing it and reducing the dangers (...)*” (Del Pero, 2019 p.9), mesmo que para isso fosse necessário entrar em comunicações com o bloco soviético, tal como aconteceu no período de Détente. Esta ideia permitiria aos dois blocos continuar a controlar a Europa, com as fronteiras definidas entre os dois blocos, e evitaria assim uma guerra em que nenhuma superpotência seria capaz de sobreviver. O controlo da Europa pelas superpotências “(...) *meant reducing the agency of the Europeans and the possibility for them to pursue a more autonomous and independent foreign policy.*” (Del Pero, 2019 p.10).

Esta noção, como mencionado anteriormente, choca diretamente com os interesses europeus, que nesta fase procuravam novas formas de integração e desenvolvimento económico, procurando também criar uma própria agenda internacional que não tinha, necessariamente, de servir também os interesses americanos, como Del Pero (2019) menciona, com a posição de Willy Brandt e a sua *Ostpolitik*. O autor afirma também que todas as tentativas de estabilização da Guerra Fria, passando pela aceitação da União Soviética a partir de acordos que permitissem criar relações básicas de cooperação entre as duas superpotências, tiveram o efeito contrário, com “*the ensuing erosion of the very ideological foundations of the order that Kissinger wanted to uphold and reinforce.*” (Del Pero, 2019 p.11). Esta visão é importante para entender o que seria, efetivamente, a visão da administração americana pelas mãos do seu mais importante contribuidor, Kissinger, e a forma como a mesma se percebe dentro do contexto da revolução e período seguinte.

I Governo Provisório

Ainda que Spínola, inicialmente, seja mais favorável à constituição de um governo militar, com o objetivo de realizar as eleições democráticas e referendar a questão ultramarina, a 16 de maio, toma posse o I Governo Provisório de Portugal, presidido por Adelino de Palma Carlos, pessoalmente escolhido por Spínola sendo que, a esta altura, “(...) *já a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas haviam reconhecido o poder político emergente do golpe militar de 25 de abril de 1974.*” (Ferreira, 2004 p.1). Mário Soares defendeu que no governo provisório deveriam estar representadas três correntes, comunista, socialista e centrista, sendo a representação do PCP uma regra à participação do PS nesse governo (Castaño, 2012). Dessa forma, o governo provisório seria então constituído pelo representante do MDP/CDE (Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral) e líderes do PS, do PCP e do PPD (Partido Popular Democrático), partido centrista recentemente criado por influência de Spínola que, procurando contrabalançar o teatro político português, promoveu a criação de um partido de centro e outro de direita moderada. (Castaño, 2012).

Com um governo tão diverso em termos de partidos, as divergências começaram-se a notar rapidamente. A questão relativa ao MDP e do futuro do mesmo dividiu o PS e o PCP, com o PS a defender que o MDP deveria funcionar como organismo dedicado a resolver as divergências entre as diferentes ideologias presentes no governo, algo que o PCP não concordava e, assim, abria espaço a futuras coligações entre partidos de esquerda (Castaño, 2012). Para além do choque entre partidos, rapidamente se viram também as profundas divergências entre Spínola e os restantes membros do governo, com Mário Soares a referir a falta de coordenação entre os diferentes membros, não existindo uma estrutura entre Ministérios, o que revelava a falta de planeamento do I Governo Provisório, sem que Spínola conseguisse ou demonstrasse capacidade de governar (Rezola, 2007).

Crise Palma Carlos

Já em junho, Spínola entrou numa campanha política para levar as suas ideias à frente e, de certa forma, descartar o Programa do MFA. Esta ideia é reforçada com a convocatória de assembleia de oficiais de 8 de junho, na Manutenção Militar. Esta assembleia, que tinha como objetivo promover os oficiais a generais, tinha como grande objetivo a dissolução da Coordenadora do MFA, com base nas negociações da independência de Moçambique, em que as opiniões dentro do MFA eram divididas, que Spínola tentava aproveitar. “*Ao promover*

este encontro, Spínola tinha como objetivo exigir um voto de confiança na sua pessoa e o seu reconhecimento como o condutor dos processos da democratização e descolonização.” (Rezola, 2007 p.82). Na reunião, que contava ainda com a presença de alguns membros do Governo, incluindo o Primeiro-Ministro, e da JSN, foi exposta a situação extremamente complicada em que Portugal se encontrava, demonstrando a necessidade de existir um reforço de poderes do Presidente da República. Durante a reunião entre os militares, a Coordenadora denuncia a estratégia apresentada, tendo Spínola referido que abandonaria a Presidência se perdesse o apoio do MFA. Com uma crise entre o MFA e Spínola, o último embarca numa tentativa de garantir apoios nacionais e internacionais, sendo a reunião com Nixon nos Açores, a 19 de junho, um dos pontos mais importantes (Rezola, 2007).

Findo um mês depois da reunião na Manutenção militar, Spínola pensa já ter o apoio necessário para seguir com o seu projeto político e, juntamente com Palma Carlos, propõe ao Conselho de Estado alterações à lei (3/74) que tinha estabelecido a forma como os poderes eram distribuídos no pós-revolução. Motivado pelas circunstâncias cada vez mais complicadas em que Portugal se encontrava, Palma Carlos sugere um reforço dos poderes presidenciais e executivos, propondo também a elaboração de uma nova Constituição, sujeita a referendo, que deveria ser aplicada no lugar do Programa do MFA, e a realização de eleições para a Presidência, apresentando a sua demissão se tais alterações não fossem aprovadas: *“A ideia de que, nessa reunião do Conselho de Estado de 5 de julho, se estava a promover um golpe de Estado constitucional é relativamente consensual”*. (Rezola, 2007 p.83) No entanto, o Conselho de Estado apenas aprovou a proposta que reforçava os poderes do primeiro-ministro, rejeitando as restantes alterações. Já Spínola, vendo as alterações cair no Conselho de Estado, procurou o apoio necessário em Conselho de Ministros, reunindo apenas alguns votos favoráveis como o de Palma Carlos e Sá Carneiro, do PPD, levando a que as alterações caíssem também no Conselho de Ministros. Palma Carlos apresentaria assim a sua demissão a 9 de julho (Rezola, 2007). Também Sá Carneiro sairá do governo, visto que, segundo Castaño (2012), foi informado que o líder do PPD não poderia permanecer no governo porque o Movimento não o aceitaria. (Castaño, 2012). Esta crise levou Kissinger, representado pelo embaixador americano, a avisar Spínola que a manutenção de comunistas no governo português poderia ter consequências na forma como a Administração Americana se iria relacionar com o governo português, como se iria verificar posteriormente (De Sá, 2012).

É no seguimento da crise Palma Carlos que é criado o Comando Operacional do Continente, com o objetivo de garantir o cumprimento do programa do MFA e assegurar a ordem pública. Rezola (2007) menciona que o processo de formação do COPCON não é de todo transparente. Existem várias teorias relativas ao propósito real do COPCON, sendo a

principal teoria a de que o mesmo tinha sido criado para retirar o poder tanto ao MFA, como ao CEMGFA, ainda que Spínola mencione que tinha sido Costa Gomes a propor a criação do COPCON. Assim, *“O COPCON é concebido como um órgão militar executivo, de rápida intervenção, com poderes de mobilizar todas as unidades do Exército e, se necessário, das forças especiais da Marinha (fuzileiros) e Força Aérea (para-quadistas)”* (Rezola, 2007 p.85), estando sob comando direto do CEMFA (Chefe de Estado Maior das Forças Aéreas). Para Comandante Adjunto foi nomeado o Major Otelo Saraiva de Carvalho, promovido a Brigadeiro, passando também a ser comandante da RML (Rezola, 2007).

Sobre a nomeação de Saraiva de Carvalho, tal como relativamente ao COPCON, existem várias teorias sobre a razão da nomeação de Spínola, existindo algumas dúvidas sobre a proximidade entre os dois, e as próprias motivações de Spínola para o nomear. No entanto, no mesmo dia em que é Otelo é promovido, o mesmo refere que a sua nomeação para o cargo no COPCON parte dos seus camaradas e não do Presidente da República, demonstrando assim a sua posição relativamente às divergências entre o MFA e Spínola. O COPCON seria então uma peça bastante importante, gozando de bastante independência relativamente ao CEMFA. *“Mais do que um braço armado ao serviço da JSN ou do próprio Spínola, o COPCON revelar-se-á, sobretudo nos primeiros meses, um importante apoio para as acções do MFA (...)”* (Rezola, 2007 p.87).

Mário Soares: a visão exterior

Mário Soares assume a pasta dos Negócios Estrangeiros, iniciando uma série de viagens a várias capitais europeias entre os últimos dias de abril e o início de maio com o objetivo de acalmar os líderes europeus *“(...) relativamente ao respeito das novas autoridades pelos compromissos internacionais de Portugal, desde logo a participação na Aliança Atlântica.”* (Oliveira, 2009 p.4). Estas também serviam para pedir fundos económicos, de forma a auxiliar Portugal nesta nova fase política. Os líderes socialistas europeus, confiando em Mário Soares e no PS, estavam dispostos a oferecer apoio e legitimidade ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, enquanto também ofereciam apoio técnico ao Partido Socialista, acreditando que os mesmos seriam capazes de servir os interesses do ocidente, enquanto poderiam modernizar e integrar Portugal na Europa. Mário Soares também se assumia como a figura mais capaz de realmente fazer frente ao PCP, com a sua *“(...) articulated vision of a socialist and European Portugal (...)”* (Manuel, 2010 p.3) que, com um discurso menos “extremista” que o partido comunista, poderia ser capaz de o vencer nas futuras eleições democráticas. Del Pero (2009) conclui *“Soares would stick to this script for most of the post-revolutionary crisis, simultaneously presenting himself and his party as the most reliable*

bulwarks against communism, the best hope for a rapid 'Europeanization' of Portugal, and, also, as the only political force capable of preventing any possible, Chile-like, neo-authoritarian reaction." (Del Pero, 2009 p.8).

Mais uma vez, a administração americana tinha uma visão bastante diferente da situação portuguesa e do líder socialista. Kissinger principalmente, estava pouco impressionado com as palavras de Mário Soares. O Secretário de Estado Americano, considerava que uma rápida e pouco cuidada descolonização "(...) *would advantage radical groups, such as the MPLA in Angola, and facilitate further Soviet penetration in Africa*". (Del Pero, 2009 p.9). Para além disso, a permanência de comunistas num governo de um país pertencente à NATO poderia inspirar outros países a fazer o mesmo, e passar a mensagem "(...) *that despite its words American now tolerated a loosening of Atlantic discipline and a new season of 'popular frontism'*." (Del Pero, 2009 p.8) e assim alterar, também, o que seria a Europa no pós-guerra. A questão da participação comunista no governo portuguesa é evidenciada no telegrama enviado pela Embaixada Americana em Bonn, para Washington, relativo aos encontros de Mário Soares na Alemanha Federal, em que o mesmo menciona a necessidade de incluir os comunistas no poder, de forma a partilhar a responsabilidade pelas políticas tomadas pelo Governo.⁴ Mesmo assim, os Estados Unidos consideravam que Spínola era capaz de limitar a ação dos mais radicais e efetivamente controlar os mesmos, enquanto promovia a descolonização em África, fator que levou ao encontro entre Nixon e o presidente português, no qual o presidente americano prometeu ajuda económica e apoio político (Del Pero, 2009).

A questão da participação portuguesa na NATO também foi aligeirada durante a cimeira da aliança a 18 de junho, em Otava, cimeira que servia também para comemorar os 25 anos da aliança, em que Mário Soares menciona a necessidade de combater contra regimes que não respeitam os direitos do homem e os direitos democráticos dentro da NATO, fazendo uma alusão ao período do Estado Novo em Portugal, membro fundador da NATO (Oliveira, 2009). Esse discurso serviria principalmente para os aliados europeus, que pela mão de Harold Wilson, afirmaria que o espírito de solidariedade da aliança "(...) *teria de existir caso o novo Portugal democrático viesse a ser alvo de um qualquer ataque.*(...)" (Oliveira, 2009, p.4).

⁴ Telegrama da Amembassy Bonn para Washington, Maio de 1974, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=97888&dt=2474&dl=1345>

PS E PCP: as divergências crescem

“A demissão do primeiro-ministro Palma Carlos marca uma importante viragem na complexa correlação de forças que se gerou na sequência do 25 de abril.” (Rezola, 2007 p.87) Seria então formado o II governo, com Vasco Gonçalves a ser designado pelo MFA para assumir o lugar de Primeiro-Ministro. Logo no final de setembro, com a manifestação da Maioria Silenciosa cancelada pela força que o PCP e o MDP conseguiram mostrar via mobilização das massas, levou a que a posição de Spínola se tornasse impossível, decidindo o mesmo a abandonar o cargo de Presidência da República, o que levou a um reforço da posição do MFA. É durante este período que se dá um desvio do país à esquerda, com o PCP também a apoiar a participação direta do MFA na Assembleia Constituinte, que colocava em perigo o exercício de voto pluralista e democrático. Mário Soares, opunha-se diretamente a esta questão, pois considerava que os militares pertenciam aos quartéis e não à vida política, defendendo então a institucionalização do MFA que *“garantiria a realização de eleições e a aplicação do Programa do MFA através da celebração de um acordo prévio entre os militares e os partidos”* (Castaño, 2012 p.6).

Já no verão, as divergências entre o PCP e o PS acentuavam-se cada vez mais. Relativamente ao PCP, na primeira reunião do Comité Central, traçou os grandes objetivos do partido, que passariam pela *“(…) defesa da manutenção do MFA e aprofundamento dos laços com os responsáveis pelo golpe militar, tendo sido incentivados os contactos com os militares e criada uma estrutura dirigida por Álvaro Cunhal que tinha como finalidade acompanhar as questões militares.”* (Castaño, 2012 p.4). Já o PS tinha Mário Soares que, como Ministro de Negócios Estrangeiros, ocupava-se do processo de descolonização, assunto considerado determinante para o sucesso do processo democrático.

A questão do MDP acabaria por voltar a ser tema de separação entre o PCP e o PS, a finais de agosto de 1974, quando a comissão executiva do CDE de Lisboa aprova a proposta relativa à participação do MDP nas eleições para a Assembleia Constituinte. Aprovada a proposta, o PS retira o apoio. Apenas dois meses mais tardes, com o MDP a assumir-se como um partido, o PS anuncia o corte com o movimento, *“(…) considerando que sendo livre a organização e constituição de partidos políticos não existiam razões que justificassem essa alteração”* (Castaño, 2012 p.4). Esta decisão do PS parte da ideia de que o MDP se confundia com o PCP pela existência de membros comunistas dentro da direção do MDP, o que poderia pôr em causa o pluripartidarismo defendido pelo PS. Seria logo no dia seguinte que o MDP

seria transformado em partido e aprovado o seu programa cujo objetivo passava pela participação do MFA na Assembleia Constituinte, entre outros objetivos (Castaño, 2014).

Já em agosto, Spínola continua a procurar o apoio das Forças Armadas, de forma a prosseguir com as suas ideias para o futuro do país. Assim, Spínola prossegue as suas visitas às diferentes unidades militares, dando especial atenção nesta altura a unidades que predispõem de uma maior capacidade ofensiva. Nos seus discursos durante estas visitas, é possível observar o tom mais inflamado que as suas declarações têm em relação à situação que Portugal enfrentava. Além destes discursos, nos bastidores, Spínola move-se contra militares que eventualmente poderiam travar os seus objetivos, focando-se em eliminar Costa Gomes pela via terrorista, ainda que sem sucesso. É também nesta altura que surgem vários documentos, com especial atenção ao Documento Hugo Santos, que visava a eliminação da Coordenadora e a reposição da hierarquia militar, o que efetivamente alterava todo o projeto que o MFA estaria a realizar. Estes documentos, postos a circular pelos quartéis do país, ganham alguma tração, convencendo Spínola que conseguiria o apoio necessário. A Coordenadora do MFA opta por iniciar uma grande mobilização para esclarecer os militares que este documento era mais uma tentativa de Spínola angariar para si o poder, ao passo que Costa Gomes, inicialmente favorável ao documento, rapidamente se retrai e muda de posição, surgindo na imprensa um comunicado do CEMGFA em que legitima a Coordenadora do MFA e, assim, acabando com as possibilidades de existir alguma alteração que Spínola tanto aspirava (Rezola, 2007).

A posição de Spínola torna-se cada vez mais fragilizada, e o Presidente acaba por ficar isolado tanto no Governo como junto dos militares, restando apenas a população que o mesmo considerava ser a maioria silenciosa, a direita portuguesa. Dessa forma, o apelo que o mesmo faz para a maioria silenciosa se manifestar recebe algum apoio da extrema-direita em Portugal, sem que seja capaz de atrair a direita mais moderada pela questão da descolonização, que Spínola não concordava, e com a questão do completo isolacionismo que Spínola sofria politicamente. O Partido Liberal, o Partido do Progresso e o Partido da Democracia Cristã são efetivamente quem, nesta fase, apoia Spínola, encetando uma ação de rua para o dia 28 de setembro, contando com o apoio do Presidente que, em preparação para a mesma, propõe a 27 do mesmo mês, à JSN e ao Conselho de Ministros, a demissão do Primeiro-Ministro, que o Governo rejeitou (Rezola, 2007).

Efetivamente Spínola pensava contar com a mobilização da população em seu favor, acabando-se por verificar o oposto, com barricadas populares organizadas pelos partidos de esquerda, que também apelam à “vigilância antifascista” e com o COPCON a deter suspeitos conspiracionistas, durante a noite de 27 para 28 de setembro. Mesmo tendo feito todos os possíveis para garantir o apoio e poder necessários para fazer face a todas as adversidades,

Spínola demite-se da Presidência a 30 de setembro, alegando ser impossível governar e que o rumo que Portugal estaria a seguir não era de todo um que o mesmo concordava. Efetivamente, o primeiro capítulo da fase de transição é encerrado com a demissão de Spínola, ainda que os confrontos entre o MFA e o ex-Presidente não tivessem totalmente acabado. *“Por agora, no entanto, ao tornar manifesta a incapacidade de Spínola de afastar o MFA do processo político, o 28 de Setembro representa uma importante vitória para a Coordenadora.”* (Rezola, 2007 p.110). A saída de Spínola da Presidência, levando também à saída dos oficiais ligados ao mesmo da JSN, demonstra que as visões que o mesmo tinha para Portugal, *“(…) quer a via federalista, quer o presidencialismo militar, a democracia musculada, o bonapartismo ou “marcelismo sem Marcelo” que Spínola preconizava.”* (Ruivo, 2014 p.15) não é o rumo que a população e os partidos políticos, para além do MFA, pretendiam para Portugal, justificando a mudança na Presidência, assumindo Costa Gomes a Presidência, enquanto acumula as funções de CEMGFA (Ruivo, 2014).

Portugal “vermelho”

Já anteriormente, Washington não ignorou a crise de julho que originou uma mudança de governo, tornando Vasco Gonçalves o Primeiro-Ministro e que, segundo Del Pero (2009), *“(…) was much more sympathetic to the radical left (...)”* (Del Pero, 2009 p.9). Serão, no entanto, os acontecimentos do 28 de setembro que podem ser considerados *“(…) o primeiro grande ponto de viragem em Washington no contexto da transição democrática portuguesa.”* (Sá, 2007 p.21). A esta ideia, junta-se a nomeação da JSN de Costa Gomes *“(…) who was much closer to the MFA leadership (...)”* (Del Pero, 2009 p.10), que simbolizava então uma mudança política que virava Portugal ainda mais à esquerda, cumprindo também os planos iniciais do MFA, num claro sinal de que a posição dos militares, no jogo político, tinha saído de toda esta sequência de eventos bastante reforçada. É também nesta altura que se dá um choque entre as perspetivas positivas da Embaixada Americana, que desvalorizavam a sua saída, e as perspetivas negativas de Washington face à possibilidade do país se tornar num *“(…) Portugal «vermelho».”* (Sá, 2007 p.21), mostrando também um complexar de posições e de ideias relativamente ao que se passava em Portugal. Kissinger via esta sucessão de acontecimentos como uma confirmação de que o controlo de Portugal estaria a cair nas mãos do PCP e que levaria a uma radicalização do próprio discurso das várias unidades políticas, arrastando-as para a esquerda (Del Pero, 2011). Aos olhos de Kissinger, os aliados europeus não conseguiriam ver este perigo por confiarem demasiado em Mário Soares e no PS, que, para Kissinger, não conseguiriam fazer face ao PCP e à radicalização política em Portugal (Del Pero, 2011). A esta questão juntava-se também a mudança, ainda durante o I Governo

Provisório, dos documentos da NATO do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério da Defesa Nacional, levando uma equipa da NATO a deslocar-se a Portugal, de forma a garantir que não existiriam fugas de informação, restringindo a partilha de documentos confidenciais importantes entre a NATO e Portugal (Oliveira, 2009).

III Governo Provisório e o Conselho dos Vinte

Efetivamente, o MFA sai reforçado do 30 de setembro, com a sua escolha inicial a assumir a Presidência e com a saída de dois ministros ligados ao ex-presidente, mantendo-se a ligação entre civis e militares dentro do governo, que toma posse a 1 de outubro de 1974, como III Governo Provisório. Para além da constituição de um novo Governo, também se regista várias saídas na JSN e uma substituição na Coordenadora, que passa a assumir um papel mais importante na política e sociedade portuguesa. É também criado o Conselho Superior do MFA, ou Conselho dos Vinte, constituído por todos os oficiais com funções políticas, sete da JSN, sete da Coordenadora, o comandante-adjunto do COPCON e cinco militares que tinham tido funções de ministros ou altos-comissários. É também formado nesta altura um grupo de trabalho, com Melo Antunes como porta-voz, dentro do Conselho de Ministros cujo objetivo passava por redigir um documento com objetivo de apresentar medidas para a resolução da grave crise económica em que Portugal se encontrava (Rezola, 2007).

O Conselho dos Vinte surge pois *“A atomização de centro do poder a que se assistirá fazia com que fosse difícil perceber qual o real poder do MFA e dos militares em geral.”* (Rezola, 2022 p.65). Assim, este organismo tinha como objetivo supervisionar e coordenar a atuação do MFA, dialogando também com o Governo Provisório e com a JSN. Será o Conselho dos Vinte que estará ligado a várias decisões importantes durante a transição. É também criada a Assembleia de Delegados do MFA, conhecida como Assembleia dos Duzentos, que integrava membros das três forças armadas e assumia um carácter consultivo. *“A criação do Conselho dos Vinte e da Assembleia do MFA apontava no sentido de uma presença mais ampla e efetiva do MFA na vida nacional.”* (Rezola, 2007 p.117). Serão estes os princípios da questão da institucionalização do MFA, que surge pela questão da “legitimidade revolucionária” e a questão das futuras eleições, que necessariamente significariam uma mudança nas estruturas do poder, que atualmente tinham uma forte presença militar (Rezola, 2007).

Washington à Espreita

Ainda em outubro de 1974, a solução encontrada para Chile, na mente de Washington, era cada vez mais aplicável ao caso português, face aos acontecimentos anteriores já mencionados. Kissinger decide reformular então a Embaixada Americana em Portugal, de forma a melhorar as ligações com a mesma. Kissinger, em reunião com Ford e Scowcroft, Conselheiro Adjunto de Segurança Nacional, a 18 de outubro de 1974, refere essa mesma questão: *“Our Portuguese Embassy is a disaster. (...) Frank Carlucci would be great.”*⁵ Para esse efeito, Scott deixou o cargo de Embaixador, passando Frank Carlucci, anterior “Undersecretary of Health, Education and Welfare”, a ser o novo Embaixador Americano em Portugal (Del Pero, 2011). A Carlucci, junta-se também uma nova equipa que já teria, tal como Carlucci, trabalhado no Brasil durante o golpe militar de 1964 que colocou no poder um regime apoiado pelos Estados Unidos (Del Pero, 2011). Del Pero (2011), relativamente a esta mudança, refere a preocupação que a mesma gerou não só internamente, como também nos aliados europeus. Nigel Trench, Embaixador Inglês em Portugal, mencionou que era preciso prudência na abordagem da situação política portuguesa. James Callaghan, Secretário dos Negócios Estrangeiros Britânico também mostrou a sua apreensão e pediu que não fossem feitas ações, por parte dos Estados Unidos, que pudessem ajudar quem quisesse afastar Portugal do Ocidente e dos parceiros europeus, para o outro bloco (Del Pero, 2011). A este respeito, é possível verificar o descontentamento para com as posições tomadas pelos seus aliados europeus, na mesma conversa anteriormente mencionada, em que Kissinger, quando questionado pelo Presidente Americano sobre a posição dos europeus relativamente à presença de Portugal na NATO, elucida Ford: *“You have to operate on the assumption that Great Britain is through. Soares is typical of the type who has brought disaster in Europe -- well meaning, nice, ineffectual. He has arranged a visit with Brandt -- but they don't have the balls for a fight. The Germans are the only ones -- you need a talk with Schmidt. Walters says France is Portugal five years away.”*⁶ No entanto, nesse mesmo dia, Costa Gomes e Mário Soares reúnem-se com o Presidente Ford e Kissinger, contando também com a presença do Embaixador Português nos EUA e Scowcroft, onde Costa Gomes reitera o empenho

⁵ Memorandum of Conversation: October 18, 1974 - Ford, Kissinger. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552829.pdf>

⁶ Memorandum of Conversation: October 18, 1974 - Ford, Kissinger. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552829.pdf>

português com a NATO e que o principal receio americano, baseado na participação e influência de comunistas na NATO, não era um problema ⁷.

A convite de Mário Soares, Edward Kennedy, Senador e candidato presidencial democrata, visitou Portugal e reforçou as declarações apresentadas por Scott relativamente à necessidade de auxiliar Portugal de forma a reforçar a posição mais moderada dentro do MFA e do próprio governo português (Del Pero, 2011). O auxílio económico a Portugal seria aprovado em dezembro de 1974, depois de uma primeira iniciativa de Kennedy, pelo governo americano, “(...) que compreendia 20 milhões de dólares em empréstimos, bem como o apoio junto ao Banco Mundial, do FMI, da OCDE e de outros Estados com vista à adoção de programas idênticos” (De Sá, 2012 p.8). Esta ajuda apenas chegaria em outubro de 1975, com a tomada de posse do VI governo provisório que traduziria os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte de abril de 1975, tirando por isso o PCP da possibilidade de governar e, assim, satisfazendo as limitações anteriormente mencionadas que Kissinger tinha imposto para o auxílio económico americano (De Sá, 2012). A questão dos apoios económicos e técnicos é abordada numa conversa entre Ford, Kissinger e Scowcroft, já anteriormente mencionada, a 18 de outubro de 1974, em que Kissinger menciona a dificuldade em entender a situação portuguesa e que ações tomar, mencionando também que a ajuda americana dependeria do desenrolar da transição em Portugal: “We want to help, but only if they don’t slide.”.⁸

A mudança de posição de Kissinger, para Del Pero (2011), foi algo inesperada. A mudança, no entanto, foi aplaudida internamente e pelos parceiros europeus, parecendo, finalmente, que os Estados Unidos se tinham juntado à visão dos parceiros europeus relativamente a Portugal e entendiam a forma como o jogo político ocorria em Portugal. Apesar de todos os percalços, Portugal iria estabilizar-se e a democracia parecia realmente ser o rumo. Para Kissinger, Del Pero (2011) argumenta, esta mudança de postura não implicava uma mudança de opinião da parte do Secretário de Estado, até porque a questão colonial parecia ter sido o principal catalisador para o pensamento americano, e assim que essa questão estivesse mais esclarecida, a Administração Americana poder-se-ia focar numa intervenção mais robusta e rápida em Portugal e assim influenciar o rumo político de Portugal (Del Pero (2011).

Kissinger não se limitou a agir internamente, chegando mesmo a agir diretamente e em contacto com Portugal, aquando da visita de Costa Gomes e Mário Soares a Washington,

⁷ Memorandum of Conversation: October 18, 1974 - Ford, Kissinger, Portuguese Delegation. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552830.pdf>

⁸ Memorandum of Conversation: October 18, 1974 - Ford, Kissinger. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1552829.pdf>

em que o Secretário de Estado Americano mencionou que “(...) *Portugal estava a permitir ao Partido Comunista adquirir o controlo do poder e que isso colocava sérios problemas à NATO (...).*” (Sá, 2012 p.7), ainda que Costa Gomes “(...) *was able to placate those fears by re-pledging Portugal’s loyalty to NATO and gently accepting Portugal’s exclusion from the NPG.*” (Del Pero, 2009 p.11), como evidenciado no telegrama de Ingersoll, Secretário de Estado Adjunto americano, enviado de Washington à missão americana na NATO a 7 de novembro de 1974, em que o mesmo refere que: “*Costa Gomes has said that he will withdraw Portugal from the NPG and related activities until such time as Portugal’s security system meets NATO standards.*”⁹. Este encontro também ficou conhecido pelas declarações de Kissinger relativamente a Mário Soares, referindo que o mesmo seria um Kerensky português, comparando o político português com o primeiro-ministro russo, que facilitou a subida ao poder dos comunistas na Rússia, e comparando o caso português e a questão da NATO com a revolução russa de 1917 (Del Pero, 2011). Para evitar tal acesso, “*Washington urged the NATO’S secretary general to stop the distribution of top secret documents to the Portuguese representative and to suspend Portugal’s participation in NATO’S Nuclear Planning Group.*” (Del Pero, 2009 p.10). Este pedido foi criticado pelos aliados europeus da NATO, com os Países Baixos e a Dinamarca a criticar a falta de consulta e o representante britânico e da Alemanha Ocidental a mencionarem que se tal pedido fosse aceite, os sentimentos anti-NATO que existiam em Portugal poder-se-iam elevar ainda mais e efetivamente estar-se-ia a tratar os portugueses como “(...) *untrustworthy second-class citizens(...)*” (Del Pero, 2011 p.7). A discordância entre os Estados Unidos e a Alemanha Federal é abordada nos telegramas enviados a 14 de novembro, relacionados com a visita do Chanceler Alemão aos EUA, enviados a partir da Embaixada Americana em Bona para Washington, em que o mesmo menciona que “*We had some disagreement with the FRG over Portugal’s participation in the NPG (...).*”, ainda que o mesmo reconheça a importância que partido de Schmidt pode ter na revolução portuguesa: “*The SPD may prove helpful in assisting Portugal’s social democrats and in offsetting the communist threat.*”¹⁰. As críticas também surgiram de dentro da administração americana, com William Hyland, diretor do “*Bureau of Intelligence and Research (INR)*”, a mencionar que não seria proveitoso “humilhar” Portugal, quando Costa Gomes já tinha mostrado o compromisso português com a NATO (Del Pero, 2011).

Para além das consequências dentro da NATO, a Administração Americana decidiu também suspender o programa de ajuda económica, recorrendo assim à pressão económica

⁹ Telegrama de Washington para Missão da NATO, Novembro de 1974, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=259756&dt=2474&dl=1345>

¹⁰ Telegrama da Amembassy Bonn para Washington, Novembro de 1974, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260555&dt=2474&dl=1345>

para influenciar a situação política portuguesa e as políticas aplicadas pelo governo, de forma a garantir que Portugal se tornaria num regime democrático com uma política externa pró-ocidental (De Sá, 2012). Quando, e se, fossem tomadas medidas que garantissem as exigências de Washington, o governo americano estaria então disposto a colaborar com Portugal, com o envio de “(...) *uma equipa de especialistas da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID)*” (Sá, 2012 p.8), de forma a intensificar as relações e acordos entre os dois países (Sá, 2012).

Voltando a Portugal, será com a aprovação, em novembro, de vários regulamentos essenciais para o processo eleitoral que mudará a perspetiva quanto à institucionalização do MFA. Se antes existiam críticas relativas à participação política dos militares, nomeadamente por parte de alguns partidos políticos, ainda que o PCP e outros partidos de esquerda fossem mais favoráveis à maturação da transição, com a ideia de que as eleições realmente iriam acontecer, seria necessário perceber o papel do MFA, sendo necessária a sua institucionalização constitucional. Este papel caberá ao MFA definir, sendo que existem duas correntes, uma mais interventiva e sem limites temporais, outra menos interventiva e provisória, entrando-se em 1975 ainda sem existir uma decisão concreta e com outros assuntos pendentes (Rezola, 2007). Nesta altura, surge um artigo no jornal Diário de Notícias que refere as garantias recebidas por Brandt sobre uma possível intervenção americana em Portugal, mencionando que apenas numa situação excecional existiria a possibilidade de os americanos atuarem. Sobre que situações seriam consideradas excecionais, Brandt apenas respondeu “*One must always keep in mind how far can go and the risks involved.*”, citação retirada da notícia e mencionada no telegrama do Embaixador Americano em Portugal para Washington, a 11 de novembro de 1974 ¹¹.

Também no fim de 1974 surge a ideia de assinar um acordo pré-constitucional entre o MFA e os partidos políticos, na ótica da institucionalização do MFA. Surgindo a partir de Álvaro Cunhal, que pensava ser necessário existir um acordo relativamente à construção da Constituição e ao futuro de Portugal que englobasse o MFA na discussão, atrai o apoio de vários partidos e, em fevereiro de 1975, é apresentado pelos militares um plano que consagrava alguns pontos que deveriam ser incluídos neste acordo. Estes pontos que, em suma, mencionavam a forma como MFA poderia intervir no Parlamento e no Governo, entre outros aspetos, seria bastante debatido entre os partidos e arrastar-se-ia até 1975 (Rezola, 2007). Este acordo seria conhecido como o Pacto MFA-Partidos.

¹¹ Telegrama da Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1974, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=252077&dt=2474&dl=1345>

Ainda em 1974, o documento elaborado pelo grupo de trabalho do Conselho de Ministros chamado “Plano Melo Antunes” é apresentado ao Conselho de Ministros e à Assembleia do MFA, conhecendo críticas do Primeiro-Ministro e de outros membros que ficariam conhecidos como os «gonçalvistas», que consideravam o plano pouco ambicioso na matéria das nacionalizações. Desta forma, o plano sofreu algumas alterações, ainda que as alterações propostas pelos gonçalvistas apenas tenham tido algum sucesso. Assim e depois de um intenso debate, com as alas mais à esquerda do MFA a criticarem a ala mais moderada que redigiu o texto, “*O plano Melo Antunes é aprovado na versão final a 8 de fevereiro pelo Governo.*” (Telo, 2007 p.106).

1975: um ano conturbado

Nas primeiras semanas de 1975 surge a questão da unidade sindical, já discutida desde o I Governo Sindical e que dividia não só os partidos, mas também, o Conselho dos Vinte e o MFA. Esta questão, que colocava o PCP, a Intersindical e outros partidos de esquerda de um lado, e o PS, PPD e outros partidos mais moderados de outro. “*Mário Soares refere que, nas deslocações que fez aos EUA, obteve garantias de apoio para criação de sindicatos democráticos, que foram reforçadas posteriormente nos países da CEE (...) desde que a lei o permitisse*” (Telo, 2007 p.107). Toda esta questão acabaria por resultar na intervenção do Conselho dos Vinte, favorável à questão da “unicidade”, colocando-se do lado do PCP, ainda que a discussão tenha acalmado nos fim de janeiro (Rezola, 2007).

Ainda nas primeiras semanas de 1975, existiriam certos rumores que um golpe comunista estaria para acontecer (Del Pero, 2011). Frank Carlucci, novo Embaixador Americano em Portugal, inicialmente terá acreditado nesses rumores, mas ao conhecer Costa Gomes e Soares, terá mudado a sua perspetiva, algo que não agradou Kissinger e terá levado os dois homens a terem visões diferentes sobre a atuação americana face aos rumores, fator que terá levado Kissinger a chamar de ingénuo a Carlucci (Del Pero, 2011). Carlucci pensava ser mais perigoso um golpe de reação dos anticomunistas que dos comunistas, visto que mesmo existindo um golpe comunista, seria mais provável existir uma força reacionária, de direita, militarizada e apoiada por Spínola que retiraria o poder aos comunistas (Del Pero, 2011).

No início de fevereiro de 1975, foi tomada a decisão, por parte da NATO, de realizar exercícios de treino em águas portuguesas, num ato que o governo português entendeu como uma provocação e levou a que, segundo Del Pero (2011), o PS tenha divulgado à imprensa que a União Soviética teria pedido instalações, em Portugal, para os seus barcos de pesca, numa história que o autor refere ser provavelmente mentira, pois já existiam outros países da

NATO que tinham acedido a pedidos soviéticos da mesma natureza. Mesmo assim, esta informação acendeu vários alarmes nos Estados Unidos pela proximidade dessas infraestruturas ao “NATO's Iberian Atlantic Naval Command” (Comiberlant), e levantou questões sobre a passividade americana: *“The result could be the loss of Portugal and a potential domino effect in Southern Europe, destined to cause a further erosion of US credibility in the world.”* (Del Pero, 2011 p.11).

Carlucci tinha uma visão diferente da partilhada por Kissinger, acreditando que a preocupação por movimentos da esquerda portuguesa que pudessem estar a preparar um possível golpe estariam a diminuir a credibilidade americana e podia ter consequências para os EUA, até porque a Embaixada Americana teria informações opostas e que seria então os grupos anticomunistas que estariam a planear um golpe (Del Pero, 2011).

11 de março

“É hoje consensual a ideia de que as operações militares do 11 de Março de 1975 tinham em vista um golpe de Estado.” (Rezola, 2007 p.126). As movimentações desorganizadas que ocorreram no 11 de março e colocaram frente a frente tropas portuguesas, ao princípio da tarde já se tinha comprovado o fracasso do golpe, com Spínola e 15 oficiais a escapar para Espanha. No entanto, durante o golpe, Spínola procura o apoio de mais oficiais, existindo uma reação quase imediata tanto da Intersindical com o apoio popular, como também dos partidos de esquerda, tendo como destaque o PCP e o PS (Rezola, 2007). Castaño (2012) menciona que, atualmente, é sabido que a intenção do MFA seria ludibriar Spínola e fazer o mesmo avançar com um golpe de direita que estaria a ser planeado desde fevereiro, de forma a anular a sua oposição: *“Os acontecimentos precipitam-se quando é posta a circular a notícia de que estava em curso uma ampla operação esquerdista para «neutralizar» 500 oficiais e mil civis afectos ao general Spínola.”* (Rezola, 2007 p.130). O PS, ainda que Mário Soares esteja ciente da cilada preparada a Spínola, *“emitiu então um comunicado onde condena «severamente» a provocação reacionária e se manifestava contra todos os atentados «à irreversibilidade do processo revolucionário em curso».* (Castaño, 2012 p.6). Ainda assim, naquela noite que ficou conhecida como a «Assembleia Selvagem», apenas o Presidente Costa Gomes foi capaz de evitar que as eleições fossem canceladas (Castaño, 2012). Seria decidido na mesma que existiriam fortes punições para quem tinha estado envolvido na tentativa de golpe, existindo também o apoio a uma possível reestruturação do Governo e o reforço da data das eleições. Por fim, foi formado um órgão executivo que se ocuparia de gerir a revolução, extinguindo-se a JSN e o Conselho de Estado para a criação do Conselho de Revolução (Rezola, 2007).

O Conselho de Revolução, que seria composto apenas por militares, junta os poderes da JSN com os do Conselho de Estado, também tendo o poder militar, governando assim as Forças Armadas: *“É concebido como um instrumento para a intensificação da participação do MFA na vida político-militar nacional, respondendo à ambição há muito acalentada de criação de um organismo com funções executivas na direção da Revolução”* (Rezola, 2007 p.133). Chegando a ter 30 membros, o Conselho de Revolução aparece como um motor da Revolução que iria conduzir Portugal ao desenvolvimento à paz e à justiça social, mencionou Costa Gomes na cerimónia de tomada de posse (Rezola, 2007).

Voltando ao 11 de março, esta tentativa de golpe surge a partir de oficiais apoiantes de Spínola que, ainda ocupando cargos estratégicos, procuraram reverter a situação política em Portugal que, na altura, estaria em crise, com a decisão do Conselho dos Vinte teve relativamente à questão da unicidade sindical. Neste contexto, a EPC (Escola Prática de Cavalaria de Santarém) aprova uma moção de desconfiança à Coordenadora, que, quando é posta a circular entre outras unidades das Regiões Militares de Tomar e Évora, recebe um número elevado de adesões. No entanto, já anteriormente, os militares tinham conhecimento de que um eventual golpe estaria em preparação, tendo também conhecimento do ELP (Exército de Libertação Português), organização revolucionária da extrema-direita que atuava no Norte do país e se estendia a Espanha, existindo fortes indícios de que um golpe estaria a ser planeado. Já em março, são várias as notícias que apontam para um golpe com apoio estrangeiro, principalmente da CIA, havendo também indícios de que o embaixador americano apoiaria Spínola (Rezola, 2007).

“A crise política que se iniciou com o golpe falhado de 11 de março criou na social-democracia alemã o receio de que o processo de democratização estivesse fatalmente ameaçado” (Fonseca, 2012 p.7). Este receio, porém, não desmobiliza o apoio alemão que está concentrado na realização das eleições livres de 25 de abril de 1975. Para isso, *“(...) a social-democracia alemã convocou os poderes formais, nomeadamente o próprio Chanceler Helmut Schmidt, para uma ofensiva diplomática que procurasse garantir a realização de eleições (...)”* (Fonseca, 2012 p.7), seja pelo condicionamento de apoios económicos, seja por, a nível internacional, coordenar com os seus aliados, de forma a garantir que as eleições pudessem ocorrer sem problemas maiores, como o golpe de Praga em 1948 que levou à subida ao poder dos comunistas, na Checoslováquia (Fonseca, 2012). A marcação das eleições para o dia 25 de abril de 1975 levou a que a social-democracia alemã pudesse voltar ao apoio informal e auxiliar o PS, pela Fundação na campanha eleitoral, através de especialistas que acompanhariam o Partido Socialista. Este apoio, Fonseca (2012) menciona, não se resumiria aos socialistas, sendo que a Fundação., a partir de um outro instituto, enviou também um técnico para acompanhar e aconselhar a campanha do PPD, atual PSD (Partido

Social Democrata), “(...) *se bem que este tem um papel mais discreto e distante do que aqueles que trabalhavam com o PS.*” (Fonseca, 2012 p.8) O apoio ao PPD demonstra a grande prioridade que os sociais-democratas alemães colocaram no estabelecimento da democracia em Portugal, visto que ambos eram vistos como os mais pró-democráticos. (Fonseca, 2012).

Nos dias que se seguiram ao 11 de março, o PS reuniu-se tanto com o PCP, como com o PPD, criticando publicamente a alienação do PPD, enquanto saudava as diferentes medidas económicas, como a nacionalização da banca e de outros grandes grupos, sem deixar de mencionar os perigos que uma política inconsciente de nacionalizações poderia encaminhar Portugal para uma situação económica ainda mais frágil (Castaño, 2012). Todavia, já neste período, uma boa parte dos gestores tinham abandonado Portugal, fruto da instabilidade, levando as empresas públicas a serem geridas por pessoal menos qualificado e passando as nomeações também pela aprovação dos sindicatos, o que inevitavelmente não contribuía para a melhoria das condições económicas em Portugal (Telo, 2007).

É também com o 11 de março que a discussão do Pacto MFA-Partidos voltaria em força: “*Segundo a maioria dos autores que se debruçaram sobre este período, a Plataforma de Acordo Constitucional é aceite por grande parte dos partidos como forma de garantir a realização das eleições.*” (Rezola, 2007 p.152). Com a marcação das eleições para 25 de abril, já com a ilegalização do PDC (Partido da Democracia Cristã) pelo suposto apoio a Spínola, o acordo recebe uma atenção ainda mais evidente pelos partidos, que negociavam com o Conselho de Revolução, encarregue pelo MFA de produzir o documento. O documento que, fruto das negociações, sofreria várias alterações, consagrava então um projeto comum de reconstrução nacional, competindo ao Conselho de Revolução garantir que os princípios e o programa do MFA não fossem esquecidos, considerando também ao Conselho um órgão de soberania, dispondo de amplos poderes sobre o Presidente da República e sobre o Governo. O documento também legitimava a Assembleia do MFA, garantindo que estes dois órgãos, legitimados constitucionalmente, existiram durante um período de três a cinco anos. O acordo é subscrito por todos os partidos que participam nas negociações, com exceção do PPM (Partido Popular Monárquico) que se exclui dos acordos, e duraria até 26 de fevereiro de 1976, com a revisão do mesmo e posterior assinatura de um novo Pacto (Rezola, 2007).

Pós-11 de março

O 11 de março seria também responsável por uma mudança no governo, existindo um maior número de membros que defendiam a via revolucionária e o aceleração do processo revolucionário, com a inclusão de vários membros, alguns militares, com ligações comunistas.

O IV Governo Provisório, que tomou posse a 26 de março de 1975, quase levou Mário Soares a ponderar se o PS não deveria passar à clandestinidade e não participar no governo, pois considerava que o 11 de março tinha servido os interesses do PCP e do MFA e que as eleições agendadas para abril seriam realizadas num clima desfavorável para os partidos mais moderados. Para além disso, *“A supremacia em termos de representatividade numérica do PS no III governo foi substituída por uma situação de igualdade, passando todos os partidos a estarem representados por dois ministros (...)”* (Castaño, 2012 p.7). Mário Soares justifica com a necessidade de assegurar que as eleições se realizassem, fazendo todas as concessões necessárias para que as mesmas não se encontrassem ameaçadas, tendo em conta as perspetivas positivas que vários estudos tinham apresentado, colocando o PS a ser o partido vitorioso nas futuras eleições (Castaño, 2012).

A questão portuguesa preocupava também os países europeus e o novo Chanceler da Alemanha Federal, Helmut Schmidt assumiu um papel de relevo, ao pedir a Ford, presidente dos EUA, que os esforços europeus e americanos se unissem (Del Pero, 2011). Dessa forma, em março de 1975, dentro da NATO, são mantidas reuniões para facilitar a coordenação e atuação dos diferentes membros, ainda que existam várias oposições para esta decisão, como Irlanda e França, obrigando os restantes países a seguirem, cada um, a sua política relativamente a Portugal, continuando a existir diferenças entre o rumo seguido pelos países europeus e os Estados Unidos (Del Pero, 2011). A Alemanha Federal continuou com a sua política de auxílio, como mencionado anteriormente, ao PS, por entenderem que seriam os mais capazes de assegurar que os comunistas não chegassem ao poder, ao passo que Kissinger, opostamente *“(...) believed that the March coup and what followed had clarified the situation, legitimating not only more open pressures but also the adoption of a policy of outright ostracism of the new Portuguese regime.”* (Del Pero, 2011 p.14) Kissinger discordava então das opções mais moderadas apresentadas pela Embaixada Americana em Lisboa e dos próprios aliados europeus e defendia então uma mudança de regime para um que não deixasse dúvidas sobre o seu alinhamento ou, no pior cenário, um regime totalmente alinhado com o bloco soviético que pudesse servir de “vacina” para o resto da Europa e assim, evitar que mais países pudessem ponderar opções comunistas ou que saíssem da lógica do bloco ocidental (Del Pero, 2011). Esta posição de Kissinger é evidenciada em reunião com Ford e Scowcroft, em que o Secretário de Estado menciona o pedido de apoios económicos por Brandt, para auxiliar Portugal. No entendimento de Kissinger, os aliados europeus estariam focados na realização das eleições e no afastamento dos comunistas portugueses do poder, algo que para Kissinger não significava que a situação de Portugal fosse melhorar: *“I think we could get both those and still lose the country (...)”*. A esta situação, Kissinger coloca a hipótese de existir uma intervenção americana, para que a situação portuguesa não

influenciasse os restantes países europeus: “We probably have to attack Portugal whatever the outcome and drive them from NATO.”¹²

Esta teoria da vacina colocava Carlucci e Kissinger em rota de choque, visto que Carlucci acreditava que os moderados em Portugal teriam capacidade de fazer frente à ameaça comunista e não seriam necessárias medidas mais “radicais”. Nos dias anteriores às eleições em Portugal, as primeiras democráticas, no dia 25 de abril de 1975, Kissinger em reunião com alguns jornalistas europeus terá antecipado que Portugal, em menos de um ano, seria ou um país comunista ou um país neutro com fortes influências comunistas, sendo que a primeira opção seria a preferível pois, dessa forma, a NATO poderia sofrer menos divisões internas (Del Pero, 2011).

Eleições de 25 de abril: Reação Dentro e Fora do País

As eleições para a Assembleia Constituinte acabariam por dar vitória ao PS, com 38% dos votos, seguindo-se com 26% o PPD e o PCP com 12%, mostrando o compromisso que a população tinha com a via pluralista e legitimando assim esta via menos revolucionária, caminho defendido pelo PS. Mário Soares, no rescaldo das eleições defendeu que os resultados eleitorais se deviam expressar na composição do governo e assim o PS assumir um papel mais importante. No entanto, com o Pacto MFA-Partidos, Mário Soares reconsiderou a sua posição, mantendo-se fiel ao Pacto não causando mais imprevisibilidades na atuação do MFA face às eleições (Castaño, 2012).

Para Vasco Gonçalves e para o PCP, os resultados tinham sido bastante desanimadores, mostrando que a linha gonçalvista e a via do PCP não tinham o apoio esperado pela parte da população. O MFA também saiu enfraquecido com o resultado das eleições, pois o seu apelo ao voto branco revelou-se um fracasso, resultando apenas em 6.9%. Vasco Gonçalves e toda a linha da esquerda comunista preocupam-se então em justificar os resultados: “(...) o povo estava manipulado pelas forças «reaccionárias» e não sabia o que queria, pelo que o papel da «vanguarda esclarecida» era o de avançar (...)” (Telo, 2007 p.131).

Kissinger não previu que as eleições tivessem uma afluência de 92%, uma percentagem bastante alta, e que as mesmas dariam a vitória a Mário Soares e ao Partido Socialista, com o PCP a surgir apenas como terceira força política. Este resultado demonstrava que, apesar do PCP ter sido um dos grandes problemas apresentados por

¹² Memorandum of Conversation: March 27, 1975 - Ford, Kissinger. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553004.pdf>

Kissinger, a sua força interna não se tinha resumido em votos e que a maior parte da população estaria mais interessada numa democracia representativa e que levasse a uma integração europeia e nas estruturas europeias como a CEE (Del Pero, 2011). Del Pero (2011) menciona a capacidade do PS de se superiorizar aos conservadores do norte do país, enquanto se superioriza às forças de esquerda no sul, chegando a obter um resultado que trouxe aos países europeus um grande entusiasmo pela forma como demonstrava o alinhamento de Portugal e da população portuguesa (Del Pero, 2011). Mesmo assim e apesar das forças moderadas terem conseguido uma grande vitória, continuava a ser necessário fazer frente ao PCP, tendo a Europa avisado que a assistência financeira e a possível adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia), instrumentos necessários para a estabilização económica e financeira de Portugal, estariam contingentes ao estabelecimento e manutenção de um regime democrático e pluralista (Fonseca, 2014).

Kissinger via também as reações dos países europeus às eleições como um sinal de alarme de que a Europa poderia ser influenciada pelas posições mais neutras apresentadas por Portugal desde o 25 de abril às eleições (Del Pero, 2011). Dessa forma, *“The dualistic US approach persisted after the elections.”* (Del Pero, 2011 p.14). Kissinger continuava a defender uma radicalização da crise, enquanto Carlucci pedia moderação face aos resultados das eleições. Kissinger procurou ajuda do regime brasileiro de forma a criar uma possível operação, tal como as que a CIA conseguiu executar, sem existirem tantas críticas por parte dos aliados europeus e o maior escrutínio do Congresso sobre as mesmas (Del Pero, 2011). Callaghan continuava a criticar a incapacidade de Kissinger de mudar a sua visão e ler os acontecimentos em Portugal de uma forma menos complexa. Portugal continuou então a ser tema de debate nas reuniões bilaterais em que Ford e Kissinger participaram e na cimeira da NATO em que estavam presentes todos os chefes de estado-membros, durante maio em Bruxelas. É no fim desta cimeira que Ford, indo contra os conselhos de Carlucci, expressou que a permanência de Portugal na NATO deveria ser discutida, pela existência de elementos comunistas na governação portuguesa, o que acabaria por ir contra os próprios princípios da NATO de defesa contra o bloco soviético (Del Pero, 2011). Estas declarações foram também proferidas nas reuniões entre o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e o presidente Ford, em que o representante português assegurava que Portugal continuava a respeitar e a seguir a política da NATO e o representante americano reiterava que a própria existência da NATO chocava contra a existência de membros comunistas na sua organização (Del Pero, 2011).

Ford, na presença de Vasco Gonçalves e outros representantes do governo português e americano, numa reunião a 29 de maio de 1975 em Bruxelas, refere várias vezes a questão da participação dos comunistas no governo português e por consequência na NATO, tentando o primeiro-ministro demonstrar que a influência dos mesmos era limitada e o risco pouco real,

como já verificado em conversas anteriores. No entanto, é visível a desconfiança que Ford tinha nas palavras e justificações de Vasco Gonçalves, ainda que o mesmo se preocupe em demonstrar o compromisso português para com a NATO e os seus aliados.¹³ Esta discussão, no entanto, não serviria para alterar a visão americana sobre a situação política em Portugal, visto que Ford, a 3 de junho de 1975 em Itália, numa conversa com o Presidente Italiano Giovanni Leone e o Primeiro Ministro Italiano Aldo Moro, entre outros membros dos dois países, menciona precisamente a conversa com Vasco Gonçalves, mostrando a sua desconfiança e até incerteza para com as palavras do Primeiro Ministro Português: *“We will watch the situation and hope it takes a turn for the better. However, it is not clear that there will be a turn for the better.”*¹⁴

Nem Melo Antunes, que criticava abertamente o PCP e assegurava aos representativos americanos na cimeira da NATO que o papel dos militares era de assegurar a ordem na transição democrática, conseguiu fazer Kissinger mudar de opinião, levando-o mesmo a achar que, tal como Soares, Melo Antunes era inocente em achar que era importante existir alguma prudência no que toca a decisões extremas, pois o processo revolucionário poderia acabar e dessa forma existir um retrocesso democrático e Portugal voltar a cair no fascismo. Época que Kissinger continuava a defender por se enquadrar mais com os interesses americanos que o novo regime português, visto que não existindo realmente uma oposição forte e eficaz perante os comunistas portugueses, Portugal poder-se-ia tornar uma Jugoslávia, que mesmo não estando no bloco soviético, tinha fortes ligações ao comunismo (Del Pero, 2011). Estas declarações são visíveis nas conversações entre Kissinger, Ford e Brent Scowcroft, no dia 24 de maio de 1975, quando Kissinger menciona que *“There are two choices in Portugal: an Algeria-like regime or a Yugoslavia-like regime. Either one is unacceptable to have in NATO.”*¹⁵

Voltando ao início de maio, as divergências entre socialistas e comunistas continuavam a causar impacto, existindo logo confrontos durante a celebração do 1 de maio que obrigaram o PS e os seus apoiantes a abandonar o Estádio 1º de Maio. É possível perceber que, a este ponto, as divisões entre o PS e o PCP já eram bastante profundas, demonstrando também que para além do apoio eleitoral tinham o apoio popular, confirmado nas eleições. A via revolucionária não dispunha da mesma força, mas contava com o apoio nos *“(…) centros de poder político militar (...)”* (Rezola, 2007 p.162). A questão das rivalidades

¹³ Memorandum of Conversation: May 29, 1975 - Ford, Kissinger, Portuguese Delegation. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553095.pdf>

¹⁴ Memorandum of Conversation: June 3, 1975 - Ford, Kissinger, Italian Delegation. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553106.pdf>

¹⁵ Memorandum of Conversation: May 24, 1975 - Ford, Kissinger. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553084.pdf>

entre PS e PCP acabariam também por dividir o Conselho de Revolução, com alguns conselheiros, onde se incluía o Primeiro-Ministro a afirmarem que as eleições não tinham favorecido o processo revolucionário, e outros conselheiros que atribuíam culpas ao Conselho de Revolução pela instabilidade política e por se ter envolvido na disputa entre dois partidos. Era importante então que Mário Soares mostrasse que o PS não era apenas o partido mais votado, mas sim um partido capaz de mobilizar as massas em torno de si. Castaño (2012).

Ainda em maio dá-se o caso República, relacionado com a ocupação da mesma por parte da comissão de trabalhadores que leva o PS a suspender a participação dos seus representantes nas reuniões do Conselho de Ministros, decisão que levou Álvaro Cunhal a mencionar que a decisão do PS colocaria em “xeque” o Pacto com MFA, e portanto em causa a própria Assembleia Constituinte e todo o processo revolucionário (Rezola, 2007). Este caso, que levou à evocação da liberdade de imprensa, tanto em Portugal como na Europa e nos USA, está particularmente ligado à influência do PCP junto dos trabalhadores, que levou o PS a denunciar a participação dos comunistas na ocupação do mesmo (Castaño, 2012). Soares, numa reunião com o Conselho de Revolução em que Cunhal estava também presente, “(...) *emphasised the limits international constraints imposed on Portugal’s freedom of action, warned of Kissinger’s vaccination theory and the menace it represented for the young Portuguese democracy(...).*” (Del Pero, 2011 p.19).

É nesta altura também que Mário Soares menciona a capacidade de mobilização dos partidos e que o MFA não poderia travar essa mobilização, afirmando que o poder popular se tinha manifestado nas eleições, que o PS tinha saído vitorioso. No seguimento do caso República, Mário Soares, numa manifestação a favor do pluralismo da comunicação social, “(...) *afirmou que o Conselho da Revolução teria de dizer se queria governar apoiado na maioria do povo português ou se pretendia governar contra essa minoria.*” (Castaño, 2012 p.10). Mário Soares mostrava-se bastante crítico em relação à atuação do Conselho da Revolução, pois seriam os mesmos que iriam decidir se Portugal poderia chegar ao socialismo por uma via democrática, a partir das eleições que já tinham ocorrido, ou por uma via não democrática que Mário Soares, ao longo do tempo, tinha criticado. Mário Soares achava determinante que os problemas económicos de Portugal fossem resolvidos o mais rápido possível, fazendo Portugal aproximar-se da Europa e dos seus aliados europeus para além de se redigir e aprovar uma Constituição democrática que fizesse valer estas questões. Já Álvaro Cunhal tinha uma opinião diferente de Mário Soares visto que, tal como Vasco Gonçalves, partilhava da opinião que toda a questão das eleições estaria a impedir a evolução do processo revolucionário, ao passo que desviava Portugal do caminho desenhado desde a revolução (Castaño, 2012). “*Em suma, é a gota de água que desencadeia o processo de resistência e luta do Verão quente de 75.*” (Rezola, 2007 p.171).

É também no rescaldo do abandono do governo por parte do PS e do PPD que se dá uma nova intensificação do apoio social-democrata alemão, atuando de forma direta pelas mãos do governo. Assim, o MFA e o PS passaram a estar sob um olhar mais atento por parte do Governo Federal e pela parte do SPD, existindo também uma tentativa de aproximação pela parte dos sociais-democratas alemães. Esta aproximação não se limita apenas aos meios formais, mas também informais, visto que “(...) *uma visita a Bona, a convite do governo federal, implicava sempre uma passagem pela sede da FES ou um encontro com Willy Brandt.*” (Fonseca, 2012 p.8). Este contacto era também a nível partidário, com o PS a realizar encontros com representantes do governo federal (Fonseca, 2012).

Com as eleições e a perceção vitoriosa do MFA, aliadas aos casos do 1º de maio e do caso República, surgia então a necessidade de esclarecer o projeto político do MFA. Assim, o Conselho de Revolução é reestruturado de forma a esclarecer o projeto político, surgindo vários documentos relativos ao papel que o MFA assumiria, com destaque ao “Aliança Povo-MFA”, “Plano de Acção Política” e, posteriormente, o “Documento-Guia Aliança Povo-MFA”. O documento da “Aliança Povo-MFA” é considerado a via revolucionária e apoiado pelo PCP, que também contava com o COPCON como elo de ligação entre o MFA e a massas populares. É também considerado um documento que surge como um ultimato aos partidos políticos, assumindo-se também como o “motor da revolução”. Já o “Plano de Acção Política” posiciona-se como um documento amplo e aglutinador das diferentes correntes que existiam no MFA, seguindo na mesma a via socialista, mas pela via pluralista e eleitoral, não descartando os partidos políticos. Por fim, o “Documento-Guia” surge por iniciativa de Vasco Gonçalves e visava a instalação do poder popular, utilizando os militares para criar uma rede de grupos, assembleias, associações, entre outras formas, que ligassem a população diretamente ao MFA, excluindo as ligações partidárias e tornado o Conselho de Revolução o órgão máximo, ultrapassando também o Presidente. As três propostas seriam aprovadas pela Assembleia do MFA (Rezola, 2007).

É nesta altura que surge também a proposta de criar um Diretório político-militar restrito, já antes em debate, mas agora reforçada pelas dificuldades que o Conselho de Revolução estaria a passar. “*Estava, no entanto, longe de ser uma proposta consensual, porque permitia a concentração de poderes na «troika» Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves.*” (Rezola, 2007 p.179), levando a que vários membros do Conselho de Revolução quebrassem a imagem de união, ausentando-se da mesma. Mesmo assim, a proposta é aceite, com múltiplas críticas e várias horas de discussão, que levaria a uma divisão fraturante dentro do Conselho (Rezola, 2007).

Seguiram-se várias manifestações públicas relacionadas com a questão do Diretório e a oposição ao mesmo, que esvaziava a Assembleia Constituinte dos seus poderes. Surgem

também ligadas ao caso República, devido ao mesmo não ter sido entregue aos proprietários, como prometido, levando assim o PS a parar as suas responsabilidades no Executivo. Também o PPD reclama o cumprimento da lei relacionada com a imprensa para se manter no governo, para além do reconhecimento público do papel dos partidos, entre outras exigências, que não seriam aceites pelo Conselho de Revolução. (Rezola, 2007)

A 18 de junho dá-se também o Caso Renascença, em que existem confrontos entre manifestantes ligados aos sindicatos, que reclamam o controlo da rádio e contra manifestantes católicos. Estes conflitos seriam exacerbados pela atuação do COPCON, e levaria Vasco Gonçalves, no final de Junho, a devolver a rádio à Igreja, acabando por voltar atrás apenas dois dias depois e entregando assim o poder a uma comissão administrativa, retirando a Igreja do poder. Esta decisão acabaria por ser um duro golpe para Vasco Gonçalves, decidindo então a Igreja tomar uma mudança de atitude, que levou a mesma a estar claramente contra o gonçalvismo e o próprio Primeiro-Ministro (Telo, 2007). Dois dias antes, o Presidente da Alemanha Federal, Walter Scheel, reúne-se com Ford e Kissinger, incluindo também outros representantes dos dois países. Portugal é um dos temas debatidos, com Ford a mencionar de novo os resultados pouco motivadores que a reunião com Vasco Gonçalves, anteriormente mencionada, teve na posição americana. Já Scheel posiciona-se mais favoravelmente quanto à situação de Portugal, referindo que “We are glad the dictatorship was abolished.”, ao passo que também refere as divergências entre os alemães e os americanos quanto ao futuro português: “We know it is difficult to create a democracy right away. We differ a bit about the future. You are a bit more pessimistic.”¹⁶

A nível internacional, com a saída do PS e do PPD do Governo, Mário Soares pede ajuda a Trench e Carlucci para lidar com o PCP e o apoio soviético do mesmo, tendo também lançado a possibilidade da NATO realizar manobras militares que pudessem demonstrar o descontentamento da mesma perante a situação portuguesa. O Presidente Americano, numa reunião com o Embaixador Italiano, a 14 de julho de 1975, menciona precisamente a preocupação americana com a saída dos dois partidos, numa conversa sobre a influência comunista no governo Italiano: “It is not comparable, but we are very worried by the situation in Portugal. Soares and the PPD are now out and the situation is now very troublesome.”¹⁷. Além disso, Mário Soares pediu também fundos para uma contra ofensiva, pensado estar iminente um golpe por parte dos comunistas, pedindo também que a Conferência de Helsinki que iria ocorrer futuramente, estivesse contingente na desistência soviética de auxiliar um

¹⁶ Memorandum of Conversation: June 16 - Ford, Kissinger, FGR. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553124.pdf>

¹⁷ Memorandum of Conversation: July 14 - Ford, Italian Ambassador. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553162.pdf>

golpe de estado em Portugal que resultasse na subida ao poder dos comunistas (Del Pero, 2011). Esta demonstração de Soares não trouxe os efeitos desejados pelo mesmo, visto que tanto Carlucci como Trench não achavam prudente qualquer ação da NATO em Portugal e, a embaixada britânica em Moscovo mencionou, não existiam quaisquer provas de ingerência soviética na situação em Portugal. A própria figura de Soares, aos olhos dos aliados mais próximos como Carlucci e alguns líderes socialistas, como Olof Palme, primeiro-ministro da Suécia, ficou afetada por esta mudança de postura. Mesmo assim, *“The Europeans were nonetheless much more active than in the past”* (Del Pero, 2011 p.20), existindo uma tentativa de coordenação e demonstração que os empréstimos da CEE continuavam contingentes aos desenvolvimentos políticos em Portugal, ao passo que o Primeiro Ministro Britânico Harry Wilson e o Presidente Francês Giscard d’Estaing decidem entrar em contacto com Brezhnev, líder da União Soviética, antes da assinatura dos acordos de Helsínquia planeadas para a altura (Del Pero, 2011).

Não existem também fontes primárias que auxiliem na compreensão do sentimento da URSS relativamente a toda a situação em Portugal. No entanto, vários atores políticos da altura com ligações à URSS, como Walter Stoessel Jr, Embaixador Americano em Moscovo ou Terence Garvey, Embaixador Britânico em Moscovo, referiam que a cautela soviética perante a situação de Portugal provinha especialmente do sucesso que a política de détente tinha alcançado na pacificação das relações entre as duas superpotências, para além de todas as consequências que poderiam surgir em outros países como Espanha ou Itália, da ingerência soviética num país do outro bloco (Del Pero, 2011). Apesar disso, Fonseca (2014) menciona o forte apoio por parte do Partido Comunista da União Soviética e dos Estados-satélite do bloco do leste ao PCP, e Oliveira (2009), menciona, a seriedade levada aos avisos por parte do bloco ocidental, não existindo provas de que a URSS tenha realmente pedido moderação ao PCP. Oliveira (2009), no entanto, afirma que Costa Gomes terá sido aconselhado por Brezhnev a manter-se no modelo que Portugal seguia e a não o alterar, pela posição geográfica de Portugal, a presença na NATO e pela *“(...) filiação católica da maioria da sua população”* (Oliveira, 2009 p.12).

Helmut Schmidt e Willy Brandt tornam-se fundamentais para levar à mobilização dos parceiros europeus e dos EUA, chegando mesmo a influenciar a posição da URSS de forma a moderar o comportamento do PCP. Esta concertação de esforços é visível na Conferência de Helsínquia, em julho de 1975, pela tomada de posição dos países europeus relativamente à atuação soviética relativamente a Portugal (Fonseca, 2012). É nesta conferência de Helsínquia que Costa Gomes é *“(...) alvo de um inquérito particularmente serrado (...)”* (Oliveira, 2009 p.12) relativamente às políticas de Vasco Gonçalves, pela parte de Wilson e Schmidt. Esta pressão acabaria por, segundo Sá (2009), levar Costa Gomes a ponderar e a

avaliar as consequências para Portugal que um possível afastamento dos seus aliados e do mundo ocidental poderia ter. Kissinger ocupa-se também em avisar a União Soviética sobre a sua possível participação ativa na situação portuguesa, principalmente numa altura em que intervenção externa parecia mais possível do que nunca (Del Pero, 2011).

Questão dos Açores e o descontentamento popular

As diferenças entre os países europeus e os Estados Unidos eram ainda evidentes, especialmente tendo em conta os planos que a Administração Americana tinha desenvolvido para resolver a situação em Portugal. Esta questão é perceptível nas declarações de Schmidt, numa reunião a 27 de julho de 1975 com o presidente americano e com Kissinger, quando o Chanceler refere que “Giscard is of your thinking on Portugal -- more pessimistic than the rest of us”, referindo também a situação portuguesa, bastante confusa não só para os atores internos, mas também para os atores internacionais que vão acompanhando os diferentes acontecimentos.¹⁸ É dentro destes planos que a questão da independência dos Açores surgiu, visto que “*a vast majority of the Azores was resolutely conservative*” (Del Pero, 2011 p.18) até pelos resultados das eleições, em que o PPD tinha ganho com 65% dos votos, e assim arranjar uma solução do estilo Taiwan, separando as ilhas do continente (Oliveira, 2009). Estes resultados eram vistos como positivos para Kissinger, pois um dos grandes interesses americano em Portugal era a Base Aérea das Lajes, bastante importante para o rápido acesso militar americano à Europa, África e Médio Oriente. Oportunisticamente, os portugueses exilados depois do 11 de março, tinham decidido participar ativamente em movimentos independentistas nos dois arquipélagos, no caso dos Açores, com o auxílio de membros da comunidade portuguesa nos EUA e o apoio de alguns congressistas americanos. Carlucci sempre se mostrou contra esta ideia e a posição dos EUA, através do seu consulado na Ponta Delgada, assinalando a sua neutralidade e que não iriam ajudar estes movimentos conservadores para a independência dos Açores, como a Frente para a Libertação dos Açores (FLA). A independência dos Açores foi também tema trazido a debate pelos EUA em conversações com os aliados europeus e a forma como o tema foi várias vezes mencionado demonstra que os EUA tinham esta possibilidade em aberto, sem que existissem realmente provas de coordenações com os diferentes grupos separatistas e a CIA (Del Pero, 2011). É, no entanto, perceptível o envolvimento dos americanos relativamente aos Açores, quando na reunião , com a participação de Ford, Kissinger e Schmidt, a dia 28 de julho de 1975, Schmidt

¹⁸ Memorandum of Conversation: July 27 1975 - Ford, Kissinger, Schmidt. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553186.pdf>

menciona “I hear they are being organized by the CIA.”, ao que Kissinger responde “Not yet”.¹⁹ Assim, ainda que sejam escassos os trabalhos relativos a esta questão sobre os movimentos independentistas nos Açores e na Madeira, é possível identificar nesta altura, certos momentos de maior tensão e atividade destes movimentos, não sendo possível ainda determinar o grau de envolvimento americano.

A situação em Portugal tornou-se mais complicada e mais imprevisível, com a nacionalização da banca, das empresas de seguro e reformas agrárias que levariam a expropriações das terras e o fim dos latifúndios, a propaganda antiamericana e as acusações de Carlucci fazer parte da CIA cresciam, ao passo que rumores sobre um golpe de estado, como aconteceu no Chile, espalharam-se pela sociedade (Del Pero, 2011). Já nos Estados Unidos, a nova situação de Portugal afligia diferentes setores da política americana. Vários comentadores, principalmente conservadores, mencionavam a necessidade de uma presença americana mais ativa na política portuguesa e outros consideravam que o regime antigo de Salazar e Marcello Caetano iria de encontro com os objetivos americanos, enquanto o novo regime era muito mais hostil em relação à NATO e ao Ocidente e parecia indicar uma preferência pelo bloco do leste, fator que, a confirmar-se, destabilizaria a Détente, como mencionado anteriormente. Del Pero (2011), conclui que efetivamente estes receios acabariam por não se comprovar, visto que “(...) *the Communists had limited support in the country, particularly in the north, and in the urban and more developed areas (...)*” (Del Pero, 2011). As relações com o Partido Comunista Italiano (PCI) foram particularmente afetadas, pela proximidade entre o chamado “compromisso histórico” entre o PCI e os Democratas Cristãos Italianos (DC), e a exclusão do Partido da Democracia Cristã das eleições portuguesas, que levaria os Democratas Cristãos Italianos a abandonar o acordo com o PCI (Del Pero, 2011). Com isto, Enrico Berlinguer, líder do PCI, viu-se a ser criticado em todas as frentes face ao posicionamento do PCI perante a atuação do PCP, o que levou o mesmo a declarar ter certas reservas sobre a situação em Portugal (Del Pero, 2011). A situação em Itália agravou-se pela questão portuguesa, o que servia os interesses de Kissinger e dos Estados Unidos, com a possibilidade de exercer mais pressão perante os comunistas portugueses (Del Pero, 2011).

A 18 e 19 de julho, são convocadas duas grandes manifestações, no Porto e Lisboa respetivamente. Com o apoio do COPCON, são erguidas barricadas nas suas cidades, como efetuadas a 28 de setembro de 1974, pensando existir a mesma adesão ao bloqueio das manifestações que o ano anterior. Na verdade, ambas as manifestações contaram com uma

¹⁹ Memorandum of Conversation: July 28 - Ford, Italian Ambassador. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0314/1553186.pdf>

grande adesão, chegando-se a concentrar em Lisboa mais de cem mil pessoas, com palavras de ordem contra o MFA e contra Vasco Gonçalves, tendo o COPCON começado a questionar o apoio ao gonzalvismo. A resposta foi dada a partir de uma campanha de apoio a Vasco Gonçalves e ao MFA a partir de propaganda em praticamente todos os meios possíveis, sem que a mesma conseguisse nutrir algum efeito (Telo, 2007).

V Governo Provisório: O fim da linha do Gonzalvismo

“O V Governo foi desde o começo um nado-morto” (Telo, 2007 p.149), sendo empossado ao mesmo tempo que o documento dos Nove é divulgado, demonstrando a divisão bastante evidente dentro do MFA (Telo, 2007). É importante notar que, neste Governo, apenas o MDP tinha um ministério, não existindo representatividade partidária dos restantes partidos. Com a divisão do MFA, surge um documento assinado por nove conselheiros membros do Conselho, que foi redigido por Melo Antunes, e é apresentado como uma solução à crise no MFA, indicando um novo rumo ao país. Assume-se então como um projeto de esquerda socialista, que rejeita tanto as visões socialistas do bloco de leste e as visões sociais-democratas do bloco ocidental (Rezola, 2007). De uma forma generalizada, o Grupo dos Nove continuava a defender a manutenção do poder militar, sem que o mesmo tivesse de pôr em causa a visão do pluralismo democrático defendido pelos mesmos, acabando assim com a deriva comunista relacionada com o gonzalvismo e com o Documento-Guia, que estariam a conduzir Portugal para um caminho perigoso e ainda maior instabilidade económica. “O profundo abalo provocado pelo Documento dos Nove na já fragilizada estrutura político-militar leva o Diretório a suspender os Nove do CR.” (Rezola, 2007 p.182). O Documento dos Nove, mesmo assim, vai ganhando muito apoio, tanto militar, como partidário (Rezola, 2007).

Melo Antunes, que Carlucci pensava ser a pessoa mais indicada para resolver a situação, considerava que Portugal estaria a cair de novo num regime totalitarista, sem que uma reação ao mesmo implicasse um retorno ao fascismo, sendo necessário então encontrar uma solução mais moderada, que o Grupo dos Nove assim representava (Del Pero, 2011). Seria então imprescindível encontrar uma solução que levasse o centro-esquerda a continuar à frente da transição, tentando evitar a ascensão da direita. Otelo de Saraiva, que não apoiou a formação do V Governo, redige um documento em que afirma ser necessário reconhecer que o processo tinha avançado demasiado rápido, sendo necessário também existir uma aproximação com o Grupo dos Nove, de forma a solucionar a crise política. Este entendimento

acaba por chegar, unindo-se o COPCON com o Grupo dos Nove, legitimando assim o mesmo e dando mais força à contestação (Telo, 2007).

O Quinto Governo Provisional duraria pouco tempo, apenas 36 dias, com a instabilidade vivida em Portugal. No norte do país, as manifestações anticomunistas tinham chegado a pontos de violência, com atentados de bomba e assaltos a sedes de partidos ligados à esquerda. Nos Açores, as manifestações pela independência continuavam, enquanto os EUA não apoiavam diretamente os movimentos separatistas, a conselho de Carlucci e aliados europeus (Del Pero, 2011) . *“In the last days of August, it seemed that the US and its Western European allies had finally achieved a consensus on the necessity to support Antunes and the ‘Group of Nine’.”* (Del Pero, 2011 p.21). Este apoio traduz-se então nos vários pedidos feitos pelos embaixadores europeus, a Costa Gomes, para reduzir a influência comunista dentro do Governo e dos militares, pedido expresso do Grupo dos Nove (Del Pero, 2011). É também aqui que tanto os EUA como a Europa disponibilizam ajuda militar ao Grupo dos Nove e aos partidos considerados democráticos no contexto de uma possível revolução comunista que poderia acontecer em Lisboa, e que poderia ter levado os partidos democráticos a se estabelecer no norte de Portugal (De Sá, 2012).

O Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal é fundado em Estocolmo em agosto de 1975 e era composto pelos principais líderes socialistas ou sociais-democratas da Internacional Socialista, sendo que era presidido por Willy Brandt. Funcionava, maioritariamente, como um apoio ao PS, ao passo que também servia para *“(…) pressionar os atores formais, quer dos países europeus, como das instituições comunitárias e das duas superpotências”* (Fonseca, 2012 p.8). O objetivo era tentar garantir o estabelecimento de um regime democrático em Portugal, a liberdade de imprensa e o fim do isolacionismo internacional português, ao passo que também demonstrava uma frente única europeia relativamente aos desafios portugueses. Este comité tinha como membros Willy Brandt, da RFA, Harold Wilson, do Reino Unido, Bruno Kreisky, da Áustria, François Mitterrand, de França, Olof Palme, da Suécia e Joop den Uyl, da Holanda (Fonseca, 2014).

Washington, por outro lado, continuava em contacto com os separatistas açorianos. Para além disso, a questão de um golpe em Portugal continental ainda não estava totalmente descartada e Robert Schuler, *“attaché”* militar em Portugal, teria estado em contacto com o Coronel Ricardo Durão, cujo irmão teria sido um dos líderes do 11 de março e que estariam a planear uma insurreição no norte, pedindo apoio financeiro americano. Carlucci manteve a sua posição e mencionou que *“(…) any action by Spínola, including political activity, plays into the hands of the communists”* (Del Pero, 2011 p.22).

Nos finais de agosto, em Portugal, é visível a necessidade de existirem alterações profundas, com Costa Gomes a ponderar uma mudança no Governo e encarregando o CEME (Chefe de Estado Maior do Exército) Carlos Fabião a formar uma nova solução governativa. Carlos Fabião, no entanto, aponta Melo Antunes para cumprir essa tarefa, sendo que o mesmo pondera que o COPCON pudesse fazer parte da organização de um novo Governo. No entanto, o mesmo acaba por não se verificar e Melo Antunes não consegue convencer personalidades diferentes a assumirem o apoio a uma nova solução, numa altura em que a esquerda civil mais extremista começava a preparar para preservar a via mais revolucionária, sem que o mesmo passasse necessariamente por um retorno ao gonçalvismo. Assim, a 25 de agosto é formada a FUP (Frente de Unidade Popular), que ligava os partidos da esquerda mais revolucionária, incluindo o PCP, e outras organizações ligadas à extrema-esquerda, com o objetivo de pressionar Otelo e o COPCON a abandonar os entendimentos com o Grupo dos Nove. A saída do PCP desta organização, apenas dois dias depois da sua formação, leva a uma mudança de nome, Frente de Unidade Revolucionária (FUR), ainda que o PCP continue a apoiar as suas iniciativas (Telo, 2007). Ainda em agosto, conseguimos verificar a diferença de atitude entre os Estados Unidos e a RFA, com o envio de dois telegramas de Washington, um a 28 para a Embaixada Americana em Bona, mencionando uma chamada telefónica com um representante alemão, em que Sonnenfeldt afirma que a *Démarche* alemã relativa a Portugal não tinha sido agradado aos americanos, pedindo que fossem concertados esforços entre os dois países, para melhorar a influência sobre Costa Gomes junto de Carlucci, ao que o representante alemão concordou.²⁰ Já no telegrama de 29 de agosto, para a Embaixada Americana em Portugal direcionado a Carlucci, Washington reitera a posição de Sonnenfeldt demonstrada para com a Embaixada Americana de Bona: *"I have also communicated to the germans our disappointment with the lack of force in their demarche."*²¹

O Extremar da Situação Político-Militar e as Dúvidas Quanto ao Futuro

A situação política em Portugal continuava bastante caótica, com manifestações contra o VI Governo, abrindo espaço para possíveis ameaças tanto à esquerda como à direita. Em setembro de 1975 e face à falta de apoio internacional no caso de um golpe de direita, Mário Soares continua então empenhado na garantia de que as soluções governativas contemplassem tanto as forças de esquerda como o PCP, como também as forças mais

²⁰ Telegrama de Washington para Amembassy Bonn, Agosto de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=43854&dt=2476&dl=1345>

²¹ Telegrama de Washington para Amembassy Lisboa, Agosto de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=43848&dt=2476&dl=1345>

moderadas como o PPD. (Castaño, 2012) A questão apenas ficaria resolvida quando o PS e o Grupo dos Nove se aproximam de Otelo Saraiva de Carvalho, abrindo espaço para a substituição de Vasco Gonçalves e possibilitando um novo rumo político. A primeira solução encontrada seria atribuir o cargo de vice-primeiro-ministro a Mário Soares, existindo também um novo primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo e atribuindo a Vasco Gonçalves o cargo de CEMGFA. Soares não concordava com a entrega deste último cargo, pensando ser necessário existir realmente uma prova de que não haveria ingerência militar nos poderes políticos (Castaño, 2012). A questão da atribuição de CEMGFA a Vasco Gonçalves demonstra a falta de apoio que o mesmo tinha nas círculos políticos, visto que este cargo era ocupado simultaneamente pelo próprio Presidente da República, que o tinha oferecido ao ex-Primeiro-Ministro. Esta questão eventualmente seria resolvida com a recusa de Vasco Gonçalves de assumir o cargo, pela falta de apoio do Exército e da Força Aérea, observados na Assembleia do MFA a 5 de setembro. Nesta mesma Assembleia, são integrados de novo os membros do Grupo dos Nove e o afastamento de militares considerados gonçalvistas, demonstrando o afastamento total de Vasco Gonçalves (Telo, 2007). O VI Governo, que contava com Melo Antunes como Ministro dos Negócios Estrangeiros, acabaria por tomar posse a 19 de setembro e durou 8 meses, mais tempo que os anteriores, contando com a participação dos partidos políticos em representação dos resultados eleitorais, com o PS a assumir seis Ministérios, ao passo que o PPD assumiria três e o PCP apenas um.

As discussões para a formação de um novo governo surgem num período bastante conturbado e em que as divisões entre os EUA e os parceiros europeus continuavam fortes. Estas divisões são evidentes nas declarações que Kissinger faz, numa reunião com vários membros do governo americano e chinês, a 28 de setembro de 1975, em que o mesmo Kissinger menciona a tentativa de coordenação entre americanos e europeus, denotando ainda alguma incerteza quanto à postura europeia sobre a situação portuguesa: "The problem now is whether our European friends will celebrate a victory or realise that these Moscow-supported groups have to be systematically reduced in influence." ²². A decisão de apontar o Almirante Pinheiro de Azevedo, que Kissinger considerava ser semelhante a Vasco Gonçalves, como Primeiro-Ministro e a inclusão de comunistas no Governo, continuava a preocupar o Secretário de Estado. Mário Soares, tal como os aliados europeus, defendiam a inclusão do PCP no Governo pela partilha do fardo pesado de tomar decisões com vista a melhorar a situação económica em Portugal e, também assim, evitar o aumento das confrontações que poderiam mergulhar o país numa guerra civil (Del Pero, 2011). Azevedo

²² Memorandum of Conversation: September 28, 1975 - Kissinger's Meeting with PRC Officials. Disponível em: <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0331/1553939.pdf>

acabaria por se tornar Primeiro-Ministro e assumir uma pasta extremamente complicada. É com a nomeação que a coordenação entre os países europeus e a Administração Americana se intensifica, ainda que Kissinger apenas considerasse Azevedo “(...) *an intermediary step 'to gradually eliminate the Communists'.*” (Del Pero, 2011 p.23). No telegrama enviado a 14 de setembro, é descrito a reunião entre Sonnenfeldt, Lowenstein e o Embaixador Italiano Roberto Gaja. Nesta reunião, é reportado que a Comunidade Europeia não tinha ainda chegado a acordo relativamente aos desenvolvimentos em Portugal, denotando uma tentativa de resposta coletiva, deixando também claro que Portugal apenas receberia ajuda se existisse realmente uma democracia pluralista.²³

Assim, ambos os lados consideravam importante enviar ajuda económica de forma a estabilizar a situação política. A ajuda económica por parte dos EUA e da CEE, que não se limitaria apenas a fundos disponibilizados por uma vez, ajudaria não só a legitimar o governo, como também a permitir ao país pedir mais fundos ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Estes fundos permitiam um maior controlo da situação económica em Portugal, com a obrigação de adotar medidas para controlar a inflação e, assim, controlar de vez a crise política e económica em Portugal, objetivo que desde o início do processo revolucionário foi crucial (Del Pero, 2011).

Ainda a 6 de setembro, é anunciada a criação dos Soldados Unidos Vencerão (SUV), considerada um braço armado da FUR, que consistia numa pressão por parte da extrema-esquerda militar, demonstrando que existia vontade por parte de um núcleo duro de militares que não deixariam que a revolução sofresse algum recuo. “*Além da contribuição para a desestabilização da ordem pública, os SUV constituíam uma potencial ameaça no interior dos quartéis, não só por gerarem uma forte reação de oposição dos oficiais como também por abrirem caminho a confrontos violentos entre grupos de soldados*” (Rezola, 2007 p.235). Com as manifestações dos mesmos a receberem uma aderência significativa, tanto militar como civil, isto demonstra que a ameaça da extrema-esquerda começava a subir de tom. A FUR já depois da tomada de posse do VI Governo, enceta então uma tentativa de derrubar o poder militar tradicional, com a criação de milícia civis armadas que ocupariam o vazio deixado pelos militares, começando a serem criados esforços para a dissolução das unidades militares através da agitação dos soldados nos quartéis. Esta questão leva a que importantes oficiais, que se reviam na FUR e faziam parte do COPCON, não apoiassem a decisão de, inevitavelmente, criar um cenário de guerra civil em Portugal. Os oficiais do COPCON encontravam-se então numa situação complicada: “*as bases das organizações que os apoiam*

²³ Telegrama de Washington para Amembassy Roma, Setembro de 1975, National Archives USA Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=322186&dt=2476&dl=1345>

pressionam para avançar e «tomar o poder», com a dissolução da instituição militar tradicional; eles sabem que isso será um suicídio, mas não têm a coragem de o dizer de forma clara, pelo que hesitam e tomam atitudes contraditórias” (Telo, 2007 p.160).

As manifestações da SUV tornam a posição do Governo insustentável, pela crise de autoridade vivida. É neste contexto que a 25 de setembro dá-se a extinção do Regimento da Polícia Militar e a criação da AMI (Agrupamento Militar de Intervenção), que responde diretamente ao Presidente da República e que integra militares da Força Aérea, Marinha e Exército. Aparecia como uma resposta à insubordinação, indisciplina e insegurança vividas, esvaziando o COPCON do seu poder e, assim, retirando a confiança dos moderados em Otelo (Rezola, 2007).

Com a crescente instabilidade política e social, são iniciados os trabalhos por parte de Ramalho Eanes, Tomé Pinto e Garcia dos Santos, que visavam um plano militar face à eventualidade de um golpe de estado por parte da extrema-esquerda, que vinha a ser desenhado pelo Grupo dos Nove desde agosto. Porém, a imprensa menciona o Plano dos Coronéis, que estaria relacionado com os trabalhos efetuados pelo Grupo dos Nove em agosto, empurrando o país e as forças opositoras para uma radicalização ainda maior, com o agravamento das tensões um pouco por todo o país. As manifestações e contramanifestações tornam-se ainda mais fortes, com o PCP e a extrema-esquerda de um lado e o PS, PPD, os moderados e a direita no outro. A entrada em novembro é feita com o receio cada vez maior de que um golpe de Estado estaria em preparação (Rezola, 2007).

Novembro de 1975: a Situação Atinge a Rutura

No fundo, *“O mês Novembro acaba por se resumir a 25 dias de provocações”* (Rezola, 2007 p.240) *Já no dia 6 de novembro, o debate televisivo entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, demonstra a grande divisão entre o PCP e o PS, com o último a defender a via eleitoral, enquanto o primeiro “(...) apresenta-se como a encarnação dos ideais e das conquistas da Revolução e do MFA “(...)”* (Rezola, 2007 p.239). Seria no dia seguinte que o Governo e o Conselho da Revolução ordenam a destruição dos emissores da Rádio Renascença, tida como porta-voz da extrema-esquerda e responsável pela desordem pública que leva a uma maior contestação na rua e à insubordinação dos militares. Esta decisão acabaria por fraturar ainda mais o Conselho de Revolução (Rezola, 2007).

É também a 12 de novembro de 1975 que, enquanto Mário Soares discursava no Parlamento sobre a independência de Angola, no exterior, uma manifestação transformou-se em cerco à Assembleia Constituinte e à residência oficial do Primeiro-Ministro. Mário Soares acaba por conseguir escapar ao cerco, sendo avisado por Jaime Gama. No entanto, este

cercos fez o PS e o PPD pensar ser possível que o poder e Lisboa estivessem a ser tomadas por forças da extrema-esquerda, e tanto Mário Soares como Sá Carneiro encetaram conversações relativamente à transferência da Assembleia para o Porto, dividindo assim o Norte e o resto do país, que estaria à mercê das forças da extrema-esquerda. A situação não se acalmava totalmente, ainda que o Governo tenha interrompido os trabalhos, juntamente com Costa Gomes. (Castaño, 2012). O cerco à Assembleia Constituinte tem um profundo impacto, a nível nacional e internacional, passando a ideia de que a extrema-esquerda teria o poder nas ruas e que a ideia de “*Comuna de Lisboa*” pudesse realmente acontecer. A questão do cerco também leva a uma quebra entre Otelo e Pinheiro de Azevedo, pela recusa do Comandante do COPCON a proteger a Assembleia dos manifestantes. (Rezola, 2007)

A 20 de novembro o VI Governo Provisório entra em greve, com vista ao esclarecimento da posição do poder militar, fruto de todos os eventos que foram ocorrendo anteriormente: “*Pretendendo acabar com a pressão das ruas como elemento político, Pinheiro de Azevedo anuncia a autossuspensão do governo até existirem condições para o pleno exercício do poder.*” (Rezola, 2007 p.244). Também a 20 de novembro, é anunciado publicamente o afastamento de Otelo da RML e a dissolução do COPCON, ainda que a mesma acabe por não ocorrer, sendo apontados vários cenários para a resolução da crise político-militar. Tanto a população, como os militares, nesta altura, encontram-se altamente divididos, com um enorme clima de insegurança sentida em Portugal. A 24 de novembro dá-se a reunião do Conselho de Revolução, de forma a perceber como se resolveria a questão do COPCON e da RML. No entanto, qualquer tentativa de acordo seria incapaz de resolver o que, eventualmente, iria acontecer no dia seguinte. (Rezola, 2007)

“*Apesar de todas as incógnitas que rodeiam estes momentos, há um óbvio consenso em torno do facto de ter sido a «saída» dos páras a determinar o desencadeamento das movimentações militares.*” (Rezola, 2007 p.252). Fruto do abandono de Otelo como comandante da RML, que passaria para Vasco Lourenço, os paraquedistas da Base-Escola acabariam por sair à rua e ocupar diferentes bases militares, bem como outros pontos estratégicos, sem que a mesma ocupação tenha tido frutos. A isto se deve a atuação dos moderados que, vão conquistando posições e apoios, levando também à extinção do COPCON e a prisão de vários dos seus membros. A atuação das forças de esquerda ainda está envolta em várias questões e polémicas. Castaño (2012), no entanto, menciona o papel que Costa Gomes teve em evitar que o PCP e a Intersindical saíssem para a rua em defesa dos militares, evitando assim piorar a situação (Castaño, 2012). A situação, no entanto, acabaria por afastar o PCP e a esquerda mais revolucionária dentro do MFA (Del Pero, 2011).

“*Para tal desfecho foi determinante a relação de forças interna, mas não podemos deixar de acentuar a importância do contexto internacional*” (Fonseca, 2014 p.9). Neste

sentido, é hoje sabido que, ainda antes do 25 de novembro, Mário Soares entra em contactos com James Callaghan, de forma a auxiliar no caso de um golpe comunista. David Callaghan terá acedido ao seu pedido e enviado um oficial dos serviços secretos britânicos para monitorizar a situação, que entra em conversações com o Grupo dos Nove, procurando arranjar uma estratégia que permitisse garantir que Portugal não caísse definitivamente nas mãos dos comunistas. No entanto, a atuação do PCP durante os acontecimentos do 25 de novembro, que efetivamente não apoiaram nas ruas a tentativa de golpe, levou a que esses planos não tivessem de ser postos em prática (Rezola, 2007).

“Independentemente da interpretação sobre os acontecimentos do 25 de Novembro, a sua consequência mais directa é a completa alteração da correlação de forças político-militares” (Rezola, 2007 p.271) Assim, dá-se a derrota da linha revolucionária de Vasco Gonçalves, acabando por perder a posição mais privilegiada que tinha com o Estado e com os militares, acabando por fazer cair o seu projeto político. Para além disso, a direita vê o reforço da posição, tal como aconteceu com a esquerda no 11 de março, sem que isso passasse pela ilegalização do PCP, que os mais moderados do MFA conseguem evitar. No entanto, é a partir deste período que se começa um novo capítulo da transição democrática, abrindo-se a discussão sobre o PACTO MFA-PARTIDOS e a forma como os militares atuam na política portuguesa.

A Embaixada Americana, relativamente aos acontecimentos do dia 25 de novembro, procura informar Washington o mais rápido possível, enviando vários relatórios ao longo dos acontecimentos. Esses relatórios, que apenas concluem a 29 de novembro, descrevem os eventos que vão acontecendo ao longo do dia 25 de novembro e os dias que se seguem, contendo também alguns comentários relativos à situação por parte de Carlucci. No primeiro relatório Carlucci refere a incapacidade de se perceber se o movimento dos paraquedistas se tratava de um ato isolado ou de uma ação mais coordenada, referindo a possibilidade da situação se complicar ²⁴. As motivações dos paraquedistas, ao longo do dia, continuavam a ser uma incógnita, como mencionado no quarto telegrama, ainda que Carlucci coloca a hipótese de estar relacionado com a questão da Rádio Renascença e um possível aproveitamento das forças radicais de esquerda relativo ao descontentamento dos militares, não colocando de parte a possibilidade do PCP estar envolvido²⁵. Já no nono telegrama, Carlucci menciona a possibilidade do país se dividir se a situação em Lisboa não se

²⁴ Telegrama de Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260800&dt=2476&dl=1345>

²⁵ Telegrama de Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260663&dt=2476&dl=1345>

controlar²⁶. No dia seguinte, Carlucci informa Washington que o Governo Português parecia já ter a situação sob controlo, ainda que existissem possibilidades fortes da situação voltar a piorar²⁷. Ainda nesse dia, em outro telegrama enviado por Carlucci para Washington, o Embaixador Americano menciona o rendição de duas unidades radicais em Lisboa, concluído que “That should just about wrap up this rebellion.”²⁸. A atuação da Embaixada Americana, contrariamente à atuação do dia 25 de abril do ano anterior, mostrou-se extremamente competente na divulgação dos acontecimentos em Portugal e a encarar os mesmos de forma mais séria, ainda que os desenvolvimentos acabariam por favorecer os mais moderados, afastando totalmente a hipótese revolucionária.

Assim a situação política em Portugal acabaria por se estabilizar, auxiliada também pela aprovação da Constituição em 1976, que “(...) segundo Soares era um «um produto da história recente» e refletia «as vicissitudes e as contradições do processo revolucionário” (Castaño, 2012 p.8), contendo na mesma “(...) a definição da República como Estado democrático e não como Estado democrático revolucionário e a referência expressa ao «pluralismo» e não à «pluralidade de expressão e organização democráticas»”. (Castaño, 2012 p.8). O levantamento da NATO relativamente às restrições de acesso a documentos mais sensíveis só seria feito em 1980, com o risco de informação secreta passar para o outro bloco praticamente nulo (Oliveira, 2009).

²⁶ Telegrama de Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260799&dt=2476&dl=1345>

²⁷ Telegrama de Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260603&dt=2476&dl=1345>

²⁸ Telegrama de Amembassy Lisboa para Washington, Novembro de 1975, National Archives USA. Disponível em: <https://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=260484&dt=2476&dl=1345>

Conclusão

A dissertação realizada aborda uma temática ainda sensível, não apenas para a comunidade académica, mas também para a população portuguesa em geral. O 25 de abril, ainda que várias décadas depois, é um tema bastante debatido pela sociedade portuguesa e que ainda divide opiniões, para além de existirem várias questões que ainda não tenham sido devidamente exploradas, seja a nível nacional como internacional. Mesmo existindo uma grande variedade de trabalhos que exploram a questão internacional, seja relacionada com países europeus, como a RFA ou França, seja relacionada com os EUA, não existia uma análise sobre a forma como os mesmos se relacionavam entre si a respeito dos acontecimentos que se sucederam depois do 25 de abril, com as diferentes perspetivas e entendimentos da situação portuguesa. A minha dissertação explora essa dimensão, focando-se na RFA e nos EUA.

O objetivo principal da dissertação foi então coligar os eventos nacionais e as suas interpretações e consequências a nível internacional, assumindo sempre uma perspetiva global, ainda que seja necessário perceber o que efetivamente se alterou a nível político em Portugal. Procurou-se assim mostrar não só a diplomacia portuguesa antes da revolução, mas também a forma como a mesma mudou no rescaldo do 25 de abril. Desta forma, considerei importante mostrar a forma como o Estado Novo atuava diplomaticamente no contexto das suas próprias características, mencionando também a questão da guerra colonial, um tema bastante importante na análise do trabalho de Marcello Caetano em termos diplomáticos, de forma a ser possível entender as grandes mudanças que a revolução originou nas relações internacionais de Portugal.

A análise das fontes, nomeadamente os arquivos norte-americanos, permitem traçar uma visão bastante singular quanto aos eventos em Portugal, existindo várias diferenças quando comparadas com a visão alemã sobre o mesmo assunto, demonstrando os efeitos universais que a revolução criou, com as atenções internacionais viradas para os desenvolvimentos de Portugal, inserido no bloco ocidental e com relações privilegiadas com a grande superpotência desse mesmo bloco, os Estados Unidos da América. Essas fontes permitem-nos perceber que a situação em Portugal foi sempre encarada com bastante preocupação, especialmente sobre o envolvimento do PCP no Governo e na vida política. Aliando as fontes aos diferentes autores analisados, é possível concluir que Kissinger foi, efetivamente, um dos principais responsáveis pela postura assumida pelos Estados Unidos, sendo possível perceber, ao estudar o Secretário de Estado, a sua visão relativamente à divisão do mundo e, especialmente, o seu entendimento relativamente à Europa, bastante

importante para a definição da política americana relativamente aos acontecimentos portugueses.

Os EUA, como mencionado anteriormente, pautava-se pela influência de Kissinger no entendimento da situação em Portugal, denotando um enorme receio face à presença comunista no Governo Português na fase de transição democrática, existindo sempre a expectativa que o PCP, pela via da força ou pela via democrática, tomasse o poder de Portugal, inserido na NATO, cujo propósito era prevenir a influência soviética nos diferentes países membros. Durante os vários períodos da transição, é perceptível o aumento dos receios americanos, com os comunistas, em alguns períodos, a assumir um papel mais relevante na definição da política portuguesa. Nesse sentido, os responsáveis americanos assumiram um papel determinante, seja pela pressão a nível europeu, seja pela pressão aos responsáveis portugueses, ignorando algumas vezes a posição europeia, muito mais relaxada e positiva que a posição americana.

A própria RFA, que já tinha uma proximidade com um dos principais intervenientes em Portugal, Mário Soares, assume também um papel relevante no apoio internacional à revolução portuguesa e, também, um papel relevante a nível nacional, com o apoio ao PS a partir da Fundação Ebert, ao passo que assume uma perspetiva mais positivista sobre a situação em Portugal. Esse apoio acabaria por ser muito importante para o sucesso do Partido Socialista nas eleições de 1975, que confirmariam o compromisso da sociedade portuguesa para com um regime democrático pluralista, inserido no bloco ocidental. A RFA serve assim como exemplo de uma visão de cooperação e aprovação, visível também noutros aliados europeus. A plena democracia em Portugal era fundamental, mesmo que o período logo a seguir ao 25 de abril não tenha sido pacífico, tendo os alemães procurado auxiliar Portugal a chegar às eleições que, ainda que não tenham trazido as mudanças esperadas internacionalmente, marcaram um importante passo para a instauração da democracia em Portugal.

Como se percebeu, Portugal não foi exceção quanto à existência de instabilidade nos momentos imediatamente a seguir a uma transformação política tão profunda. É natural que o país tenha vivido tempos muito intensos em que todos os atores tinham opiniões distintas sobre o que fazer no território português, existindo também vários eventos envoltos em sérias dúvidas e incertezas, como o 25 de novembro. Como se deu a entender, estas reações não eram só interinas, mesmo que estas tenham um valor muitíssimo grande em termos das transformações sentidas em Portugal. Também pela Europa e resto do mundo, os eventos que diariamente se faziam sentir em Portugal eram mencionados, discutidos e analisados por políticos de outros países. Portugal era neste período um tópico de permanente discussão e análise. As especificidades políticas de Portugal, especialmente o papel do PCP num lugar

de comando do país, eram constantemente debatidas, principalmente pelo lado americano que, importante não esquecer, continuava no seu braço de ferro com a União Soviética, mesmo que numa fase bem mais morna da disputa.

O mundo estava, mais uma vez, numa mudança global. O 25 de abril, como mencionado ao longo da tese, assume-se como um marco para essas mudanças, com outros países a seguirem a via democrática. É, portanto, normal que a experiência portuguesa tenha assumido um carácter mais preocupante, por ter acontecido num país com um regime considerado forte, com várias décadas, e que não mostrava sinais de cair. Também a questão das colónias, que ganharam a sua independência durante a fase de transição, tornam Portugal neste caso especial. Entrava-se numa nova fase de fulgor europeu, baseado em novas alianças económicas, mas também políticas que se mantêm até aos dias de hoje.

Apesar de terminada, esta tese não se encontra exausta em termos de tópicos e discussões sobre este período. Parte de realizar um trabalho histórico é perceber que o mesmo nunca se encontra concluído e que é necessário admitir que existem sempre novas perspetivas e pontos a serem estudados. É por isso importante assinalar questões que poderão ser respondidas em futuras investigações, deixando eu três questões que poderão ser analisadas num futuro próximo.

Um exemplo de uma futura pista de investigação seria o estudo aprofundado de como outros países, como a França, o Reino Unido ou a URSS, reagiram a este período e às transformações que ocorreram em Portugal. O desenvolvimento desta tese só conseguiu aprofundar o impacto e opinião dos EUA e da RFA, por isso um aprofundamento do 25 de abril com novos atores internacionais seria muito relevante.

Outro ponto que teria sido interessante, mas que por limitações temporais, espaciais e especialmente linguísticas, teria sido a utilização de arquivos e outras fontes alemãs. Como foi perceptível ao longo da tese, a utilização de fontes do lado americano não só foi de enorme relevância, trazendo uma clareza e fundamentação aos pontos explicados, mas também seria impossível não mencionar a maior facilidade na sua pesquisa e análise.

Por último, a situação dos Açores e da Madeira neste período, ainda que ultimamente tenha ganhado um maior interesse na academia, ainda se encontra num período embrionário. É de esperar que uma maior investigação poderá produzir mais trabalhos, permitindo-nos explorar uma questão de enorme relevância, mas pouco desenvolvida.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Gerald R Ford Presidential Library Museum
National Archives and Record Administration
CIA Library- Freedom of Information Act

Bibliografia

Antunes, José Freire. Kennedy e Salazar - O Leão e a Raposa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013

BANGE, Oliver; NIEDHART, Gottfried eds. *Helsinki 1975 and the transformation of europe*. Oxford: Berghahn Books, 2008.

BRUNEAU, Thomas. *From revolution to democracy in Portugal: The roles and stages of the provisional governments*. Em: Shain, Yossi and Linz, Juan. *Between States- Interim Governments and Democratic Transitions*, Cambridge Studies in Comparative Politics, 1995,

CARVALHO, Luís Pedro Melo de. *O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado Novo*. In: ReCiL – Repositório Científico Lusófona [database online]. Dissertação de Mestrado, 2009 [Consultado a 9 de abril de 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/4379>

CASTAÑO, David. Mário Soares e o sucesso da transição democrática. Breves notas. *Ler História*, 2012, 63: 9-31. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.331>

DEL PERO, Mario. A European solution for a European Crisis. The international implications of Portugal's Revolution. *JEIH Journal of European Integration History*, 2009, 15.1: 15-34. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/>

DEL PERO, Mario. 'Which Chile, Allende?' Henry Kissinger and the Portuguese Revolution. *Cold War History*, 2011, 11.4: 625-657. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14682745.2010.494301>

DEL PERO, Mario. Henry Kissinger's Three Europes. *Journal of Transatlantic Studies*, 2019, 17: 5-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s42738-019-00004-2>

FERREIRA, José Medeiros. O 25 de Abril no contexto internacional. *Relações Internacionais*, 2004, 2: 143-158. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i>

FONSECA, Ana Mónica; MARCOS, Daniel. French and German support to Portugal: The military survival of the «Estado Novo»(1958-1968). *Portuguese Studies Review*, 2008, 16.2: 103-119. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/26682>

FONSECA, Ana Mónica. O apoio da social-democracia alemã a democratização portuguesa (1974-1975). *Ler História*, 2012, 63: 93-107. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.377>

FONSECA, Ana Mónica. Os partidos socialistas e as transições democráticas europeias: a transição portuguesa como lição para a revolução europeia de 1989. *Relações internacionais*, 2014, 43: 51-63. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8661>

GADDIS, John Lewis. *The Cold War: a new history*. Penguin, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma press, 1991.

JUDT, Tony. *Postwar: A history of Europe since 1945*. Penguin, 2006.

LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). *The Cambridge history of the cold war*. Cambridge University Press, 2010

MACQUEEN, Norrie; OLIVEIRA, Pedro Aires. 'Grocer meets Butcher': Marcello Caetano's London visit of 1973 and the last days of Portugal's Estado Novo. *Cold War History*, 2010, 10.1: 29-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14682740902764551>

MANUEL, Paul Christopher. Portuguese exceptionalism and the return to Europe: The April 25, 1974 coup and democratization (1974–2010) Em: *Portugal in the European Union*. Routledge, 2014. p. 15-29.

MARCOS, Daniel. Portugal e a França na década de 1960: a questão colonial e o apoio internacional. *Relações Internacionais*, 2006, 11: 31-45. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i>

MENDES, Pedro Emanuel. A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa. Em: Freire, Maria. *Desafios da Democratização do Mundo Global*. Edições Afrontamento, 2004, 11: 171-192.

MENDES, Pedro Emanuel. Percepções e imagens na política externa do Estado Novo português: a importância do triângulo identitário. *Dados*, 2020, 63.

OLIVEIRA, Pedro Aires. *A política externa no marcelismo: a questão africana*. Em: MARTINS, Fernando. *Diplomacia & Guerra*, Évora: Cidehus, Edições Colibri, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974). *Análise social*, 2006, 145-166.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O FLANCO SUL SOB TENSÃO A NATO E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA, 1974-1975. *Relações Internacionais*, 2009, 21.

OLIVEIRA, Pedro Aires. The United Kingdom and the independence of Portuguese Africa (1974–1976): Stakes, perceptions and policy options. *Revue française de civilisation britannique*, 2013, 18.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Esfera dos livros, 2007.

REZOLA, Maria Inácia. Do romantismo revolucionário à política real: a Revolução Portuguesa de 1974-1975. *Depois dos cravos: liberdades e independências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, 11-41. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/7464>

ROSAS, Fernando. *Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2022.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires. *A transição falhada*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

RUIVO, Francisco Bairrão. A Memória e os Múltiplos '25 de Abril'. Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/33359>

SÁ, Tiago Moreira de. «Quando Portugal contou para a América». Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa. *Ler História*, 2012, 63: 109-125. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.384>

SÁ, Tiago Moreira de. A Revolução portuguesa nos arquivos norte-americanos. *Relações Internacionais*, 2007, 13: 117-138. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i>

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno. *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*. R: *Relações Internacionais*, 2010, 28: 51-61. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i>

TELO, António José. As relações externas da transição para a democracia. *JANUS 1999-2000-Dinâmicas e tendências das relações externas*, Lisboa: OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/2052>

TELO, António José. *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade vol.1* Lisboa: Editorial Presença, 2007.

TELO, António José. *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade vol.2* Lisboa: Editorial Presença, 2007.

YOUNG, John W.; KENT, John. *International relations since 1945*. Oxford University Press, 2013.